

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX

ATUALIDADE DE MARX
SOBRE OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO

Maceió - AL
2012

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX

**ATUALIDADE DE MARX
SOBRE OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO**

Dissertação de mestrado apresentado como requisito final para obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado/Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.

**Maceió - AL
2012**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

F316a	<p>Félix, Tatiana Lyra Lima. A atualidade de Marx sobre os fundamentos ontológicos do desemprego / Tatiana Lyra Lima Félix. – 2012. 120 f.</p> <p>Orientador: Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2012.</p> <p>Bibliografia: f. 118-120.</p> <p>1. Capitalismo. 2. Capital – Reestruturação produtiva. 3. Desemprego. 4. Marxismo. I. Título.</p> <p>CDU: 364.12</p>
-------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Tatiana Lyra Lima Félix**, intitulada **“ATUALIDADE DE MARX SOBRE OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO”**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 17 de dezembro de 2012, às 14h, na Sala de Multimeios da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Profa. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Gilmaisa Macedo da Costa
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral
Examinador externo (UFPE)

Dedico este trabalho
aos meus pais Sandra e Félix, minha irmã Ana e meu noivo Higor,
inspirações de carinho, força e amor.
E a todos os docentes e discentes,
que seguem na jornada crítica de Marx.

AGRADECIMENTOS

Quero externar meus agradecimentos a minha mãe Sandra pela compreensão, paciência e força nos momentos mais difíceis. Ao meu pai Félix pela confiança e pelo esforço em tentar me compreender. A minha irmã Ana por acreditar na minha dedicação. Ao meu noivo Higor que em todos os momentos esteve me dando força, carinho, credibilidade e estímulo ao desenvolvimento das várias esferas da vida, principalmente acadêmica e profissional. E, aos demais familiares por toda força e torcida.

A minha orientadora, Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda, pela tamanha contribuição neste estudo ao longo dos anos da minha vida acadêmica. Obrigada pela paciência e credibilidade. Bem como, à prof.^a Dra. Ângela Santana do Amaral, do Departamento de Serviço Social da UFPE e à prof.^a Dra. Gilmaisa Macedo da Costa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFAL pela gentileza em aceitar participar da minha banca de defesa da dissertação.

Agradeço, ainda, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), por ter fomentado a realização da pesquisa através da bolsa, o que de fato viabilizou financeiramente a minha manutenção no mestrado. E, finalmente, aos meus colegas e companheiros da turma 2009 do mestrado em Serviço Social da UFAL, pelos momentos instigantes de discussão e pelas contribuições nas pesquisas. A todos os professores do mestrado pela imprescindível fonte do conhecimento e ao corpo administrativo do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/UFAL pela colaboração neste processo.

RESUMO

Este estudo discorre, através de uma análise marxiana, sobre os fundamentos ontológicos do desemprego na sociabilidade capitalista. Reflete este fenômeno como resultante dos processos de crise estrutural do capital por meio de um progressivo crescimento da acumulação flexível. Salieta a gravidade do desemprego estrutural na contemporaneidade capitalista como um mal necessário ao desenvolvimento sempre crescente do capital global na busca de garantir seus próprios interesses, independente das consequências para a humanidade. Enfatiza a lógica do sistema burguês em atender prioritariamente suas necessidades de acumulação, cuja essência segue na progressiva e exorbitante sede de lucratividade e acumulação capitalista. Percorre os processos advindos da maquinaria à grande indústria de Marx e mostra a realidade do desemprego e das precárias condições de vida dos trabalhadores no contexto histórico industrial inglês do século XIX, com base na contextualidade posta por Engels. Evidencia o percurso histórico do desemprego em fins do século XIX, sua transição para o século XX e, deste para os dias atuais. Analisa o desemprego atual como um grave problema que está aceleradamente crescendo em todos os países do mundo e devastando a vida de milhões de trabalhadores que necessitam suprir suas necessidades essenciais. Pontua também sobre a equalização decrescente da taxa de exploração diferencial, sua manutenção, dada a necessidade de um nível crescente e acelerado de acumulação restando apenas a possibilidade de uma transição para uma ordem social controlada pelos indivíduos, como sugere o projeto socialista, que garanta a total qualidade do padrão de vida de toda humanidade. E, à luz da atualidade de Marx sobre o desemprego, faz uma análise crítica às análises liberais de Jeremy Rifkin e a perspectiva marxista de David Harvey.

Palavras-chave: Capitalismo. Acumulação. Reestruturação. Desemprego.

ABSTRACT

This study discusses, through a Marxian analysis, on the ontological foundations of unemployment in capitalist sociality. Reflects this phenomenon as the result of processes of structural crisis of capital through a progressive growth of flexible accumulation. Stresses the seriousness of unemployment in contemporary capital on the one hand, and on the other, a necessary result of the ever-increasing development of global capital in the quest to ensure their own interests, regardless of the consequences for humanity. Emphasizes the logic of the bourgeois system to meet priority needs of accumulation, therefore, essentially follows the progressive and exorbitant thirst for profit and capital accumulation. Walk the processes arising from the large machinery industry Marx and shows the reality of unemployment and poor living conditions of workers in the historical context of the nineteenth century English industrialist, based on the contextuality of Engels. Shows the historical path of unemployment in the late nineteenth century, their transition into the twentieth century, and to this day. Analyzes current unemployment as a serious problem that is rapidly growing in all countries of the world and devastating the lives of millions of workers who need to meet their basic needs. Scoring well on the downward equalization of differential rate of exploitation, maintenance, given the need for an increased level of accumulation and accelerated leaving only the possibility of a transition to a social order controlled by individuals, as suggested by the socialist project, ensuring the total quality of living standards for all mankind. And, in light of today's Marx on unemployment, makes a critical analysis to the analysis of liberal and Marxist perspective Jeremy Rifkin David Harvey.

Key-words: Capitalism. Accumulation. Restructuring. Unemployment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PERÍODO DE CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL MUNDIAL.....	19
1.1 As raízes materiais do desemprego	20
1.1.1 Lei geral da acumulação capitalista	211
1.1.2 Maquinaria e grande indústria: o marco do desemprego na lógica do desenvolvimento das forças produtivas.....	311
1.1.2.1 Desenvolvimento industrial: ampliação da produção da riqueza e intensificação da exploração do trabalho.	32
1.1.2.2 Repulsão e atração dos trabalhadores na base industriaria.....	40
1.1.3 O Desemprego nas grandes cidades inglesas do século XIX: o berço da concorrência e as consequências do exército industrial de reserva.....	43
1.2 A contemporaneidade do capital sobre o fenômeno do desemprego estrutural e crônico.	499
1.2.1 Redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista: novas táticas para perpetuar o contínuo desenvolvimento do capital na base do desemprego estrutural.....	51
1.2.2 Do desemprego estrutural ao desemprego crônico: uma visão panorâmica do agravamento do desemprego.	63
2. ATUALIDADE DE MARX SOBRE O DESEMPREGO: CRÍTICA À SABEDORIA ECONÔMICA CONVENCIONAL DE JEREMY RIFKIN E À PERSPECTIVA MARXISTA DE DAVID HARVEY.....	73
2.1 O fim dos empregos de Jeremy Rifkin.....	75
2.2 O desemprego na perspectiva marxista de David Harvey	90
2.3 Atualidade de Marx sobre o desemprego: algumas considerações sobre a tendência desta problemática e sua possível superação para além do capital.....	106
CONCLUSÃO.....	1155
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Por dezenas de milhares de anos, muitas mudanças ocorreram para que o desenvolvimento da reprodução do ser social se efetivasse. Enquanto na vida orgânica a reprodução já se manifestava nos processos vitais da existência biológica, muitas mudanças externas e internas ocorreram para que se concretizasse o ser puramente social. Transformações contínuas trouxeram consequências enriquecedoras para a concretização de saltos e transformações qualitativas no ser social.

Dentre tais mudanças, Lukács afirma ser o trabalho a mais importante. Para ele, o trabalho é uma categoria do ser social que somente “pode chegar a sua verdadeira e adequada existência num complexo social que se mova e reproduza processualmente”. (LUKÁCS, 1981; p. 1).¹ Seu significado é fundante para o ser social, pois, “todo fenômeno social pressupõe o trabalho com todas as suas consequências ontológicas”. (p. 1). Portanto, ele é “a base ontológica do ser social na sua justa posição no contexto da totalidade social”. (p. 1).

De forma desigual e progressiva, o trabalho teleologicamente posto possibilitou uma transformação qualitativa na dinâmica das sociedades singulares. Conforme Lukács (1981),

Uma das consequências necessárias do trabalho é a fabricação de instrumentos, a exploração das forças naturais (uso do fogo, domesticação de animais, etc.), e isto dá lugar, em certos estágios do desenvolvimento, àqueles pontos nodais que transformam qualitativamente a estrutura e a dinâmica das sociedades singulares. Esta capacidade do trabalho de ir com seus resultados além da reprodução do seu executor cria a base objetiva da escravidão, antes da qual existia apenas a alternativa de matar ou adotar o inimigo feito prisioneiro. Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema. Mas – qualquer que seja o horror ideológico que tome algum teórico frente à expressão mais-trabalho - o reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de uma época sensatamente livre, também repousa sobre esta peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais do que seja necessário para a reprodução do trabalhador. (p. 2).

Em seus primórdios, os homens ainda não tinham autonomia, não existia a exploração do homem pelo homem, a teleologia ainda não estava a serviço da dominação no momento. Com o deslocamento cada vez mais intenso das barreiras naturais, o homem e todas as suas atividades humanas passaram para um patamar cada vez mais nítido e puramente social, inseridos em momentos de sociabilidade cada vez mais numerosos. O trabalho passa a se desenvolver de forma cada vez mais ampla e ramificada e as categorias da vida econômico-social realçam a tendência intrínseca de se reproduzir ininterruptamente, além de impulsionar esta reprodução a níveis ascendentes, “a traspasar para formas superiores do econômico-

1 LUKÁCS, Georg. *Ontologia Dell' Essere Sociale*. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Sérgio Lessa. Capítulo: A Reprodução (pp. 133 – 331), Roma, 1981.

social”. (p. 6). Neste momento a autonomia do ser social se efetiva relativamente, a exploração do homem pelo homem se alicerça na sociedade e as relações alienantes são inevitavelmente postas².

As forças produtivas num estágio elevado de desenvolvimento posiciona o trabalho num curso dialeticamente contraditório. Ou seja, o que antes denominávamos de trabalho concreto³, somente com as bases capitalistas alicerçadas no âmbito da produção, esta categoria se transforma em trabalho abstrato⁴. Isto quer dizer que não há mais uma relação natural entre o homem e a natureza, mas uma transformação da força de trabalho humana em mercadoria. Como condição de existência, segue o modo de produção capitalista reduzindo esta força de trabalho à mercadoria na busca incessante e cada vez mais ampliada de acumulação de riqueza. Nesse processo, a valorização do capital em detrimento dos interesses sociais se efetiva, elevando, com isso, os processos de alienação na medida em que este modo de produção se desenvolve.

Esta rápida descrição da evolução das forças produtivas pelo trabalho nos dão condição suficiente para revelarmos os traços gerais que peculiarizam ontologicamente à lógica burguesa, deixando-nos cientes de que o desemprego proveniente deste modo de produção torna-se um fator preponderante de sua ordem. Neste sentido, buscaremos analisar a origem e o avanço do desemprego a partir do aumento das forças produtivas do trabalho apropriadas pelo sistema do capital, com o objetivo de identificar os seus fundamentos no âmbito capitalista e os seus desdobramentos tanto para o trabalho como para o sistema do capital.

O modo de produção capitalista desde seus primórdios é um sistema contraditório movido por uma lei geral de acumulação de capital que busca incessantemente a necessidade sempre ampliada e contínua de riqueza. Entre capitalistas e trabalhadores, este sistema segue desigualmente elevando o ritmo de sua exploração. Desse modo, a fonte de lucratividade obtida através da exploração da força de trabalho e da venda de suas mercadorias na produção por meio da classe dominante capitalista cada vez menor, torna-se restrita a ela, restando para

2 Para Lukács, a alienação é historicamente determinada pelos homens, pelos fatores essencialmente sociais e diz respeito a um processo de desumanidade construído historicamente pelos homens em sociedade. Para maior aprofundamento sobre os aspectos essenciais da alienação, ver: LUKÁCS, Georg. *L'estraniazione, Ontologia Dell' Essere Sociale*. II**, IV, a cura de Alberto Scarponi. Tradução de Sérgio Lessa. Roma, Riuniti, 1976 - 1981.

3 Para Marx, o trabalho concreto “é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (Marx, 1983; p.149). Em outras palavras, é uma posição teleológica primária, em que “visa transformar, com finalidades humanas, objetos naturais (no sentido amplo do termo, inclusive, pois, a força da natureza).” (Lukács, 1981; p. 18).

4 Para Marx, trabalho abstrato “é apenas direcionado para a produção de mais-valia, sendo produtivo apenas o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou que serve à autovalorização do capital”. Portanto, “ele só é possível nas bases do modo capitalista de produção”. (Marx, 1988; p. 153).

uma maioria trabalhadora o salário adquirido pela venda de sua força de trabalho ao seu empregador, como a única fonte de manter sua subsistência. Este sistema desigual de classes, por meio do trabalho abstrato destituiu todos os instrumentos de trabalho da classe trabalhadora, deixando para ela apenas a venda de sua força de trabalho como uma mercadoria valorosa para o capital. Nesse processo, não podemos perder de vista a gênese do desemprego mediante as transformações ocorridas no momento em que a acumulação primitiva se insere na sociedade burguesa estabelecendo o marco de sua existência nas bases produtivas.

Partindo da inserção primitiva do modo produção vigente nas bases societárias, Marx nos mostrou como surge o processo de destituição dos instrumentos de trabalho da classe trabalhadora pelo capitalista. Através desse processo histórico, podemos entender como o modo de produção se apropria da produção e da força de trabalho para a sua expansão. Momento importante e fundamental da necessidade de crescimento capitalista que nos dão os primeiros sinais de sua essência desumana e degradante por meio das iniciais manifestações do desemprego.

Do sistema produtivo predominante familiar, destinado à produção para consumo, da Idade Média, surge o sistema de corporações ao integrar na produção os chamados mestres, artesãos e ajudantes, todos, donos da matéria e ferramentas do trabalho. Em meio a crescente demanda, houve a necessidade de ampliar essa forma de produção dando espaço para o sistema doméstico. Em seu domicílio o mestre artesão e um ajudante executavam seus serviços, mas não de forma independente: tinham a ferramenta, mas necessitavam da matéria de um intermediário ao consumidor. Com o passar dos anos, o sistema fabril lidera o espaço produtivo, alicerçando a condição burguesa de expandir a produção em edifícios cujo dono é um empregador capitalista que se apodera também de todas as ferramentas e da matéria a ser trabalhada. Assim, o trabalhador passa a ser destituído de todas as suas ferramentas e matérias de trabalho, restando-lhe apenas a venda de sua força de trabalho a este empregador em troca de um salário.

No campo, esse processo também atinge altos índices de descontentamentos e desumanização para com a classe trabalhadora. Trata-se da desapropriação das terras dos camponeses pelos capitalistas, que inevitavelmente tiveram que se submeter e se adaptar aos árduos trabalhos das fabricas, alocados nos grandes centros industriais. Nesse processo, os trabalhadores necessitam se submeter às formas desumanas de trabalho para sobreviverem. Nos limites da sociedade burguesa, eles estão condicionados a lutar pelos meios físicos de subsistência e por uma possível vaga de trabalho para não se tornarem desempregados.

Assim, firma-se o desemprego na sociabilidade capitalista e seus efeitos são refletidos ao longo do desenvolvimento burguês. Com as bases capitalistas alicerçadas na

estrutura social, cresce a produtividade burguesa nas custas da exploração do trabalho da classe trabalhadora, da mesma forma em que crescem as fileiras de desempregados em todos os setores da produção. A lei geral capitalista desmistificada por Marx nos mostra que na medida em que este sistema se desenvolve se elevam também os problemas de sua ordem. Assim, o desemprego, imanente a natureza burguesa, se prolifera e junto com ele toda a forma de alienação dos trabalhadores. Ao perderem o domínio da forma direta da reprodução social, esta classe passa a se submeter aos imperativos do capital, sendo reduzidos a seus meros instrumentos reprodutivos. Sem precedentes históricos, esta população supérflua cresce em proporções cada vez maiores e o desemprego torna-se um limite absoluto da reprodução capitalista, já que hoje atinge grande parte das atividades produtivas no contexto mundial. Como um mecanismo de estratégia do capital, o desemprego se expande nas bases contraditórias capitalistas. Ao longo da trajetória histórica burguesa, ele se manifesta de forma cada vez mais intensa mediante vários processos de crise estrutural do capital, adquirindo atualmente proporções crônicas.

Diferentemente do período industrial, atualmente o desemprego atinge a totalidade da força de trabalho, tanto nos países avançados como nos periféricos, abrangendo grande parte da população pauperizada. Numa escala mundial, a falta de emprego alcança jovens, adultos, mulheres e até mesmo os que estão inseridos no mercado de trabalho. A insegurança em se manter no trabalho torna-se evidente na sociedade contemporânea, pois muitos trabalhadores correm o risco de serem substituídos pela máquina ou, ainda, serem expelidos por meio do enxugamento flexível das empresas. Assim, ora absorvendo-a, ora expulsando-a do processo produtivo, segue a força de trabalho como um fantoche nas mãos capitalista.

Como parte da dinâmica da produtividade capitalista, agrava-se o desemprego. Sob a regência do capital, os trabalhadores são ajustados e submetidos a trabalhar sob as condições impostas pelo capital. A primeira ordem desse ajustamento é criar uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva e a última, a miséria e a degradação crescente do exército ativo de trabalhadores e pauperismo conseqüentemente. Assim, o desemprego se prolifera como um produto necessário e imanente à acumulação ascendente burguesa e sua essência continua a mesma em todos os momentos históricos deste sistema.

A contínua expansão do desemprego nos marcos contemporâneos do capital traz grandes preocupações para a economia mundial. Longe de ser solucionado efetivamente, economistas tentam criar novas formas de atividades que viabilizem a adaptação dos trabalhadores às novas exigências do mercado, no intuito de conter, ao menos temporariamente, estes efeitos de crises. Entretanto, as conseqüências negativas desse processo sempre recaem sobre os trabalhadores, especialmente no que concerne ao agravamento da pobreza.

Neste sentido, a pobreza e o desemprego são, reconhecidamente, fenômenos de proporções internacionais, que ao absorver a força de trabalho industrial torna-se uma ameaça para o sistema reprodutivo. O desemprego mundial torna-se uma alavanca da acumulação global do capital para regular o custo da força de trabalho força em todos os países capitalistas, enquanto que a pobreza em massa regula o custo internacional do trabalho. Tais elementos são acoplados ao processo de reprodução do capital, de forma desumana e degradante.

É importante ressaltar que a natureza potencialmente explosiva do desemprego e do pauperismo surge desde o aparecimento da "questão social", no século XX, momento o desenvolvimento industrial se expande atingindo diretamente a vida e a existência social da classe trabalhadora emergente. Assim, compreendemos o desemprego e o pauperismo como umas das expressões da “questão social”, porque ambos os fenômenos se inserem na essência burguesa, sendo suas raízes materiais desmistificadas por Marx como consequência da lei geral da acumulação capitalista. Uma população excedente de trabalho é uma condição necessária para a acumulação e expansão da riqueza capitalista. Na medida em se eleva o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cresce também a força do capital, sendo que a massa de riqueza produzida impulsiona novos ramos de produção, de forma que grandes massas devem estar disponíveis para ser explorada sem prejudicar a escala de produção em ramos existentes. Ou seja,

una población de trabajadores excedentes es la condición necesaria para la acumulación y para la expansión de la riqueza capitalista, pues con el desarrollo de la productividad del trabajo crece la fuerza del capital, y la masa de riqueza crece e impulsa nuevos ramos de producción, en esos casos grandes masas humanas tienen que estar disponibles para ser explotadas, sin perjudicar la escala de producción en los ramos ya existentes. La industria moderna y los nuevos métodos de producción dependen, por lo tanto, de la transformación constante de una parte de la población trabajadora en desempleados, el ejército industrial de reserva. La tendencia general de la acumulación es producir más con menos trabajadores. De este modo, el crecimiento del capital variable, por ende, el número de trabajadores ocupados está relacionado a fuertes fluctuaciones y a la producción transitoria de superpoblación, sea despidiendo trabajadores, sea dificultando la absorción de éstos. (Pimentel, Costa e Alcântara, p. 31) ⁵.

Nestes termos, a Indústria moderna e novos métodos de produção dependem, da manutenção de uma parte da população desempregada de trabalho - o exército industrial de reserva. Como tendência geral da acumulação, o capitalismo precisa produzir mais com menos trabalhadores alocados na produção. Somente assim é que este sistema eleva, por sua nature-

5 Expresiones de la cuestión social en América Latina. Publicación de la Carrera de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Cuestión Social, Reproducción de la fuerza de trabajo y Políticas de Asistencia.

za, a força de trabalho excedente, que em meio a fortes flutuações e à produção transitória da superpopulação, demite os trabalhadores e dificulta a sua absorção.

O estrago da superpopulação relativa na sociedade é lamentável. O modo de produção vigente, ao mesmo tempo em que cria a sua riqueza material, cria concomitantemente a miséria. É aí que reside a base da "questão social" e, portanto, não se pode reduzi-la apenas por um conceito ou um termo, mas como uma expressão de algo realmente existente. Ou seja, ela é uma contradição necessária do conflito entre capital e trabalho, da extração de mais-valia como fonte de acumulação de capital, da propriedade privada dos meios de comunicação e do produto de trabalho.

Assim, a "questão social" articula-se entre os principais determinantes da acumulação capitalista e torna-se evidente por meio da luta de classe contra a exploração, sendo que as respostas do capital, através do Estado, tornam-se preponderantes para amenizar os conflitos entre as classes sociais. Ela se manifesta nos problemas sociais como a habitação precária, a saúde, a moradia, o trabalho infantil, entre tantos outros. Neste sentido, ela é realmente um resultado do empobrecimento do trabalhador, por meio das desigualdades sociais, que são, na verdade, as desigualdades de classe. Ela passa a ser reconhecida como um problema político, quando um movimento de trabalhadores organizados oferece resistência sobre as condições de vida precárias e de trabalho em que são submetidos.

No processo de desenvolvimento capitalista, mais precisamente na fase do monopólio, o capital busca conter as lutas trabalhadoras por meio do reconhecimento da questão social. É aí que o Estado é chamado para intervir nela como árbitro em disputas nativas das relações de trabalho. Por um lado, reafirmam-se os interesses do capital e do seu processo de acumulação expansionista ao manter as condições fundamentais da produção e reprodução do capital; por outro, torna-se enfraquecida a luta dos trabalhadores na busca pelo seu bem-estar. Ou seja,

Las aparentes conquistas del trabajo se articularon perfectamente a los intereses del capital y su proceso expansionista y de acumulación que en realidad debilitaron más los procesos de lucha de los trabajadores impulsándolos al juego del consumo y deseo de bienestar social, siendo mantenidas las condiciones fundamentales de producción y reproducción del capital. Tanto es que el potencial explosivo del binomio pobreza y desempleo se presenta ahora debilitado, lo que no significa inexistente. (ídem, p. 34).

Além disso,

La lucha contra la flexibilización de los derechos, extremadamente necesaria debido a los influjos destructivos de las condiciones de vida de los trabajadores, se hace puntual. Se dirige, por lo menos en Brasil, siempre más hacia la conservación de lo que se había alcanzado históricamente, como jubilaciones, derechos sociales, sindicales y laborales, o hacia su renegociación en nuevas bases para la manutención de los empleos, además de la defensa del carácter público de los servicios con calidad. Fracciones de trabajadores que ni siquiera tuvieron acceso a los derechos manifiestan su inquietud y reivindican la inserción formal en el trabajo, en los servicios y en los derechos. Esa posición de los trabajadores les incomoda a los defensores del sistema, ante la ideología dominante de que las relaciones flexibles de trabajo con ne-

gociaciones directas entre trabajadores individuales y patronos serían salidas adecuadas para la crisis del desempleo sin las amarras de las garantías ya alcanzadas. Muestras consideradas exitosas en el combate al desempleo en países de capitalismo avanzado se reflejan en las economías latinoamericanas apoyadas en esas ideologías, casi siempre bajo presión y orientación de organismos internacionales para la redefinición de sus modelos económicos. (Idem, p. 35-6).

Assim, o desemprego em escala mundial é considerado por muitos ideólogos como um fenômeno bastante preocupante. Dessa forma, eles apontam a necessidade de se criar um modelo ativo de política social administrada pelo Estado que perfeitamente possa solucionar estes problemas. Mas, a lógica expansionista do capital apenas se comporta em suas causalidades na estrutura básica da "questão social", um fenômeno permeado pelo impulso alienante ontologicamente presente no capitalismo ao expressar o empobrecimento dos indivíduos em oposição ao forte desenvolvimento das forças produtivas.

Com base nos pressupostos teóricos de Marx sobre a lógica burguesa, todas as tentativas de solucionar ou simplesmente amenizar os problemas econômicos, sociais e políticos causados pelo desemprego, no âmbito da sociedade capitalista, são impossíveis. Pois, o capitalismo necessita manter a desigualdade acentuando o desemprego, a precarização no trabalho, o pauperismo, a miséria, a fome, a violências, dentre tantos outros problemas, para continuar como classe dominante e detentora das maiores proporções de riqueza.

Nosso propósito nesta exposição é demonstrar a atualidade de Marx sobre os fundamentos ontológicos do desemprego que se encontram no cerne da sociedade capitalista. Por ser um problema crônico, cuja gravidade torna-se palco de grandes debates, é do nosso interesse desmistificar esse fenômeno na dinâmica autodestrutiva do sistema do capital, exaustivamente elucidado por Marx. A lógica de repulsão e atração da força de trabalho na produção que ora expulsa, presentes na lei geral da acumulação capitalista, torna-se o cerne da nossa discussão durante os longos debates deste estudo. Assim, temos a preocupação de demonstrar que mesmo que a tendência crônica do desemprego na atualidade esteja presente mundialmente, há limites para a sua expansão. Pois o sistema do capital precisa do trabalho abstrato para existir como autêntico modo de produção.

Diante desses pressupostos, a atualidade de Marx sobre os fundamentos ontológicos do desemprego é confirmada ao longo dessa exposição, que está dividida em duas partes.

A primeira parte refere-se inicialmente aos fundamentos ontológicos do desemprego e tem como ponto de partida a “*Lei Geral da Acumulação Capitalista*” de Karl Marx, em seu livro “*O Capital*”. Através dessa lei, podemos explicar a essência e lógica do crescente e contínuo desenvolvimento da acumulação capitalista. Diante desse entendimento, não poderíamos deixar de analisar o período histórico marcado pela “*Maquinaria e Grande Indústria*” também enfatizado por Marx, ao evidenciar o século XIX como um marco da expansão industrial, que

trouxe graves consequências para a classe trabalhadora inglesa. Com base na análise de Engels sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, podemos compreender as manifestações desumanas da lei geral da acumulação capitalista sobre a força de trabalho deste período – o que nos inspira a irmos mais longe na história, desvendando a atualidade marxiana da lógica do capital sobre o fenômeno do desemprego atual.

Analisando o desemprego no âmbito do desenvolvimento capitalista do século XX até os dias atuais, é imprescindível mostrarmos o redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista por meio do novo padrão de acumulação Taylorista-Fordista e da Acumulação Flexível. Por meio dessa reestruturação produtiva o capital busca ascender e acelerar o desenfreado crescimento de sua acumulação e o consequente desemprego das massas. Assim, segue este fenômeno em todas as suas formas evolutivas – desde a base da expropriação do campesinato, passando pela manufatura e grande indústria e na expressiva incidência atual que atinge até mesmo os países mais avançados - como resultado de uma das mais graves consequências da crise estrutural burguesa mediante uma exacerbada elevação contínua da acumulação de capital.

Na segunda parte deste estudo, buscamos demonstrar a atualidade de Marx sobre o fenômeno do desemprego, refutando a “sabedoria econômica convencional do desemprego” presente no pensamento de Jeremy Rifkin e a análise contemporânea deste fenômeno na perspectiva marxista de David Harvey.

Optamos pela preferência desses autores por ambos demonstrarem uma preocupação inquietante sobre o desemprego, diante do colapso existe atual. Neste processo, Jeremy Rifkin como um autor liberal, economista, buscou analisar a história econômico-social nos últimos 50 anos dos Estados Unidos e verificou um crescimento do mercado de ações e da economia, mas, também, um índice de desemprego altamente alarmante. Com base nesta análise, o autor considera que estamos entrando em uma nova fase na história, caracterizada pelo contínuo e inevitável declínio de empregos. Para ele, a nova era da informação está substituindo o ser humano em praticamente todos os setores e mercados, restando poucas vagas apenas para o setor do conhecimento e dos novos mercados exteriores. Com isso, defende que cada país deverá se ajustar para lidar com essa realidade que tende a gerar o fim dos empregos e sugere o caminho que o capitalismo pode percorrer para evitar o colapso social. David Harvey é um geógrafo marxista, autor que analisa as transformações capitalistas na sociedade contemporânea. Com base nas suas análises, pontuamos o desemprego ao desmistificar as razões para o fracasso da sociedade de “livre mercado” e quais os riscos que o capital representa para o planeta diante das consequências dessa problemática. Também, explicita alguns principais e dramáticos eventos que tem abalado o mundo nos últimos anos e denota quais os rumos que eles podem ou não tomar. E, ao ressaltar os principais problemas

existentes entre o moderno e o pós-moderno, observa o desenvolvimento da lógica capitalista e acentua as consequências desse crescimento para com a sociedade contemporânea.

Diante das análises desses autores, iremos fazer um contraponto com os fundamentos ontológicos do desemprego em Marx, trazendo algumas considerações sobre a tendência desta problemática no âmbito do sistema produtivo e sua possível superação para além do capital.

I. FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PERÍODO DE CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL MUNDIAL

O modo de produção capitalista, por sua natureza, propicia um exacerbado crescimento de riqueza para uma minoria e graves problemas para milhares de pessoas no mundo. Dentre os fatores mais agravantes, o desemprego - objeto do nosso estudo em questão – é um fenômeno imanente ao desenvolvimento da acumulação do capital que hoje é definido como um mal inevitável e cada vez mais aflorado por todo o mundo. Soluções parciais e preconizadas são desenvolvidas pelo sistema, submetendo cada vez mais o trabalhador à margem do pauperismo. A busca por uma infinidade de investimentos que visem alcançar patamares altíssimos de lucratividade é um fator primordial do capital, transferindo para o segundo plano os graves e incuráveis males sociais como o desemprego e suas consequências refletidas na elevação da miséria, fome, violência, falta de moradia, educação, saúde e lazer, entre tantos outros problemas.

Esse quadro de indignação social tem nos levado a buscar resposta para os seguintes questionamentos: por que ao mesmo tempo em que se elevam os padrões de produtividade crescem na mesma proporção os males sociais, dentre eles o desemprego? Por que os problemas sociais são permeados por soluções parciais ao invés de serem efetivamente solucionados pelo capital? Por que o desemprego tem se propagado mundialmente, sem ao menos se ter uma efetiva solução no horizonte burguês? Com a intenção de encontrar respostas para essas indagações, a primeira parte dessa exposição tem por objetivo esclarecer as raízes materiais do desemprego por meio da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*⁶, enfatizada por Marx, no qual identificaremos prioritariamente seus fundamentos ontológicos que seguem na dinâmica destrutiva do capital. Após esta análise, situaremos a manifestação dessa lei sobre as condições de trabalho no período da Maquinaria à Grande Indústria e mostraremos a situação da classe trabalhadora inglesa do século XIX mediante os processos de atração e repulsão da força de trabalho na indústria nascente e na sociedade contemporânea. Assim, iremos explicar como o desemprego é imanente ao sistema burguês e como ele se manifesta de forma cada vez mais escancarada diante de sua incessante e essencial sede de desenvolvimento e acumulação de capital.

6MARX, K. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. IN: O Capital: Crítica da Economia Política. Cap. XXIII. São Paulo, Nova Cultural. 1988.

1.1 As raízes materiais do desemprego

Desmistificar a relação estrutural entre a lei geral da acumulação capitalista e o desemprego é fundamental para entendermos as raízes materiais que propiciaram a geração de um grupo de trabalhadores desempregados e funcionais ao sistema burguês. O movimento dessa lei sobre o trabalho excedente na trajetória histórica do desenvolvimento da indústria nascente se estende do período manufatureiro à grande indústria. A lógica de atração e repulsão de trabalhadores nas grandes cidades inglesas torna-se palco de grandes insatisfações e manifestações sociais, além de refletir um enorme cenário de injustiça, descaso e indignação sobre as péssimas condições de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores ativos e inativos da época.

A trajetória histórica do desenvolvimento das forças produtivas no período do desenvolvimento da indústria nascente nos leva a situar o século XIX, como um momento permeado por altas taxas de desemprego interligadas à classe trabalhadora nas grandes cidades inglesas. Miséria, exploração, falta de condições dignas de vida e trabalho são alguns exemplos da triste situação da classe trabalhadora nesse período. Para elevar a produtividade burguesa, a lei geral da acumulação capitalista gerou a intensificação da exploração e precarização da força de trabalho, tornando a vida do trabalhador uma fonte de descaso e miséria.

O desemprego na condição da lógica de desenvolvimento da acumulação capitalista tornou-se um quadro de insatisfação desde os primórdios da indústria nascente. Hoje, esta insatisfação continua na trajetória histórica do sistema burguês e cada vez mais agravante, sendo insustentável a defesa de que essa problemática pode ser superada. Assim como no século XIX, muitos trabalhadores sofrem com a exploração e precarização do trabalho, com a falta de moradia, falta de emprego, fome, violência, enfim, os males que se enquadram na vida social refletem milhões de vidas insatisfeitas, situadas à margem do pauperismo, do desespero, do descaso e do caos.

Refletindo sobre as raízes materiais do desemprego, buscaremos analisar, na primeira exposição deste capítulo, a Lei Geral da Acumulação Capitalista vinculada à problemática do desemprego gerado ao longo do desenvolvimento das forças produtivas burguesa. O cenário em que situaremos o movimento dessa lei na trajetória histórica do desenvolvimento do capital será as grandes cidades inglesas, local em que a maquinaria e a indústria se estabelecem primordialmente. Elucidaremos o precário modo de vida dos trabalhadores ativos nas fábricas e a proliferação do exército industrial de reserva que se espalhava de forma intensiva e desordenada nos grandes centros industriais da Inglaterra.

1.1.1 Lei geral da acumulação capitalista

Discorrer sobre *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*⁷ permite-nos desvendar uma série de elementos como a teoria do valor, entre outras coisas, além do fenômeno originário do desemprego como processo de contradição e antagonismo existente entre capital e trabalho. Nosso interesse nesse estudo é elucidar de forma geral as estratégias do capital, presentes em sua lei, para podermos entender como o trabalho excedente está inserido na lógica burguesa e como ele é tão necessário para o seu pleno desenvolvimento.

Para entendermos como as determinações do capital movem o destino da classe trabalhadora, Marx (1988) elucida que é importante compreendermos primeiramente “a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação” (p. 178). Para ele, a composição do capital deve ser compreendida em um duplo sentido: na perspectiva do valor, “ele é determinado pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários” (p. 178); em relação à matéria, como ocorre seu funcionamento no processo produtivo, “cada capital é determinado pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego” (p.178). O primeiro sentido nada mais é do que a chamada composição-valor e o segundo a composição técnica do capital.

Com base na análise de Marx, torna-se possível salientar que a composição do capital é o ponto de partida para se compreender como funciona o processo da produção capitalista. A composição-valor e a composição técnica do capital determinam os meios de produção e a força de trabalho, por isso, entre ambos há uma estreita correlação: “Chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica” (p.178). Neste sentido, a composição do capital é entendida pela sua composição orgânica, ou seja, composição-valor e composição técnica, sendo que ambos são investidos pelo capital na mesma proporção e uma parte de mais-valia é retirada para suprir a força de trabalho conforme as necessidades do capital.

Ainda no contexto da composição do capital, o autor afirma que os capitais individuais aplicados em determinada esfera da produção possuem entre si composição mais ou menos diferenciada. Ele parte do pressuposto de que há vários capitais nas mãos de muitos

7 Neste primeiro item do capítulo iremos recorrer a este texto de Marx, por isso todas as vezes que citá-lo iremos indicar apenas o número da página.

capitalistas individuais, porém, tais capitais possuem entre si diferentes composições em maior ou menor grau. Assim, “a média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção” (p.178). O resultado da soma desses numerosos capitais individuais equivale a uma média que constitui a composição global do capital num determinado ramo da produção. E, somente a média global de todas as composições dos diversos ramos da produção estabelece uma composição do capital social de um país. Como o autor especifica, “crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho” (p.178). Quanto mais se desenvolve o capital, em termos de crescimento amplo e contínuo da acumulação, mais cresce o valor da força de trabalho, ou seja, crescimento do capital é o mesmo que crescimento de mais-valia, ao se desenvolver a exploração da força de trabalho.

Através de uma crescente exploração sobre a força de trabalho o capital passa a acumular uma parcela de mais-valia extraída do trabalho. Com isso, “uma parcela de mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (p.178), pois, para uma geração contínua de mais-valia há a necessidade de manter a exploração da força de trabalho ativa. Neste sentido, pode-se afirmar que essa é a lógica do sistema capitalista para perpetuar sua contínua e crescente acumulação. Nas palavras do autor:

Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital (p.178-179).

A lógica que rege a composição do capital no processo de produção necessita sempre de uma mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, para ser empregada sob trabalho. Neste sentido, quanto mais se desenvolve a acumulação da produção capitalista, mais se amplia a exploração da força de trabalho e a mais-valia extraída para o capital. Para Marx, parte da mais-valia produzida anualmente pelo capital, ao ser adicionada ao capital global, eleva anualmente, na mesma proporção, a produção em sua ampla expansão, impulsionando o enriquecimento acelerado da burguesia.⁸ Desse modo, a acumulação se amplia ao transformar parte da mais-valia em capital e renda, justamente porque as necessidades de acumulação estão acima das necessidades das massas que carecem vender sua força de trabalho ao capital. Por isso, a crescente procura das massas por trabalho tende a

⁸Marx exemplifica tal enriquecimento ao salientar o processo de “abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência das necessidades sociais recém desenvolvidas, etc.”. (p.179).

ficar em proporção maior que sua oferta, ocorrendo como consequência imediata a elevação dos salários:

A escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada de mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou o número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima. Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial (p.179).

Assim:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. (p. 179).

Neste contexto, pode-se compreender que o processo de reprodução contínuo da força de trabalho na sociedade capitalista tornou-se necessário para elevar o desenvolvimento produtivo de acumulação. Pois, a lógica burguesa busca intensificar, por meio de seu próprio interesse, o processo de exploração e de dominação sobre numerosos trabalhadores subordinados ao mercado de trabalho. Assim, o trabalhador vende sua força de trabalho por um salário que apenas lhe garante o necessário à sobrevivência e boa parte da riqueza produzida por ele passa para as mãos de uma oligarquia burguesa. Desse modo:

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, as necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção (p.182).

A lógica do capital tem como base primordial atender aos interesses burgueses, por isso, o trabalho é explorado e a parte mínima do produto em dinheiro produzida pelos trabalhadores é convertida em seus salários; o restante é acrescentado ao acúmulo de mais-valia que se transforma em capital da oligarquia burguesa. Neste sentido, o salário condiciona o fortalecimento de determinada quantidade de trabalho não-pago por parte do trabalhador, portanto, o aumento do salário significa apenas redução quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar ao capital. Como afirma o autor:

Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. A condição de sua venda quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador (p.182–83).

Nesta direção, o processo de acumulação do capital é inversamente proporcional ao acréscimo do salário, pois se o salário aumenta não há lucratividade para o capital, mas, se o salário se reduz amplia a acumulação em decorrência da mais-valia que é o dinheiro não pago dos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas. A diminuição do trabalho não-pago só torna-se possível se não ameaçar o sistema. Portanto,

a lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, redonda simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre trabalho não-pago, transformado em capital e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado, a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora (p.184).

O crescimento da acumulação a partir do trabalho social provoca o aumento do capital e nesse processo de produção tanto aumenta o crescimento das forças produtivas quanto diminui o número de trabalhadores na produção, entretanto com mais trabalho incorporado. Ou seja, poucos trabalhadores fazem o trabalho de muitos e o resultado do aumento das forças produtivas gera a acumulação cada vez mais crescente. Neste sentido, podemos demonstrar que a elevação do salário não se dá mediante o acúmulo da riqueza, mas o desenvolvimento da acumulação do capital é o precursor do desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente de mais acumulação.

Abstraindo-se as condições naturais, como fertilidade do solo etc. e a habilidade dos produtos, os quais trabalham independente e isoladamente, que, no entanto se patenteia mais qualitativamente na perfeição do que quantitativamente na massa do produto, o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio da força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham duplo papel. O crescimento de um é conseqüência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. (p.185).

Como Marx explica, é por meio da divisão manufatureira do trabalho e da utilização das máquinas, que se processa mais matéria-prima. “Essa é a consequência da crescente produtividade do trabalho”. Porém, sendo “condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa crescente produtividade do trabalho”. (p. 185). Esse acréscimo da produtividade surge com um decréscimo da massa de trabalho. Assim, a mudança que ocorre na composição técnica do capital é explicitada no crescimento da massa dos meios de produção, que não é mais proporcional à massa da força de trabalho. Desse modo, para Marx:

O decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante ou composição modificada do valor do capital indica, no entanto, de modo apenas aproximado, a mudança na composição de seus componentes materiais. Se hoje, o valor do capital investido na fiação é $\frac{7}{8}$ constante e $\frac{1}{8}$ variável, a massa de matéria-prima, meios de trabalho etc., que determinado quantum de trabalho de fiação consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII. (p.186).

Nessa exposição, o autor salienta que o aumento da produtividade, ao “elevar os volumes do meio de produção” (p. 186), corresponde à menor quantidade de força de trabalho em relação aos meios de produção. Neste sentido, “o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho pressupõe cooperação em larga escala”, somente com esse pressuposto é que ele pode “organizar a divisão e a combinação do trabalho; poupar os meios de produção mediante concentração maciça; criar os meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, postos a serviço da produção colossais forças da Natureza”. Assim, “pode ser completada a transformação do processo de produção em aplicação tecnológica da ciência”. Como Marx explica:

À base de produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedades de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias, portanto, de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzirem automaticamente. Aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. (p.186).

Diante desta análise podemos salientar que o desenvolvimento das forças produtivas gerou boas condições à acumulação oligárquica do capital e, desse modo, a composição orgânica do capital passa a ser alterada em favor do capital e em detrimento da condição humana. Ou seja,

Todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação. São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada. A contínua retransformação de mais valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. (p. 186).

Nestes termos, por meio do crescimento acelerado da produção, o investimento do capital constante passou a ser maior em detrimento do capital variável, porém a força de trabalho passou a ser mais explorada em meio à intensificação do trabalho realizado por uma menor quantidade de trabalhadores, em conveniência à acumulação e ao lucro. Sendo assim, o desenvolvimento da produção ocorre com a intensificação da força produtiva do trabalho e da produção acelerada de mais valia. Na perspectiva de Marx “Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, como modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital.” Para o autor, “esses dois fatores econômicos criam, de acordo, a relação conjugada dos impulsos em que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante”. (p. 187). Portanto:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército industrial maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a multiplicação da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (*idem*, p. 187).

É neste sentido que o nosso autor assevera: “O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais”. Desse modo, crescem os capitalistas individuais e a concentração dos meios de produção. Ao mesmo tempo, “parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos”. (p. 187). Assim sendo, “Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número de capitalistas”. (p. 187).

Além disso, o autor especifica que a concentração de capitais está diretamente ligada à acumulação por meio de dois pontos característicos. O primeiro diz respeito a uma “crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais”. Já o segundo diz respeito ao “capital social, localizado em cada esfera específica da produção, repartido em muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente correspondentes”. Desse modo, “a acumulação e a

concentração que a acompanha, não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais pela fragmentação de capitais antigos”. (p. 187). Portanto, a acumulação para Marx “viabiliza a concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho”, bem como, surge como “repulsão recíproca entre muitos capitais individuais”. Ou seja, as “transformações de muitos capitalistas menores em poucos capitalistas maiores”. (p. 187).

Podemos dizer que a acumulação e a concentração são processos que se diferenciam. No caso da concentração “o capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido em muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração.” (p. 187). Diante da concorrência, do aumento da produtividade em larga escala, e do conseqüente barateamento das mercadorias, capitalistas menores disputam as esferas de produção com os capitalistas maiores. Assim, surge uma rivalidade entre os capitais, que: “termina sempre com a ruína de muitos capitais menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram”. (p. 188). Além disso, nesse processo aparece “uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito” (p. 188), que surge na mesma proporção em que se desenvolve a produção, a acumulação capitalista e a concorrência: estas últimas sendo “as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza social” (p. 188). E isso é o que diferencia a centralização da concentração. Portanto:

A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudanças simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último se todos os capitais aí investidos fossem fundidos num só capital individual. Em dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital global da sociedade estivesse na mão seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas. (p. 188).

Assim, “a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitais industriais em condições de expandir a escala de suas operações.” (p. 188). Conforme o autor, “a expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais” (p. 188). Por meio da centralização, poucos capitais, que investiram no desenvolvimento das forças produtivas mediadas pela concentração, retiram muitos capitais menores, aglomerando assim grandes capitais nas mãos de alguns poucos. Desse modo, “a centralização assim reforça e acelera os

efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumenta sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho”. (p. 189).

É importante, também, salientar que essas transformações na produção intensificam o processo de diminuição da demanda de trabalho. É neste contexto histórico que surgem as primeiras formas de desemprego, quando muitos trabalhadores são repelidos da produção devido à intensificação da produção e à centralização do capital. Através da centralização e da concentração da riqueza, a acumulação do capital passa a se realizar com a “alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável.” (p. 189). Assim, o capital variável diminui, enquanto o capital constante aumenta.

Com o crescimento do capital global também cresce a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. O crescimento acelerado do capital resulta no decréscimo do capital variável, que se dá em proporções cada vez maiores e “aparece como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que o capital variável ou seus meios de ocupação”. (p. 190). Todavia, “a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”. (p. 190). Com isso, Marx assevera que,

Considerando o capital global de uma sociedade, o movimento de sua produção ora provoca variações periódicas, ora seus movimentos se repartem, simultaneamente, nas diferentes esferas da produção. Em algumas esferas ocorre mudança na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta, em decorrência de mera concentração; em outras o crescimento absoluto do capital está ligado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou força de trabalho absorvida por ele; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento, ora ocorre mudança orgânica e se contrai sua componente variável; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligados a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, que assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. (p. 190).

Neste contexto, podemos ressaltar que o processo de concentração e centralização do capital alterou a composição do capital, na qual a força de trabalho passou a ser cada vez mais supérflua em comparação aos meios de produção. Tal mudança tornou-se favorável para o capital, pois ele pode explorar mais com a frequente intensificação da extração do sobretrabalho e o conseqüente acúmulo exacerbado de mais valia. Com a alteração das

relações de produção surge um exército industrial de reserva, no qual, grandes massas são colocadas à disposição do capital, constituindo-se no que se denomina de desemprego.

O exército industrial de reserva favorece o desenvolvimento da acumulação de capital, pois ele “é uma condição de existência do modo de produção capitalista.” Então, a acumulação “constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.” (p. 191). O material humano está sempre pronto para ser explorado.

Nesta direção, podemos enfatizar que o processo da indústria moderna, “interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação”. (p. 192). Assim, “por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais energéticos agentes de sua reprodução”. (p. 192). Para o autor, este processo da indústria moderna é algo inteiramente novo:

A expansão súbita e internamente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independentes do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de liberar constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação da parte da população trabalhadora em braços de desempregados ou semi-empregados. (p. 192).

Portanto, o exército industrial de reserva ou superpopulação é condição do capital, restando para os que estão inseridos na produção uma insegurança, pois a qualquer momento podem ser substituídos ou repelidos dependendo da necessidade do capital. A partir desse contexto, podemos identificar a presença do desemprego, pois no processo de produção capitalista, grandes massas de trabalhadores são expulsas para que o capital possa cada vez mais se expandir e acumular. Assim, o fenômeno do desemprego começa com no início do processo de industrialização e se intensifica com a expansão das forças produtivas. Os trabalhadores são submetidos à valorização do capital e esta condição os coloca a mercê do capital; uma das consequências deste processo é o trabalho sem estabilidade ou o desemprego para a maior parte dos trabalhadores.

Diante dessa análise, também devemos mencionar as mudanças das fases do ciclo industrial, de que Marx explicita quando salienta que a superpopulação engloba todo o trabalhador desocupado parcial ou integralmente, e por isso, o ciclo industrial possui três contínuas formas de superpopulação denominadas líquida, latente e estagnada. A forma

líquida da superpopulação refere-se aos trabalhadores que ora são repelidos, ora atraídos pelo mercado industrial de reserva, de modo que, o número de ocupados cresce de maneira decrescente se comparado com o processo de acumulação. Nos centros da indústria moderna muitos trabalhadores são “ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma fluente”. (p. 198).

A forma latente ocorre por meio do envolvimento da produção capitalista com a agricultura, provocando uma diminuição da demanda da população trabalhadora do campo que se encontra na eminência de mudar-se para a cidade como o proletariado urbano. Nessa condição, o fluxo constante de trabalhadores rurais para as cidades surge de uma contínua superpopulação latente no próprio campo. “O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (p.199). Assim, a apropriação do capital na agricultura gera desemprego para o proletariado rural ao ingressá-lo na indústria urbana.

A forma estagnada da superpopulação relativa constitui uma parte significativa do exército de trabalhadores ativos, porém, com ocupação irregular. Marx argumenta que esta fase “é caracterizada pelo máximo do tempo do serviço e mínimo do salário”. E ainda acrescenta, “(...) ela constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor e auto-perpetuador da classe operária, que tem participação proporcionalmente maior em seu crescimento global do que os demais elementos” (p. 199). Portanto, os trabalhadores nesse contexto são mais explorados, pois, mesmo inseridos na produção são direcionados a realizar mais trabalho de maneira irregular, sua produção tem um tempo de serviço elevado e com menos salário. Nas palavras do autor:

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital (p.199).

Mediante o que foi exposto com base na *Lei geral da acumulação capitalista*, o supracitado autor ressalta que, “essa lei soaria absurda entre selvagens ou mesmo entre colonos civilizados. Ela lembra a reprodução maciça de espécies de animais individualmente fracos e muito perseguidos” (p.199) e, diz respeito, tanto ao desenvolvimento do capital que gera uma classe dominante, detentora da riqueza, quanto ao crescimento da pobreza e da superpopulação relativa.

Portanto, verificamos que o fundamento material do desemprego está alicerçado numa lógica contraditória do capital, pois o processo de desenvolvimento da acumulação capitalista direciona o rumo da classe proletária, seja para absolvê-la, seja para expulsá-la do ciclo produtivo. A partir desses fundamentos podemos dizer que o desemprego, deve ser compreendido por meio da dinâmica contraditória do capital. As mudanças no interior do trabalho é resultado do desenvolvimento das forças produtivas para ampliar os lucros na mesma proporção em que crescem as fileiras de desempregados. Para mostrarmos como esse processo se efetiva na base da indústria nascente, veremos a seguir, como se desenvolve o capital e seus processos de atração e repulsão da força de trabalho no momento histórico da maquinaria à grande indústria, e como as consequências desse período são atreladas à classe trabalhadora inglesa do século XIX.

1.1.2 Maquinaria e grande indústria: o marco do desemprego na lógica do desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Como vimos no item anterior, o desenvolvimento do capital crescente faz aumentar constantemente o número de trabalhadores em geral, reduzir a oferta de trabalho e ampliar a produção da riqueza em face da exploração da força de trabalho. A lei geral capitalista prevalece firme nas bases do sistema produtivo, estabelecendo o que há de primordial em sua essência: acumulação de capital sempre ascendente. As consequências mais drásticas que essa lei proporciona à sociedade estão tomando conta das cidades. A cada momento que se elevam as forças produtivas, se elevam os padrões de desordem e descontentamentos infundáveis.

É com esse entendimento que elucidaremos neste item, a lógica da lei geral no berço da produção burguesa, onde surge a cooperação como um processo que dará as condições necessárias para o desenvolvimento da maquinaria e grande indústria. Analisaremos nesse período histórico o crescimento produtivo do capital e a desvalorização da força de trabalho, que se torna cada vez mais explorada e submetida à lógica da atração e repulsão nos grandes centros industriais ingleses do século XIX.

1.1.2.2. Desenvolvimento industrial: ampliação da produção da riqueza e intensificação da exploração e desvalorização da força de trabalho.

Para entender o significado do desenvolvimento das forças produtivas como fator predominante da ampliação do desemprego, é imprescindível recorrermos à análise de Marx⁹ sobre a cooperação, maquinaria e grande indústria, momentos que definem as bases do crescimento econômico do capital em contrapartida à intensificação da exploração e desvalorização da força de trabalho. Neste sentido, enfatizaremos o progresso ascendente da produtividade burguesa que efetivou a lógica de atração e repulsão da força de trabalho, transformou as pequenas propriedades rurais em grandes cidades e centros industriais, ao mesmo tempo em que propagou a instigante degradação da classe trabalhadora ativa e daqueles que foram submetidos às imensas fileiras do exército industrial de reserva.

Os diferentes momentos da produção que levaram o surgimento industrial a firmar seu espaço no mercado devem ser aqui mencionados. Passagens do livro “A história da riqueza do homem” de Leo Huberman¹⁰ nos trazem alguns aspectos importantes dos sistemas anteriores de produção a chegada da revolução industrial. No início da Idade Média, o sistema produtivo predominante era o familiar, destinado à produção para consumo. Posteriormente, o sistema de corporações ganha espaço ao integrar na produção os chamados mestres, artesãos e ajudantes, todos, donos da matéria e ferramentas do trabalho. Estes, não necessitavam vender seu trabalho, mas apenas o produto do seu trabalho. Com base na crescente demanda, o sistema doméstico entra em cena no século XVI ao XVIII. Era uma produção realizada em casa pelo mestre artesão e ajudante, porém, ao contrário do sistema anterior, eles não eram independentes - eram apenas tarefeiros assalariados, tinham a ferramenta, mas dependiam da matéria de um intermediário ao consumidor. Com o tempo o sistema fabril passa a liderar o espaço produtivo, ao ser realizado em edifícios cujo dono é um empregador que se apodera também de todas as ferramentas e da matéria a ser trabalhada. Aqui, o trabalhador é destituído de todas as ferramentas e matérias para executar seu trabalho, seu único meio de sobrevivência é estabelecido por meio da venda de sua força de trabalho em troca de um salário ao seu empregador.

É neste momento histórico da acumulação primitiva capitalista que aparecem os primeiros sinais do desemprego. “*A Assim Chamada Acumulação Primitiva*” de Karl Marx nos revela que a pré-história do capital, refletida pela terrível e complexa expropriação da

9 Neste item, também iremos recorrer por várias vezes a esse mesmo texto do Marx, todas as vezes que o citarmos indicaremos apenas o número da página.

10 HUBERMAN, L. A História da Riqueza do homem: do feudalismo até o século XXI. Editora Ltc. 22ª edição, 2011.

massa do povo, com os mais variados métodos violentos que existiram, elevou a produção ao auge de seu desenvolvimento e transformou a propriedade privada obtida com o próprio trabalho do trabalhador em propriedade privada capitalista. Assim, o desemprego estabeleceu-se nas grandes cidades industriais no momento em que a habilidade manual passou a ser substituída pelas máquinas e o capital tornou-se mais necessário. No campo, ele se manifestou a partir do momento em que uma grande massa do campesinato foi expulsa de suas terras, encontrando no trabalho da indústria a única forma de subsistência – a venda da força de trabalho por um salário.

A partir desse momento, um número maior de trabalhadores passou a ocupar a produção como uma necessidade do capital ampliar a extensão do processo de trabalho e fornecer seus produtos numa escala cada vez maior. Assim, o capitalismo se constitui e se desenvolve primordialmente como um modo de produção que envolve um número maior de trabalhadores trabalhando simultaneamente e no mesmo lugar, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob a ordem do mesmo capitalista. Nestas condições, a manufatura entra em cena e manifesta sua produtividade sob a mesma técnica da cooperação, envolvendo muitos trabalhadores que planejadamente trabalham lado a lado, no mesmo processo da produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.

Embora esta forma de produzir seja muito similar em seus primórdios com a indústria artesanal das corporações, ela amplia a oficina do mestre artesão. A propriedade privada capitalista teve no processo de cooperação a condição necessária para dar início ao seu progresso na base industriaria. A cooperação como uma forma de organização específica do sistema produtivo burguês foi a primeira modificação que o trabalho real passou a experimentar pela sua subordinação ao sistema produtivo burguês. Transformou o processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres em força de trabalho disponível ao capital. Nas palavras de Marx,

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente, o ponto de partida da produção capitalista. Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre artesão é apenas ampliada. (p. 257).

Segundo Marx, a revolução no modo de produção manufatureiro surgiu pela conjugação de vários fatores decorrentes do trabalho em cooperação como: o aumento da

potência das forças mecânicas do trabalho; o estreitamento do espaço produtivo em relação à escala da produção; a mobilização de muito trabalho em pouco tempo; a execução de diversas operações ao mesmo tempo; bem como a economia dos meios de produção mediante seu uso coletivo. Neste processo, a cooperação só acontece se os trabalhadores estiverem juntos, ou seja, se o capitalista comprar simultaneamente sua força de trabalho. Para isso, é necessário que o capitalista disponha de certo capital inicial que, por meio da produção de mais valia, assegure a transformação do pequeno patrão em capitalista e estabeleça, com isso, o capital como relação social. Assim, este capital inicial torna-se a condição material para transformar os processos de trabalhos individuais em um processo de trabalho social combinado.

Por meio da cooperação de muitos trabalhadores assalariados, as ordens capitalistas tornam-se agora indispensáveis para a execução do próprio processo de trabalho. Desse modo, cristalizam-se os processos ascendentes de exploração sobre a força de trabalho ocupada, bem como o antagonismo de classes existentes entre capital e trabalho. Também, o controle e vigilância sobre a força de trabalho é evidente na manufatura, pois gerentes e administradores de diversos níveis exercem o comando em nome do capital sobre a força de trabalho ativa.

Como vimos, o modo de produção capitalista necessita obter um maior crescimento possível de capital, e para isso deve reproduzir mais valia em escala cada vez mais ascendente. Na manufatura, isto pode ser possível através da produção de mais valia absoluta, com base na ampliação do número de trabalhadores ocupados, e pela efetivação da jornada coletiva e simultânea de trabalho, ao invés da jornada individual. Neste processo, Marx afirma que “a lei geral de valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento desde o início, trabalho social médio”. (p. 258).

Grandes transformações ocorrem nas condições objetivas do processo de trabalho com a introdução de um elevado número de trabalhadores na produção, preservando sua base técnica na cooperação. Essa enorme gama de trabalhadores no mesmo espaço produtivo propicia um consumo em comum dos meios de produção, gerando assim economia de trabalho morto. Conforme Marx, “a produção de uma oficina para 20 pessoas custa menos trabalho que a produção de 10 oficinas para duas pessoas cada uma, e assim o valor dos meios de produção coletivos e concentrados massivamente não crescem em geral na mesma proporção do seu volume e efeito útil”. Para ele, os meios de produção coletivos e concentrados “entram no processo de produção com um valor que, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de produção, é relativamente menor”. (p. 258-9). Ademais, “uma dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados”. (p. 260). Segundo o autor, isto acontece porque

a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social das forças que se desenvolvem quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa [...]. O efeito do trabalho combinado não poderia, neste caso, ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva individual que tem de ser, em si, e para si, uma força de massas. (p. 259-60).

Mediante os esclarecimentos até aqui mencionados sobre a importância da cooperação no período manufatureiro para o desenvolvimento da produção capitalista, podemos agora elucidar as principais características da produção mecanizada, como fatores essenciais para o surgimento da revolução industrial no século XVIII. Então, comecemos com Marx, ao explicar que a produção mecanizada constitui-se de três partes diferenciadas:

A máquina motriz atua como força motora de todo o mecanismo. Ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética, etc., ou recebe o impulso de uma força natural já pronta fora dela, como a roda d'água, o da queda d'água, as pás do moinho, o do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies, regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela só apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial do século XVIII. Ela constitui ainda todo o dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada. (p. 6).

Desse modo, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho reaparecem de forma modificada, como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. Logo, para Marx:

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. Que, portanto, a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, mesmo que o ser humano continue sendo o primeiro motor. O número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos. (p. 7).

Diante desta análise, podemos perceber que com o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho pela máquina, as ferramentas naturais do homem tornaram-se limitadas. Pelo fato de que, o número de ferramentas da máquina estava “emancipado da barreira orgânica que restringia a ferramenta manual de um trabalhador.” (p. 7). Assim, a criação das máquinas-ferramentas tornou-se necessária para dar condição à invenção da máquina a vapor revolucionada que ocorreu quando “o homem em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho atuou apenas como força motriz de uma máquina-ferramenta, tornou-se casual a força motriz revestir-se de músculos humanos e o vento, a água, o vapor etc. pode tomar seu lugar”. (p. 8). Neste sentido, “a máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substituiu o trabalhador que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz”. (p. 8).

Nestes termos, a máquina, ainda vista como elemento simples da produção mecanizada, passou a ter a necessidade de ampliar seu tamanho e seu número de ferramentas operantes. Por isso, tornou-se necessário um mecanismo motor mais volumoso, e “tal mecanismo, para superar sua resistência, precisou de uma força motriz mais possante que a força humana”. (p. 8). Desse modo, “pressupondo-se que o homem atue ainda como força simples motriz, que, portanto no lugar de sua ferramenta haja uma máquina-ferramenta, forças naturais podem agora também substituí-lo como força motriz.” (p. 8).

O período manufatureiro desenvolveu-se com os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria. Pois, depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas mecânicas a máquina motriz adquiriu forma autônoma, ou seja, “totalmente emancipada dos limites da força humana” e, só assim, “ela pôde prover, ao mesmo tempo, muitas máquinas de trabalho” (p. 10). Para Marx,

a partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoada em seus detalhes. (...) Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos. (Marx, 1988; p. 12).

Assim, é cabível ressaltar que a manufatura foi o fundamento técnico imediato da grande indústria. Aquela produziu as máquinas e esta superou o artesanato e a manufatura no

âmbito da produção. “O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condicionou seu revolucionamento nas outras”. E para isso, “a grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés”. (p. 14). Desse modo, o meio de trabalho explícito na maquinaria,

adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores manuais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (p. 15).

Portanto, como vimos, com a evolução e ampliação da ferramenta ao tornar-se parte de um mecanismo criado pelo homem, “o capital põe o operário a trabalhar agora com uma máquina, que conduz por si mesma suas ferramentas”. Assim, “a grande indústria tem de aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho mediante a incorporação de monstruosas forças da Natureza e das ciências naturais ao processo de produção”. (p. 16). A máquina foi à precursora do processo de trabalho na fábrica desenvolvida e com a grande indústria, a base técnica tornou-se o eixo direcional da produção capitalista, subordinando o trabalhador sobre esta técnica na maquinaria.

Neste período histórico, o processo de diminuição da jornada de trabalho, a intensificação da força de trabalho e a introdução de crianças e mulheres nas fábricas foram fatores decisivos para o desenvolvimento da acumulação capitalista. Nesta fase da produção, a utilização da força de trabalho feminina e infantil fez diminuir a força de trabalho masculina, por esta sair mais cara para o capitalista. Nas palavras de Marx:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (p. 21).

Nestes termos, o processo de substituição de trabalho e de trabalhadores tornou-se um meio de elevar o número de assalariados, situando todos os membros da família dos trabalhadores sob o comando do capital. Assim, “o trabalho forçado para o capital usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família.” (p. 21). Além do mais, podemos observar que o trabalho infantil deste período da maquinaria reflete no menor aprendiz que existe atualmente no mercado: fonte de intensificação do trabalho que ao longo dos anos foi se moldando na possibilidade de “humanizar os processos anteriores”.

Marx assegura que “o valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção de toda a sua família.”(p. 21). Neste sentido, a maquinaria quando lança todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, divide o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família. Desse modo, “ela desvaloriza a força de trabalho.” (p. 21). Ainda nesse período da maquinaria, além de todos esses fatores anteriormente citados, havia uma intensa degradação moral que foi decorrente da exploração capitalista sobre o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas. Também, quanto à intensificação da jornada de trabalho:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçá-lo seu apetite voraz por trabalho alheio. (p. 27).

Como vimos, diferentemente da manufatura em que havia combinação de trabalhos parciais para produzir as mercadorias em processo coletivo, na grande indústria é instalado um processo definido, por meio da máquina que vai alterar o processo produtivo de acordo com as necessidades da acumulação do capital. O valor da máquina é inferior à força de trabalho que ela substitui, por isso, o objetivo de sua existência reflete na necessidade de encurtar a jornada de trabalho e diminuir ainda mais o número de trabalhadores no mercado intensificando o processo de exploração das forças produtivas. Assim, quanto maior o ambiente da maquinaria, maior o trabalho não pago empregado nela e na medida em que o capital vai se desenvolvendo e ampliando sua riqueza, a classe trabalhadora passa a sofrer cada vez mais com o processo de intensificação da exploração do trabalho resultante desse crescimento exacerbado do capital.

O efeito do prolongamento da jornada de trabalho na maquinaria resultou numa pressão da população trabalhadora sobre esta forma de exploração, daí sua diminuição ter sido uma alternativa do capital para conter tais manifestações e intensificar a exploração do trabalho excedente. Tal mudança estabeleceu uma maior condensação de trabalho e de consumo produtivo da força de trabalho. Como afirma Marx:

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que a maquinaria produz na mão do capital, provoca mais tarde, como vimos, uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada. Com base nesta última, desenvolve-se um fenômeno, que já encontramos antes, de decisiva importância — ou seja, a intensificação do trabalho. (p. 31).

Desse modo, esta intensificação do trabalho resulta do progresso e da experiência da mecanização, que aumenta naturalmente a sua velocidade, configurando assim, a mais valia relativa como consolidação da base capitalista de produzir. Como o autor afirma:

Num trabalho que não se caracteriza por paroxismos transitórios, mas por uma uniformidade regular, repetida a cada dia, tem que se alcançar um ponto nodal em que prolongamento da jornada de trabalho e intensidade do trabalho excluem-se mutuamente, de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só é compatível com um grau mais fraco de intensificação do trabalho e, vice-versa, um grau mais elevado de intensidade com a redução da jornada de trabalho. Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter da mais valia relativa. (p.31).

Como vemos, o método de produção da mais valia relativa incide em capacitar o trabalhador, com maior força produtiva de trabalho, a “produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo.” (p. 31). Neste sentido, “o mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor de troca inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual.” (p. 31).

Assim, a redução da jornada de trabalho dá um impulso ao desenvolvimento da força produtiva e da economia das condições de produção ao ser imposto ao trabalhador maior dispêndio de sua força de trabalho em menor tempo. Com isso, surge uma tensão mais elevada da força de trabalho por causa da jornada de trabalho que se torna mais densa, ou seja, “impõe ao trabalhador uma condensação de trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta”. (p. 31). Portanto, diante desta realidade interdita na época

da grande indústria, torna-se importante analisarmos a seguir que o desenvolvimento da mais valia só pode ser intensificado na produção com a diminuição dos trabalhadores no mercado de trabalho. Essa é uma tendência imanente do capital: só elevar a mais valia se e somente se diminuir o número de trabalhadores no mercado, ou seja, proliferando o número de trabalhadores desempregados.

1.1.3.2 Repulsão e atração dos trabalhadores na base industrial.

Diante dos pressupostos anteriormente enfatizados, podemos afirmar que com o desenvolvimento do mercado na base da industrialização do capital nem sempre o sustento foi garantido por meio do trabalho, pois de forma cada vez mais intensa, a lógica de atração e repulsão da força de trabalho se manifesta no modo de produção capitalista. Para Marx,

a maquinaria, depois do pavor de seu período de introdução e desenvolvimento, aumenta, em última instância, os escravos do trabalho, ao invés de finalmente diminuí-los! Sim, a Economia Política se rejubila com o teorema repelente, repelente para qualquer “filantropo” que acredite na eterna necessidade natural do modo de produção capitalista, de que mesmo a fábrica baseada na produção mecanizada, depois de certo período de crescimento, depois de maior ou menor “período de transição”, esfalfa mais trabalhadores do que ela originalmente pôs no olho da rua! (p. 58 – 59).

E mais:

Apesar da massa de trabalhadores factualmente deslocada e virtualmente substituída, como, com seu próprio crescimento, expresso em maior número de fábricas da mesma espécie ou nas dimensões ampliadas das fábricas existentes, os operários de fábrica possam ser, afinal, mais numerosos do que os trabalhadores de manufatura ou artesãos deslocados por eles. (p. 60).

As inovações da maquinaria, ao se expandirem no ramo da indústria à custa do artesanato ou da manufatura anteriores, passaram a obter um “raio de ação de importância decisiva por causa dos extraordinários lucros que ajudou a produzir.” (p. 61). Segundo o supracitado autor, o primeiro período de avanço da introdução da maquinaria à indústria teve especiais vantagens ao se fixar nos ramos da produção. Entretanto,

Assim que o sistema fabril ganhou certa base existencial e certo grau de maturidade, especialmente quando sua própria base técnica, a maquinaria, passou, por sua vez, a ser produzida por meio de máquinas, assim que a extração de carvão e ferro, bem como a elaboração dos metais e os meios de transportes são revolucionados, quando, em suma, foram estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquiriu elasticidade, uma súbita capacidade de expansão aos saltos, que só na matéria-prima e no mercado de escoamento encontrou limites. (p. 61).

Desse modo, a perpétua “transformação em excedentes” dos trabalhadores dos países que vivenciaram a grande indústria promoveu de forma artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformaram em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem. Neste sentido, surgiu assim uma nova divisão internacional do trabalho, ajustada “às principais sedes da indústria mecanizada, que transformaram parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para outro campo preferencialmente industrial.” (p. 62).

Nas palavras de Marx, “a enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e consequente saturação dos mercados, cuja contração provoca estagnação.” Assim, para ele,

a vida da indústria se transforma numa sequência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores tornam-se normais com essas oscilações periódicas do ciclo industrial. Descontados os tempos de prosperidade, impera entre os capitalistas a mais intensa luta em torno de sua participação individual no mercado. Essa participação está em relação direta com a barateza do produto. Além dessa rivalidade, produzida por esse fato, no uso de maquinaria aperfeiçoada, que substitui a força de trabalho, e de novos métodos de produção, surge toda vez um ponto em que o barateamento da mercadoria é buscado mediante diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho. (p. 62).

Podemos dizer então que o crescente número de trabalhadores na fábrica ocorre devido ao crescimento acelerado do capital global investido nessas fábricas, por meio do ciclo industrial. Tal crescimento só passa a ser interrompido com o progresso técnico, que passa a substituir os trabalhadores de fato.

As transformações que buscam qualificar a produção mecanizada separam os trabalhadores da fábrica ou deixam de contratar mais trabalhadores, reduzindo seu quadro de demanda. Dessa forma, “os trabalhadores são ininterruptamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para outro, e isso numa mudança constante de sexo, idade e habilidade dos recrutados.” (p.64). Marx nos mostra através de um exemplo as consequências sobre o trabalho com a crise do algodão¹¹:

¹¹Segundo Marx, “a história da falta de algodão é característica demais para que não se demore nela por um instante. Pelas indicações das condições do mercado mundial de 1860 a 1861, vê-se que a crise do algodão foi oportuna e, em parte, vantajosa para os fabricantes”. (p. 67).

Os operários, porém, não tiveram de sofrer apenas com as experimentações dos fabricantes nas fábricas e das municipalidades fora das fábricas, não só com reduções salariais e desemprego, com penúrias e esmolas, com discursos laudatórios dos lordes e dos membros da Câmara dos Comuns. ‘Infortunadas mulheres, desempregadas devido à crise algodoeira, tornaram-se párias da sociedade e assim continuaram. [...] O número de jovens prostituídas cresceu mais do que durante os últimos 25 anos.’ (p. 67).

Diante deste exemplo entendemos que os trabalhadores são os mais afetados, seja pelas reduções salariais, pelo pauperismo, pelo desemprego, enfim, o capitalismo se desenvolve e junto com este crescimento se expande, também, a pobreza, a desvalorização e precarização do homem enquanto ser social.

Convém ainda destacar que, o desenvolvimento da grande indústria passou a superar tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho. Neste sentido, sua forma capitalista buscou reproduzir, ainda mais intensamente, a divisão do trabalho, através da transformação do trabalhador “em acessório consciente de uma máquina parcelar e, em todos os outros lugares, em parte mediante o uso esporádico das máquinas e do trabalho das máquinas.” (p. 77). Neste sentido,

como a grande indústria, em certo estágio, mediante o revolucionamento do modo de produção material e das relações sociais de produção, também revoluciona as cabeças, [...] onde máquinas artesanais, impulsionadas por força humana, concorrem direta ou indiretamente com maquinaria mais desenvolvida e, portanto, pressupondo força motriz mecânica, ocorre grande mudança com referência ao trabalhador que movimenta a máquina. Originalmente, a máquina a vapor substituiu esse trabalhador, agora é ele quem deve substituir a máquina a vapor. Por esse motivo, a tensão e o desgaste de sua força de trabalho tornam-se monstruosos, e isso, sobretudo para menores, que são condenados a essa tortura! (p. 77).

Em meio às palavras de Marx é cabível salientar que com o desenvolvimento da indústria, o capitalismo passou a explorar cada vez mais o trabalhador, além de não se importar com o perfil desse trabalhador, ou seja, se é uma criança, mulher, enfim, todos foram submetidos a esta tortura do trabalho. E por isso, fica claro que “a natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador”. Além disso, “reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas.” (p. 85). Desse modo:

Essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da

classe trabalhadora, o mais desmensurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. (p.85).

Portanto, podemos concluir que o capitalismo não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, tanto as relações de produção, quanto as relações sociais em geral. Seu revolucionamento contínuo e sempre crescente na produção abala todas as condições sociais, por meio da insegurança, dos atos desumanos de desigualdades, enfim, de seus necessários movimentos que caracterizam a época burguesa na sua essência em face de todas as épocas anteriores. Assim, compreendemos que o desemprego é imanente ao capital, aspecto demonstrado por Engels quando trata sobre as grandes cidades e os processos de concorrência entre os trabalhadores ingleses em meados do século XIX, como veremos a seguir.

1.1.3 O desemprego nas grandes cidades inglesas do século XIX: o berço da concorrência e as consequências do exército industrial de reserva.

Como já aludimos, os fundamentos ontológicos do desemprego encontram-se na essência do modo de produção capitalista. A partir do desenvolvimento das grandes e pequenas indústrias, pudemos entender que ele é condição fundamental para o intenso e perpétuo progresso da acumulação de riqueza nas mãos dos que possuem o capital, suas consequências são profundamente desumanas, conforme mostraremos a partir das condições de vida dos trabalhadores empregados e dos desempregados na Inglaterra de meados do século XIX.

Segundo Engels (2008) ¹²o desenvolvimento das grandes cidades na Inglaterra custou alguns sacrifícios. Grande parte da população inglesa foi sacrificada para a efetivação desse crescimento. Conforme o autor, “mil forças nelas latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros”. (p. 67-68). Nestas grandes cidades, “o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida”. (p. 68).

Por toda parte onde a revolução industrial se instalava, a força de trabalho humana se “lançava nesse turbilhão caótico” do desenvolvimento capitalista. Aqui, o pobre deve

12 ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. 2008. Procederemos com esse texto tal como fizemos com os anteriores, ou seja, indicaremos apenas o número da página.

sobreviver como puder, “se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome”. (p. 69). Esta situação precária da classe trabalhadora configurava o cenário do século XIX na Inglaterra. Por toda parte, o desenvolvimento capitalista propiciava o desemprego e, conseqüentemente, inúmeras mazelas à classe explorada e desempregada. Como Engels (2008) especifica:

Morrem de fome, é certo, indivíduos isolados, mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que lhe dê o pão? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-lo amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial e desfavorável podem lançá-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã. (p. 69-70).

Portanto, a essência capitalista traz um caos social imposto à classe que nada possui. Para o proletariado é inegável a ausência de uma dignidade de vida, pois seus salários são baixos não garantindo nem a sua subsistência e nem a de sua família. Esta situação desumana torna-se foco das análises de Engels quando mostra a habitação dos operários nos “bairros de má fama” da Inglaterra:

Esses 'bairros de má fama' se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* enormemente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheios de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias. (p. 70).

Como especifica o autor as habitações dos trabalhadores eram indiscutivelmente precárias. Nelas, “milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas que todos os ricos de Londres – encontravam-se em condições indignas de seres humanos” (p. 74). Sem exceção, todos os operários mesmo sem culpa e com todos os seus esforços, estavam

ameaçados por um destino lamentavelmente desumano. As habitações dos proletários eram mesmo desumanas, mas os que tinham lugar para morar eram mais felizes que aqueles que não o tinham. Como especifica Engels:

Todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte. Dessas 50 mil pessoas, afortunadas são aquelas que conseguem 1 ou 2 *pence* para pagar um abrigo nos albergues noturnos (*lodginghouses*) que, numerosos, existem em todas as grandes cidades. Mas que abrigo! Os alojamentos estão cheios de camas, de alto a baixo: num quarto, quatro, cinco e seis camas, também quantas caibam e, em cada cama, empilham-se quatro, cinco e seis pessoas, também quantas caibam, - sadias e doentes, velhos e jovens, homens e mulheres, sóbrios e bêbados, todos misturados. Naturalmente, discutem, agriem-se, ferem-se e, se chegam a algum acordo, pior ainda: planejam roubos e entregam-se a práticas cuja bestialidade nossa língua se recusa a descrever. E quanto àqueles que nem esse tipo de abrigo podem pagar? Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória. (p. 75).

Assim, os pobres nas grandes cidades inglesas de meados do século XIX estavam por toda parte sofrendo os males implantados pela lógica da exploração e desumanização burguesa. Muitos trabalhadores com trabalho ou sem trabalho dormiam nas ruas sem proteção contra intempéries. Em milhares de becos e vielas muita miséria crescia com a falta de uma estrutura habitacional digna para milhares de trabalhadores. Além da precária estrutura habitacional homens e mulheres, jovens e crianças viviam em péssimas condições sanitárias. Só havia água limpa nas fontes públicas e “a dificuldade para buscá-la favorecia naturalmente a imundície.” (p. 79). Com isso, tal situação resultava na disseminação de doenças que ameaçavam a saúde de toda população.

Como Engels especifica “tudo o que nos horroriza e nos indigna é de origem recente e data da época industrial” (p. 96). Com a expropriação dos trabalhadores dos campos para as cidades, a Indústria fez com que muitos deles se inserissem nessas péssimas condições de habitação. Ela “permitiu que os proprietários desses estábulos alugassem essas habitações por altos preços e como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários” (idem). Esses trabalhadores, “recém-liberados da servidão” foram obrigados pela indústria a utilizar tais cômodos imundos mediante extrema pobreza. E, “tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão”. (idem).

O sistema de moradia dos trabalhadores era o mais nefasto e moralmente degradante. Muitos trabalhadores somente aceitavam morar em casas arruinadas porque não podiam pagar aluguel em outras em melhor estado, porque não havia moradias menos ruins onde trabalhavam ou porque elas pertenciam ao industrial e este somente empregava os que aceitavam habitá-las. Mas não eram apenas as formas de moradia que caracterizavam as péssimas condições da vida operária. Como afirma Engels:

O modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades. É muito fácil concluir que nesses sujos covis só pode morar uma população esfarrapada e mal alimentada. Justa conclusão. As roupas da esmagadora maioria dos operários estão em péssimas condições, os tecidos empregados em sua confecção são os menos apropriados e o linho e lã quase desaparecem do vestuário de homens e de mulheres, substituídos pelo algodão; as camisas são de algodão branco ou colorido e as roupas femininas são de chita estampada; nos varais, raramente se veem secar roupas interiores de lã. Em sua maior parte os homens usam calças de fustão ou de qualquer outro tecido grosso de algodão e casacos e paletós do mesmo pano. (p. 108).

O tipo de tecido usado pela classe trabalhadora era desapropriado pelo clima europeu. Mulheres, homens, crianças e idosos andavam com roupas desgastadas e rasgadas. Além disso, “em todas as cidades industriais, viam-se muitíssimas pessoas, sobretudo mulheres e crianças, andando descalças e pouco a pouco esse hábito ia se difundindo entre os ingleses pobres.” (p. 109). Segundo Engels “o que é verdade para o vestuário, é o também para a alimentação” (110). Vejamos agora a sua análise sobre a alimentação operária:

A alimentação habitual de cada operário varia naturalmente em função do salário. Os operários mais bem pagos, em especial os operários fabris, em cuja família todos os membros conseguem ganhar alguma coisa, tem – enquanto essa situação perdura – uma boa alimentação: carne todos os dias e, à noite, toucinho ou queijo. Nas famílias que ganham menos, só há carne aos domingos ou, às vezes, em dois ou três dias da semana; em compensação, comem-se mais batata e pão. À medida que descemos na escala salarial, verificamos que a alimentação à base de carne se reduz a alguns pedaços de toucinho misturados à batata; descendo ainda mais, até o toucinho desaparece, permanecendo o queijo, a batata, o pão e o mingau de aveia (*porridge*); quando chegamos nos irlandeses, restam apenas as batatas como único alimento. (p. 114).

Mas, para Engels isso só é verdadeiro para o trabalhador empregado. Assim:

O desempregado fica a mercê da sorte e come o que lhe dá, o que mendigou ou o que roubou – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome. É fácil compreender que tanto a qualidade como a quantidade da alimentação depende do salário e que, entre os operários mais mal pagos, em especial entre aqueles que têm

uma família numerosa, a fome impera, mesmo em períodos nos quais há empregos. E o contingente de operários mal pagos é enorme. Principalmente em Londres, onde a concorrência entre os operários cresce na proporção direta do crescimento da população, essa categoria – que encontramos em todas as cidades – é imensa.(p.114).

O crescimento da concorrência afeta perversamente as condições de vida e de trabalho de muitos trabalhadores. Neste período manufatureiro, Engels pode evidenciar que “o tecelão que operava um tear mecânico concorria com o tecelão manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorria com aquele que estava empregado ou era mais bem pago e procurava substituí-lo”. O exército industrial de reserva era mantido para atender as necessidades de acumulação e, nestas condições, o proletariado era desprovido de tudo, sendo ele, de direito e de fato, escravo da burguesia que buscava “lhe oferecer os meios de subsistência, mas em troca de um 'equivalente' – seu trabalho”, e ainda, “chegava ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo a sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino”. (idem).

O modo de vida dos trabalhadores era o reflexo do salário que se ganhava pelo trabalho. Todos os integrantes da família tinham que trabalhar para sobreviverem, mas nem sempre conseguiam, havia famílias que contavam com poucos membros empregados. Nas condições de subsistência demasiadamente precárias, muitos proletariados preferiam “morar numa pocilga a não ter teto, aceitar farrapos para não andar desnudo, comer batatas para não morrer de fome”, aceitar um contrato de trabalho. “Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados.” (p. 119). Como nos mostra Engels,

É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário. E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho. (p. 119).

Dessa forma,

O operário é, de direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia; é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria e, tal como uma mercadoria, seu preço aumenta e diminui. Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai ao ponto de certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que em estoque e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome. (p. 121).

A aparente liberdade dada pela burguesia aos proletariados está inserida na “desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que a burguesia não interesse mantê-lo vivo”. (p. 121). O desemprego prossegue imanente ao capital e se prolifera cada vez mais nas grandes cidades industriais, sendo ativado pela concorrência que

eleva ao máximo o desempenho de cada trabalhador, a divisão do trabalho, a introdução das máquinas e a utilização das forças naturais provocam o desemprego de um grande número de operários – e esses desempregados já não contam no mercado, não podem comprar nada e, conseqüentemente, as mercadorias que antes adquiriam tem reduzida a sua demanda; logo, não é preciso produzi-las e os operários que as fabricavam também são despedidos, deixam de contar no mercado e assim sucessivamente, sempre segundo o mesmo ciclo, ou melhor, seria sempre assim não fosse a intervenção de outros fatores. (p. 122).

O fenômeno do desemprego faz parte da lógica capitalista e cresce em tempos de crises, “os salários caem por causa da concorrência entre os desempregados, da redução do tempo de trabalho e da falta de vendas lucrativas; a miséria se generaliza entre os operários”; além disso, “as eventuais pequenas economias dos indivíduos são rapidamente devoradas; as instituições beneficentes se veem assoberbadas; o imposto para os pobres duplica, triplica e, entretanto, continua insuficiente;” é inevitável o crescimento “do número de famintos; e de repente toda a massa da população revela sua impressionante magnitude”. (p.124). Mas, isso dura somente por algum tempo:

supérfluos safam-se como podem ou sucumbem; a beneficência e as leis sobre os pobres ajudam a prolongar vegetativamente a existência de muitos deles; outros encontram aqui e acolá, naqueles setores de trabalho mais afastados da indústria, menos suscetíveis à concorrência, alguma forma miserável de subsistência – e tão pouco basta ao homem para sobreviver por algum tempo! Pouco a pouco a situação melhora; as mercadorias em estoques são escoadas e o desânimo geral reinante entre industriais e comerciantes impede que os mercados sejam rapidamente reabastecidos, mas enfim os preços se veem em alta e as notícias favoráveis que chegam de todas as partes estimulam a retomada das atividades. (p. 124).

Neste processo, o curso sempre é o mesmo: “prosperidade, crise, prosperidade, crise – um ciclo eterno no qual se move a indústria inglesa a cada cinco ou seis anos”. (p. 125). E, o resultado disso é:

que sempre, salvo nos curtos períodos de grande prosperidade, a indústria inglesa tem a necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados precisamente para que possa produzir, durante os meses de maior atividade, a massa de mercadorias que o mercado reclama. Essa reserva é mais ou menos numerosa

conforme a situação que o mercado determine ou não a ocupação de parte dela. E ainda que, nas condições de máxima atividade industrial, as zonas agrícolas, a Irlanda e setores menos envolvidos pela retomada econômica possam fornecer por algum tempo um certo número de operários, estes constituem, de um lado, uma minoria e pertencem, de outro, à reserva, com única diferença de que só quando ocorre um período de retomada se prova que eles fazem parte dela. Quando transitam para ramos da indústria mais prósperos, seus ex-patrões, a fim de reduzir o impacto de sua falta, aumentam a jornada de trabalho, empregam mulheres e trabalhadores mais jovens; e quando retornam, despedidos ao surgir uma nova crise, os que partiram constatam que seu posto de trabalho já está ocupado e que – pelo menos a maior parte deles – são supérfluos. Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a 'população supérflua' da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates. (p. 126).

Essa realidade já se mostrava intrínseca à vida do trabalhador desde o período da indústria. Para a classe subalterna que não encontrava trabalho restava-lhe a mendicância e sobreviviam exclusivamente com as esmolas dos operários empregados. Um exército de pedintes constituído até de famílias inteiras se proliferava nas grandes cidades. Operários desempregados vagavam pelas ruas e mendigavam sozinhos ou em grupos “porque as fábricas estavam fechadas e os patrões não tinham empregos para oferecer”. (p. 129).

Nestas condições, a miséria assolava os empregados mal pagos e a enorme quantidade de desempregados das áreas industriais do século XIX. Cada vez mais crescia uma camada de trabalhadores supérfluos, famintos e miseráveis nas cidades, vivendo à margem do desespero e do acaso. Hoje essa realidade continua crescendo como condição necessária do desenvolvimento exacerbado do capital. Atualmente, o desemprego e todos os males provenientes de suas consequências se proliferam na mesma proporção em que se eleva a acumulação capitalista.

Agora, torna-se necessário colocarmos em pauta como essa propagação do desemprego continua cada vez mais intensamente na sociedade contemporânea do capital. Mostraremos como a dimensão desse problema alcançou sua condição estrutural e crônica e esclareceremos que a sua magnitude segue cada vez mais claramente – e, na afirmação de Mézários, sem solução no horizonte - como condição imanente do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

1.2 A contemporaneidade do capital sobre o fenômeno do desemprego estrutural e crônico.

Ao longo da trajetória histórica do modo de produção capitalista, a burguesia se apoderou de inúmeras táticas para elevar seu acúmulo de capital. Na acumulação primitiva,

ela buscou destituir todas as ferramentas de trabalho dos proletários e campesinatos, deixando-lhes apenas a oportunidade de garantir o sustento por meio da venda de sua força de trabalho no mercado. Com o desenvolvimento das forças produtivas, expresso na manufatura à grande indústria, constatamos que o capitalismo passou por vários ciclos que evidenciaram estabilidade, prosperidade, superprodução e estagnação, onde um termina, inicia-se o outro. Neste sentido, as fases desses ciclos desembocam sempre numa crise geral que necessita ser reestruturada para dar continuidade à lógica da existência do sistema produtivo vigente: elevar incessantemente o padrão de acumulação de capital.

É com o intuito de mostrar que o capitalismo permanece o mesmo desde suas raízes materiais que iremos apresentar, neste primeiro item do capítulo, a contemporaneidade do sistema produtivo burguês. Para isso, torna-se essencial elucidarmos a transição do período concorrencial ao monopólico, resgatando o redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista no século XX, que teve como padrão produtivo o taylorismo, fordismo, Toyotismo, bem como a propagação desordenada do desemprego, situado nas bases desse desenvolvimento. Já que nos detemos anteriormente sobre os aspectos históricos deste fenômeno nos primórdios do sistema burguês até o estabelecimento da grande indústria no século XIX.

Os métodos de gerenciamento serão desmistificados neste estudo como um redimensionamento do processo de cooperação, sendo insustentável a afirmação de que eles são partes de um processo revolucionário. Tais métodos não devem ser analisados como o momento predominante, mas, simplesmente, como continuação dos padrões de produção inovados de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista. Assim, serão referidos os principais momentos históricos da reestruturação produtiva do século XX, a fim de mostrarmos a incidência do desemprego estrutural na base contemporânea do capital.

Neste processo, prosseguiremos enfatizando o caráter crônico do desemprego, segundo Mézáros, como o cerne do segundo item deste capítulo. Iremos ressaltar a expansão mundial dessa problemática como aspecto central do desenvolvimento capitalista. Os altos índices de desemprego e as consequências devastadoras dessa problemática na sociedade serão mencionados no intuito de esclarecer que o capitalismo não pode avançar sem expandir a sua autodestruição. Sua essência é desigual e sobre seus fundamentos encontram-se a desordem e o caos.

1.2.1 Redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista: novas táticas para perpetuar o contínuo desenvolvimento do capital na base do desemprego estrutural.

Vimos no capítulo anterior, os fundamentos ontológicos do desemprego no âmbito da lei geral da acumulação capitalista e o surgimento da maquinaria que estimula o mercado mundial amplo, organizado e historicamente inédito, articulado à presença de uma massa de trabalhadores expulsos do campo e dispostos a trocar sua força de trabalho por um salário. Nesse processo, o desenvolvimento das relações capitalistas inglesas foi a base que impulsionou, necessariamente, a transição da manufatura à lógica industriaria, trazendo para a classe trabalhadora terríveis consequências em meados do século XIX. Atualmente, este cenário que demarca o descaso burguês para com a classe trabalhadora tem se manifestado de forma cada vez mais agravante, tornando-se palco de grandes preocupações no mundo todo.

Por meio de um salto histórico¹³ o desemprego estrutural cria as suas bases na contemporaneidade do modo de produção burguês, cuja essência permanece sendo o resultado do desenvolvimento produtivo e dos processos de crise¹⁴ e reestruturação do capital. O período histórico que se propaga a dimensão estrutural desse fenômeno é a organização monopólica que teve como objetivo primordial o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados pelo sistema bancário e creditício. Momento em que a dinâmica econômica do capital propiciou o crescimento progressivo dos preços das mercadorias, das taxas de lucros nos setores monopolizados, da taxa de acumulação de capital e dos custos de venda. Além da concentração dos investimentos nos setores de maior concorrência e da tendência de se economizar 'trabalho vivo' com a introdução de novas tecnologias.

O capitalismo do século XIX experimentou as modificações de um novo ordenamento na dinâmica econômica, com reflexos na estrutura social e nas instâncias políticas da sociedade. Período determinante em que o capitalismo concorrencial deu espaço ao capitalismo dos monopólios. Esta nova era se caracterizou por um conjunto de transformações

13 Este salto histórico designa o fenômeno do desemprego na conjuntura do desenvolvimento do modo de produção capitalista iniciado no século XIV, o modo de produção capitalista iniciou no século XVI e não no século XIV. Nos séculos XIV e XV se tinha apenas alguns sinais que Marx vai chamar de primórdios da produção capitalista, e isso de modo muito esporádico em algumas cidades mediterrâneas. A era capitalista verdadeiramente data do século XVI através do capitalismo comercial, desenvolvendo-se no século XIX, com o capitalismo industrial e, aprofundando-se ainda mais no século XX e XXI, com o capital em escala mundial.

14 Como explicamos no primeiro capítulo, “o modo de produção capitalista apresenta uma contradição fundante: a constante *ampliação e socialização da produção* é acompanhada da cada vez maior *apropriação privada do produto*. Essa contradição leva: 1) a uma concentração e centralização do capital (Marx, 1980, v.1, p. 722-730 do cap. XXIII), 2) a uma constante expulsão da força de trabalho, criando uma população desempregada cada vez maior (idem, p. 730-743), 3) a uma tendencial ampliação da pauperização absoluta e relativa (Marx, 1980, 3, caps. XXX-XXXII), e 4) a uma tendencial queda da taxa de lucro (idem, ibidem, p. 29 ss e 241 ss). Partindo dessa contradição e seus efeitos, o capitalismo passa a se desenvolver ciclicamente. As fases desse ciclo são estabilidade, prosperidade, superprodução, estagnação. Ou seja, “os ciclos capitalistas desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo é o começo de outro”. (nota de rodapé de Engels na qual acrescenta anotação de Marx; idem, ibidem, p. 735, nota 1).

que redefiniram a organização capitalista no plano mundial e intensificaram as consequências mais perversas do capitalismo, como o crescimento do desemprego na dimensão estrutural. Desse modo, concordamos com Netto (1992) ao afirmar que,

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. [...] A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contra-arrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. (p. 19).

No final do século XIX constatamos uma “radicalização dos processos de concentração e centralização de capitais, com o crescimento dos oligopólios, a intensificação das fusões e incorporações de empresas”, bem como, simultaneamente, “se difundem as micros, pequenas e médias empresas, com a formação de redes de subcontratação e terceirização – exemplos claros da dispersão de capitais.” (Druck, 1999; p.16) ¹⁵. Neste período se condensam as empresas e os bancos transnacionais, cujo caráter financeiro assume facilidades com o desenvolvimento das telecomunicações, com base na microeletrônica.

Esse período monopólico reflete, também, um novo redimensionamento no padrão produtivo burguês. Trata-se do Taylorismo ou administração científica do trabalho, modelo de produção que se adequa ao desenvolvimento acumulativo ascendente do sistema capitalista. Ao contrário do que muitos autores contemporâneos defendem, esse novo modelo da produção capitalista surge por meio de um redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista. Se situarmos o gerenciamento como momento predominante, como um padrão revolucionário, o resultado será falsa consciência, já que o momento predominante encontra-se nos fundamentos ontológicos do modo de produção capitalista, sendo a gerência apenas redimensionada pela necessidade de reestruturação e expansão do capital mundial.

Diante destes pressupostos, podemos afirmar que na passagem do século XIX para o século XX, o Taylorismo surge como um novo redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista, por meio de “um padrão de acumulação sustentado no industrialismo e na atuação monopolista dos capitais, cujo conhecimento científico se torna cada vez mais decisivo para desenvolver as diversas áreas da produção industrial” ¹⁶. (idem, p. 41). Enquanto prática gerencial do capital, a nova face desse padrão de produção foi

15DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico*. Coleção Mundo do Trabalho, 1ª edição, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

16Segundo Druck (1999), trata-se das áreas “elétrica, química, telecomunicações, metalurgia, construção naval, entre outras.” (p. 41).

necessário para “complementar, no plano da subjetividade, o papel desempenhado pela maquinaria, isto é, torna-se fundamental para consolidar a subsunção real do trabalho ao capital”. (idem, p. 41-42). A função de estabelecer um maior controle sobre o processo de trabalho na busca de mais eficiência e produtividade diante da concorrência capitalista impôs, na organização produtiva, a garantia da subordinação intensiva dos trabalhadores ao capital.

Este padrão produtivo burguês se caracterizou como um novo modelo de gerência, cujo poder de aplicação se sustentava “muito mais na força e na coerção e muito menos no convencimento e na busca da adesão dos trabalhadores”. (idem, p. 47). Muitas insatisfações existiram por parte daqueles que se submetiam a essa forma de produtividade, mas somente quando os salários passaram a ser um instrumento atrativo foi que houve uma aceitação maior por parte dos trabalhadores e seus sindicatos. Desse modo, é nesta dimensão que podemos explicar o fordismo como uma nova etapa do redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista, que se intensificou nas primeiras duas décadas do século XX.

O padrão fordista de produção representou a amplificação, difusão e consolidação do taylorismo. Transcendeu o chão da fábrica, constituindo as marcas da racionalidade por meio da capacidade de comando do capital sobre o trabalho e de seus trabalhadores. Assim, podemos ressaltar que o binômio taylorismo/fordismo foi a combinação do uso da tecnologia na linha de montagem e da gerência racional do trabalho. Tal modelo produtivo é resultado das mudanças tecnológicas necessárias à continuidade da expansão e ampliação do mercado industrial, caracterizando-se pela produção em massa, pela integração e inclusão dos trabalhadores, “obtida por meio da neutralização das resistências e da eliminação de uma parte da classe trabalhadora; e pela 'persuasão' sustentada essencialmente na nova forma de remuneração e de benefícios”. (Idem, p.4).

Carvalho (1987) também analisa este padrão de produção e assegura que, “[...] apesar de ocorrerem eventuais atrasos, porque a circulação dependia do acionamento manual de todos os botões, basicamente o ritmo de trabalho e de movimentação das máquinas de transferência seguia o ritmo dos robôs.” (p, 127). Segundo a autora,

[...] a adoção da nova tecnologia abriu a oportunidade – aproveitada pelas empresas – de introduzir certos mecanismos na organização da produção que aumentaram significativamente, o *controle técnico sobre o conteúdo, o ritmo e a intensidade do trabalho*, em detrimento da capacidade dos *trabalhadores de produção* de influir sobre o que acontece na fábrica. [...] Efetivamente, a nova organização do trabalho permite às empresas auferir economias de mão-de-obra [...] e *melhoramento do aproveitamento do tempo de trabalho* [...] dada a ritmação imposta pelas máquinas, e trabalha-se mais intensamente. [...] todas as operações estratégicas foram automatizadas com o aumento do poder de comando da gerência sobre o processo produtivo como um todo. Com um fluxo de produção mais contínuo, sem pontos de estrangulamento, torna-se mais factível fazer cumprir os planos de produção. (idem).

Nestes termos, podemos entender que o modo de produção capitalista necessita sempre intensificar seus processos de exploração e subordinação sobre a classe trabalhadora, além de reduzir os custos de força de trabalho. A repercussão de novas táticas, que modelou um novo padrão de trabalho, feriu, diretamente, a força de trabalho ativa no mercado, tanto nos aspectos de exploração quanto nos aspectos de repulsão do trabalhador, em prol do avanço da tecnologia. O Taylorismo/Fordismo, caracterizados como um padrão de produção rígido, foi uma forma de o sistema capitalista assegurar sua ampliação de capital, amenizando seus processos de crises e mantendo o traço coercitivo de controle sobre os trabalhadores na fábrica.

Outro fator importante a ser mencionado é a crise de 1920-1922 que coincidiu com os processos revolucionários fordistas na produção. Data de um período histórico marcado por crises e guerras que resultou no desemprego de milhares de trabalhadores por causa da falência de dezenas de estabelecimentos comerciais. Esse fato deixou muitos países na miséria atingindo a economia dos países de capitalismo central e, principalmente, a classe trabalhadora que teve seus meios de subsistência afetados pelas mazelas do desemprego e da precariedade salarial. Na particularidade norte-americana, Lessa (2007) afirma que

a economia estadunidense, que duplicara a cada dois anos do conflito mundial, enfrentava uma situação instável no imediato pós-guerra. Em primeiro lugar, porque não havia a mesma escala de consumo destrutivo promovido pela guerra [...]. Em segundo lugar, porque a frugalidade e o ascetismo pregados durante o ‘esforço da guerra’ como um meio de economizar ‘em casa’ para disponibilizar mais recursos aos pracinhas no ‘campo de combate’, promovera hábitos de consumo centrados no combate ao desperdício e ao consumo de supérfluos [...]. Em terceiro lugar, porque a volta dos soldados à vida civil constituía uma massa de trabalhadores aos quais não havia empregos. O desemprego era um empecilho a mais para o consumo. (p. 280).

Segundo Baran e Sweezy (1966), o capitalismo monopolista do século XX “começou com uma década e meia de (relativa) paz, e desde então o mundo inteiro teve estado continuamente sob a influência de guerras devastadoras ou de suas consequências.” (p.222). Com relação às consequências, tanto na fase de combate quanto na fase de pós-guerra ocorreu um abalo na economia e no âmbito da sociedade. Neste processo, não só a produção total cresceu nos limites estabelecidos pelos recursos disponíveis, mas também toda estrutura da vida econômica foi drasticamente alterada: “desemprego e capacidade ociosa de produção foram os sinais mais seguros de absorção inadequada do excedente gerado pela guerra”. (p.230)¹⁷.

17 Conforme Baran e Sweezy (1966), nos Estados Unidos “A taxa de desemprego média para os oito anos do período 1900-1907 foi 2,9%; para os anos 1908-1915 foi 6,6%. Além disso, de 1900 até 1907 a taxa nunca se elevou a mais de 5%, enquanto de 1908 a 1915 apenas uma vez foi inferior a 5%. Finalmente, quando a economia dava todos os sinais de prosseguir em direção a uma séria depressão, o desemprego subiu a 8% em 1914 e quase 10% em 1915”. (p. 233).

Também é importante denotar que as constantes crises do capital, em virtude da necessidade de crescimento econômico por meio de guerras, de revoluções produtivas, entre outras coisas, trouxeram à tona grandes ondas de estagnação. Segundo Baran e Sweezy, em 1930, por exemplo, “elas subiram de novo à superfície e deixaram sua marca indelével numa década inteira da história econômica”. (idem, p. 239). A extensão em profundidade da estagnação da década de 1930 se refletiu no processo de absorção do excedente. Como nos mostram os autores,

Em 1939, ao final da década, aproximadamente um quinto da força de trabalho dos Estados Unidos e mais de um quarto de sua capacidade produtiva estavam ociosos. Daí chegar-se-ia à conclusão de que o produto nacional não teria podido sequer aumentar muito mais do que, digamos, um terço, mesmo se trabalhadores adicionais fossem introduzidos na força de trabalho e se o equipamento de capital trabalhasse com intensidade maior do que a normal. E, não obstante tudo isso, nos poucos anos seguintes, sob o impacto da guerra e com as restrições inerentes ao mercado capitalista temporariamente removido, a produção industrial duplicou, sendo que o Produto Nacional Bruto real cresceu mais de dois terços. Deve-se acrescentar que esses aumentos ocorriam durante um período em que virtualmente não se realizava investimento líquido algum e mais de 11 milhões de homens nos grupos de idade mais produtiva estavam sendo mobilizados para as forças armadas. Conquanto, naturalmente, nem a capacidade de trabalho nem o equipamento pudessem continuar indefinidamente a ser acionados no auge de intensidade da guerra, ainda assim julgamos que a tremenda expansão da produção entre 1939 e 1944, prova categoricamente que a estimativa oficial do desemprego e os cálculos sobre utilização da capacidade produtiva, deduzidos por métodos estatísticos amplamente aceitos, subestimam a extensão da subutilização de recursos humanos e materiais numa economia monopolista. (idem; p. 241).

Podemos observar com isso que o modo de produção capitalista, permeado por guerras e transformações no seu padrão de produção, está sempre rodeado por crises que afetam a sua economia e a manutenção da força de trabalho no regime produtivo. A busca do crescimento contínuo da economia burguesa rebate diretamente sobre uma grande massa de trabalhadores fora do mercado de trabalho, intensificando ainda mais a gravidade da miséria por toda parte e a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho.

Para amenizar os problemas advindos da crise capitalista, novos rumos foram tomados pelo sistema produtivo após a Segunda Guerra Mundial (1945). Com a intensificação das lutas sociais por meio da precarização e do desemprego fordista, a “evolução do capitalismo monopolista em direção ao binômio Fordismo/Estado de Bem-Estar” foi uma saída para amenizar a crise que assolava o capital neste momento histórico. Assim, surge a modernização dos processos produtivos expressos nos modelos gerenciais taylorismo-fordista com a incrementação do fortalecimento do aparato estatal – *Welfare State* – que promoveu mudanças nos processos de reprodução da força de trabalho na garantia de direitos sociais¹⁸.

¹⁸Segundo Druck (1999), “O Estado de Bem Estar Social surge nos países capitalistas centrais como resposta ao movimento de lutas do trabalhador, abrindo um novo período de disputa política, no plano mundial, entre capitalismo e socialismo e, nos planos nacionais, o *Welfare State* como forma de enfrentar a intensificação das

Então, controlar para além das necessidades fabris foi o que fez a lógica do capital neste processo: uma estratégia de grande suporte político e ideológico que conseguiu inserir a participação dos trabalhadores na produção do mercado de países de capitalismo central, além de ampliar a articulação entre coerção e consenso fazendo com que as manifestações de conflitos trabalhistas se rendessem a lógica do capital. As práticas fordistas passaram a se rearticular com as propostas de políticas de “pleno emprego” e de proteção social do Estado por meio do *Welfare State*, com um intuito de garantir um determinado padrão de qualidade de vida exigido pelas lutas da classe trabalhadora.

Todavia, o desemprego se agravou continuamente mesmo nesse período “aparente de paz”. Nos “anos de ouro” do capitalismo (1945-1970), o surto de prosperidade acionou um grande avanço no padrão de vida de dezenas de milhões de pessoas, além dos gastos de armamento que cresceu cerca de “cinco vezes mais – de 11,4 bilhões de dólares em 1947 para 55,2 bilhões em 1963”. Assim, pode-se afirmar seguramente que “nunca, desde o apogeu da época do surto ferroviário, a economia esteve sujeita, em tempo de paz, a tão poderosos estímulos”. Mas estes momentos de estabilidade econômica não se firmaram por muito tempo. E, o que é realmente notável é que,

apesar da força e continuidade desses estímulos, já começaram a aparecer, tão prematuramente, os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente – desemprego e subutilização da capacidade produtiva, e que, excluídas as flutuações cíclicas, estes sintomas estão gradualmente crescendo e se tornando cada vez mais graves. [...]. Temos dados de que entre 1960 e 1963, ocorreu um declínio de 1% na taxa de participação da força de trabalho, o que significa que houve a saída de cerca de 1,3 milhões de trabalhadores da força de trabalho além das perdas normais através de morte e aposentadoria. (Baran e Sweezy, 1966; p. 245-6).

Neste contexto histórico em que o capitalismo se desenvolve por meio de um crescimento econômico e uma prosperidade jamais vistos, o binômio Fordismo/Estado de bem-estar não conseguiu sobreviver por muito tempo na base da produção. Cercado por intensas crises em função de uma série de problemas que atingiram a garantia da taxa de lucros, o sistema de contradições da ordem burguesa se pôs à tona e intensificou seus traços de exploração, desemprego, alienação e transitoriedade histórica. O acréscimo dos lucros capitalista através do controle dos mercados fez crescer os preços das mercadorias e serviços, elevando as taxas de lucros nos setores monopolizados e gerando um subconsumo e redução na taxa de lucros de investimentos gerados pela concorrência, economia de trabalho, pela

lutas operárias, na busca por recuperar a iniciativa, a participação e o controle sobre os trabalhadores e suas vidas”. (p. 50). Este Estado foi bastante funcional ao capital, pois, como um aliado primordial da classe dominante tinha o intuito de amenizar os conflitos sociais, buscando uma aparente harmonia social, para, com isso, evitar o colapso de sua ordem, efetivando o controle por meio de soluções parciais.

inovação tecnológica e, por fim, o aumento da taxa de afluência de trabalhadores industriais de reserva. Conforme Druck (1999),

nos anos 1970 evidenciou-se a crise do fordismo americano. E as mobilizações que haviam balançado as instituições de poder desde o final da década de 1960, rebelando-se contra aquele padrão de trabalho e de vida, não conseguiram impor alternativa. Assim, o enfraquecimento das resistências dos trabalhadores foi um elemento importante para abrir caminho a um movimento do capital que, na busca por soluções para resolver a crise, iniciou um processo de reestruturação produtiva, apoiado na crescente adoção da base tecnológica microeletrônica, nas novas políticas de gestão e organização do trabalho fundadas na 'cultura de qualidade' e numa estratégia patronal que visa cooptar e neutralizar todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores. São políticas que, por um lado, 'incluem' uma elite no novo padrão que está sendo gestado e, por outro, 'excluem' – através do desemprego e das formas precárias de contratação e subcontratação – grandes parcelas de trabalhadores assalariados. (p. 72).

Desse modo, em lugar do padrão rígido taylorista/fordista, o modelo flexível de produção ou Toyotismo tornou-se uma alternativa no processo produtivo para recuperar a economia na esfera entre capital e trabalho. Segundo Alves (2000), o padrão flexível de acumulação surgiu com a necessidade de o capital reconstituir sua base de valorização, debilitada pelo “desenvolvimento da Terceira Revolução Tecnológica¹⁹ (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais pelo aumento da composição do capital)” e, também, pela “constituição do *Welfare State*, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-Segunda Guerra Mundial”. (p. 16-17).

O Toyotismo como o momento do complexo de reestruturação produtiva²⁰ alcançou “um poder ideológico e estruturante considerável”. A partir de 1980, ele ganha projeção universal ao se vincular “ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional”. (ALVES, 2000; p. 29). Este processo de universalização ocorre quando, entre 1970-1980, “diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes

19 A chamada Terceira Revolução Tecnológica, diferentemente da Primeira Revolução e Segunda Revolução Industrial surgiu imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, e somente agora está começando a ter um impacto significativo no modo como a sociedade organiza a sua atividade econômica. É a era dos robôs com controle numérico, computadores e softwares avançados – as novas 'máquinas inteligentes'. Lembrando que a Primeira Revolução Industrial surgiu na era da máquina a vapor no século XVIII e a Segunda Revolução Industrial ocorreu entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial, onde o petróleo passou a competir com o carvão e a eletricidade foi efetivamente utilizada pela primeira vez, criando uma nova fonte de energia para operar motores, iluminar cidades e proporcionar comunicação instantânea entre as pessoas. (Rifkin, 2004; p. 60).

20 Segundo Carneiro (2006) “A ofensiva do capital para introduzir o modelo japonês ou especialização flexível, tendo em vista intensificar a acumulação capitalista, se concretiza no processo de reestruturação produtiva através de uma política de racionalização de custos. Essa política resulta em implicações perversas para o trabalho, como o desemprego, processos de terceirização, desorganização dos sindicatos, flexibilização das relações de trabalho, entre outras.” (p. 60). Neste momento da produção, “a utilização das novas linhas de produção e dos modelos de gestão implicam redução do trabalho vivo, aceleração do ritmo e da intensidade do trabalho”. Como vimos no capítulo anterior, “essas intenções são tão antigas quanto à fase da grande indústria do capitalismo”. No entanto, “a única diferença em relação aos períodos iniciais da industrialização é que as intenções dos possuidores do capital e de seus representantes são mascaradas por um discurso empresarial mais sofisticado”. (p. 62).

ênfases, para diversos países e setores”. Como explica este autor, “a primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do *Kanban/ just-in-time*”. Logo depois, vários elementos foram acrescentados, como “TQC (*Total QualityControl*), *Kaizen*, técnica dos 5S's, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras” (Idem, *grifos do autor*; p. 29). Tal processo somente conseguiu assumir valor universal por meio das próprias exigências do capitalismo mundial com “as novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 1970”. (p. 30). O que significa nas palavras de Alves (2000):

O Toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital –, mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, em que está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística). (p. 30).

O Toyotismo está limitado à compreensão do surgimento de “novos princípios de administração da produção capitalista e de gestão da força de trabalho”. (p. 30-31). Desse modo, “este estágio superior de racionalização do trabalho não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo” (idem). Entre o fordismo e o Toyotismo há uma linha de continuidade. Em todos os ramos da produção industrial, as novas tecnologias não alteraram as relações de produção, a não ser para extrair ainda com maior intensidade, a mais-valia. No entanto, “no campo da gestão da força de trabalho, o Toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo”. (p. 31). Assim,

Ao assumir valor universal, o Toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilização. É por isso que a instauração do Toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho. (Alves, 2000; p. 33).

Este período de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que acelera os ganhos de grandes capitais, concentra e centraliza o capital, diversifica e agiliza os investimentos, sobretudo no mercado financeiro mundial. Ainda, deixa as economias nacionais, em especial as periféricas – que são subordinadas às políticas das instituições financeiras internacionais –, à mercê da lógica do mercado. De modo efetivo, a modernização do capital estabelece grandes impactos sobre a estrutura de classe. Por ser um padrão de acumulação que impera uma intensificação do ritmo de trabalho na busca de uma maximização de lucros, o Toyotismo utiliza uma repetitividade do trabalho, estabelece uma

polivalência operária que representa o extremo da desqualificação, fragmentação e precarização do trabalho. Assim,

O Toyotismo, por meio da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa 'educativa' do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias. (Alves, 2000; p. 55).

Tal complexo de reestruturação produtiva do capital flexível impulsiona grandes transformações no trabalho e na fragmentação de classe por meio da proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural. O aumento da produtividade segue a lógica da redução da força de trabalho e, o Toyotismo utiliza, “com rigor técnico (e político), a solução clássica do capital em crise: reduzir o pessoal da produção e cortar os custos de produção, atingindo o trabalho vivo”. (Alves, 2000; p. 46).

Neste processo, o desemprego em escala estrutural surge como consequência de uma nova fragmentação de classe resultante de um desenvolvimento da subproletarização tardia sob o comando do capital em escala mundial. Ele tem sido um grande problema manifestado não apenas nos países de chamado terceiro mundo, mas também nos países de nível mais avançado. E sob as determinações do capital, se constitui uma das principais características do recente perfil do mundo do trabalho. Como Alves (2003) denota,

A década de 1980 demonstrou que o desemprego massivo não está vinculado apenas à dinâmica dos ciclos industriais, mas possui componentes estruturais. De fato, um impulso tecnológico pronunciado, isto é, um crescimento constante da produtividade média do trabalho ocorrido nas últimas décadas contribui para a manutenção dos índices de desemprego, mesmo em períodos de considerável crescimento econômico. [...] E mesmo no período de crescimento econômico de 1983-1990, o desemprego continuou praticamente inalterado. Tal fato deu origem a um novo léxico econômico nos EUA – *joblessgrowth*. O índice de emprego industrial tende a não acompanhar a taxa de crescimento do PNB. Por exemplo, nos EUA, de 1970 a 1990, o índice de emprego industrial baixou de 24,9% para 17,9%, enquanto no mesmo período o PNB cresceu de 21,4% para 22,4%. No Japão, tal defasagem entre emprego industrial e PNB foi mais gritante. De 1970 a 1990, o índice de desemprego baixou de 31,8%, em 1970, para 27, 7% em 1990. Enquanto isso o PNB cresceu de 29,3% para 38,2%. Por outro lado, na Europa, de 1970 a 1990, o PNB decresceu um pouco, de 26,2% para 25,3%. Nesse período, o índice de emprego industrial caiu ainda mais – de 28,5% para 22,7%. (p. 68-69).

Diante desta reflexão, podemos afirmar que a lógica do capital instaurou novas contradições, na proporção em que se configurou seu novo regime de acumulação. É neste período de expansão do capital em nível mundial, que a problemática do desemprego está amplamente alicerçada e torna-se consequência determinante desse crescimento. No capitalismo desenvolvido em escala mundial, a exploração da força de trabalho aliada ao

fenômeno do desemprego crescente são os elementos decisivos para ascensão desse sistema produtivo, na medida em que se tornam objetos estratégicos de desenvolvimento do capital.

O capitalismo financeiro, presente no capital desenvolvido em nível mundial, reproduz uma extensão do poder do mercado em toda sua lógica da produção. Trata-se de um sistema amplo no complexo social de produção, que permeia o globo terrestre na lógica do mercado capitalista, com sua “penetração nos países do ex-socialismo real, ex-URSS e China Comunista”. (Alves, 1999; p. 20). Portanto, é por meio de um único mercado mundial de dinheiro e crédito que o capital passa a garantir sua hegemonia cultural, econômica e política.

Com a inovação do mercado mundial na década de 1970 - a era flexível do capital que se sobrepôs à crise do Fordismo - o desenvolvimento do capital financeiro internacional dos mercados monetários e financeiros inaugura

Um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas, que instaura um mercado de ações global, um mercados [sic] futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais. Mais do que nunca, propaga-se, de Tóquio a Londres, de Nova York a São Paulo, os denominados ‘empreendimentos com papéis’, maneiras alternativas de obter lucros que não se restringe à produção pura e simples de mercadorias. Ou seja, lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real [...] (Alves, 1999; p. 22).

Somente no mercado mundial o dinheiro passa a funcionar como mercadoria na forma social de realização do trabalho humano em trabalho abstrato. Este mercado é atingido por instabilidade financeira e planos nacionais de estabilização arruinados. Como afirma Alves (1999),

A lógica do capital financeiro, voltado para a reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, através do mercado de dinheiro ‘sem estado’, cuja cifra atinge hoje cerca de US\$ 30 trilhões, assola, com sua fluidez e frenesi, o mundo capitalista, provocando instabilidade financeira e arruinando planos nacionais de estabilização. (p. 22).

Além disso,

A maior autonomia do sistema bancário e financeiro, o fortalecimento do capital financeiro, detonou os mecanismos de regulação do período fordista, tendo em vista que limitaram o poder do Estado-nação, que buscam, hoje, no caso dos Estados capitalistas hegemônicos – a “Tríade”, na acepção de Chesnais (Estados Unidos, União Europeia e Japão), recuperar seus crescentes poderes de coordenação através do poder de organismos internacionais, tais como o FMI (o Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, longe do controle democrático, circunscrito à nação-Estado (p. 23).

A emergência de um mercado de dinheiro, sem um controle coletivo se faz necessária no capitalismo atual. O autor mostra que por meio das análises de Marx é possível entender a realidade da lógica capitalista, em seus tempos modernos, apreender o sentido da

reestruturação produtiva que se insere no complexo mundial do capital ao atingir a economia, a política e a cultura. A teoria marxiana busca explicar a essência da natureza capitalista através dos poderes, expressões da vida humana que nela atuam.

Verificamos, com isso, que a burguesia necessita revolucionar os meios de produção impondo constantes transformações nas condições de produção e relações sociais, esforço que se mostra presente no trabalho e nas necessidades contínuas da economia do capital. Esta necessita sempre inovar sua tática de produção, porque é o sujeito responsável pelas grandes mudanças econômicas favoráveis ao desenvolvimento da produção. Homens e mulheres de todas as classes sociais são seus objetos, pois o capital é um modo de atividade humana, um processo ativo e generativo cuja relação social está voltada para a valorização do mais valor. Seu movimento é autônomo e se constitui pela supressão constante de uma classe sobre a outra, sua lógica refere-se ao produto do trabalho e dos homens, cujo ponto de partida baseia-se na circulação de mercadorias, regido por leis próprias que tendem a dominar as demais classes sociais.

Por meio desse processo, trabalhadores assalariados e capitalistas permanecem presos à lei imanente do capital, em seus movimentos complexos de mediação política e cultural. As crises do capital possuem um sentido processual, de média ou longa duração, assinalada por retomada do crescimento capitalista em desenvolvimento e expansão. Portanto,

O que tende a predominar, agora sob uma escala planetária, são as dificuldades de valorização do valor, num cenário de irracionalidade societária, de barbárie social e cultural. Penetra-se numa era de trevas, marcada pela perpétua desintegração-integração societária global. O cenário mundial impõe um novo patamar de exclusões sócio-históricas, posto que o mercado não é para todos. (Alves, 1999; p.38).

E mais,

Ao invés de anormalidades (ou patologias) sociais, o período histórico de crise do capital – que na dimensão dos múltiplos capitais aparece como crise de superprodução – é apenas o novo cenário do capitalismo tardio em crise, da mundialização do capital, da “turbulência global” (Brenner), que sucede os “anos dourados” do capitalismo do pós-guerra, e cuja maior característica é dada pela *normalidade caótica*, onde o “sujeito” capital em processo cria (e destrói) novos mundos, postos como condição de seu próprio desenvolvimento efetivo. (*idem*, p. 38).

Assim, é possível ressaltar que “o trabalho e a criação de valor, nas condições do capital atual, com o incremento da terceira revolução científico - tecnológica, [...] Tende a ser ‘suprimido’, mas não ‘anulado’ pelo capital”. (Alves, 1999; p. 39). A ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca ao seu movimento, ou seja, “um é apenas negação do outro, onde o ‘sujeito’ capital *aparece* enquanto ‘trabalho morto’”. (*Idem*, p.42). Entretanto, o

movimento do trabalho, bem como o desenvolvimento das forças produtivas juntamente com a concorrência e as lutas de classes, são obstáculos que o capital precisa ultrapassar para continuar sua condição dominante. Este modo de produção cria, destrói e recria, continuamente, os mundos do trabalho. O risco decorrente de suas crises resulta em um movimento que pode destruir e reconstruir seus padrões de produção constantemente.

Esta auto-renovação do capital em padrões tecnológicos e societários, com novos modos de regulação para efetivação de sua crescente acumulação, é alimentada pelos países capitalistas desenvolvidos que se mantem no interior da lógica do sistema burguês e que contribuíram para que o capital se auto renovasse em padrões tecnológicos e societários, com novos modos de regulação para efetivação da acumulação do capital. A partir da década de 1960, emerge uma nova configuração do capital planetário ao surgirem “novos polos de hegemonia capitalista tais como a Europa Ocidental e o Japão que contestam a hegemonia dos EUA no cenário capitalista internacional” (Alves, 1999; p. 48). Aparece um novo ajuste do sistema destrutivo do capital referente ao agravamento da concorrência intercapitalista: o mercado eurodólar e a instabilidade cambial²¹.

No período histórico atual as estruturas de poder econômico, político, social e cultural em nível internacional, mundial ou global são descentradas. O que vemos hoje é um Estado mundial, um novo internacionalismo do trabalho organizado, capaz de legislar sob as novas condições temporárias do capital em processo impostos para o movimento operário em crise. Conforme Alves, “a crise do movimento operário hoje é, portanto, uma crise de caráter estrutural, que exige uma solução estratégica e articulada no plano mundial (e não apenas tática – e defensiva), sob pena de levar à ruína o movimento do trabalho”. (p. 50). Desse modo, “A colocação de obstáculos efetivos à lógica do capital só se torna eficaz, cada vez mais, quando é posta no nível supranacional (o que equivale, por outro lado, a recuperar, num primeiro momento, a capacidade de regulação dos Estados-nação)”. (Idem, p. 50).

Diante dos processos de crises do capital e das mudanças no padrão de produção para elevar, de forma contínua, sua acumulação, o desemprego vem se proliferando cada vez mais intensamente em todo o mundo, fenômeno que se põe como um dos traços do desenvolvimento desenfreado do capital, é a consequência imediata de sua lógica no sentido de perpetuar sua contínua sede de acumulação de riqueza, seja pela desapropriação de terras aos camponeses, pelo desenvolvimento das máquinas à grande indústria, seja pelos processos de reestruturação produtiva e pela expansão e desenvolvimento do modo de

21 De acordo com Alves, “O agravamento da concorrência intercapitalista, o surgimento do mercado eurodólar, o *débâcle* dos *Acordos de Bretton Woods* e a constante instabilidade cambial (e financeira) constituíram um complexo de causas (e efeitos) da crise do capital, do suposto “*desajuste global*” (p. 48-9).

produção atual. Vejamos agora a análise de Mészáros sobre o caráter crônico do desemprego expandido em escala mundial.

1.2.2 Do desemprego estrutural ao desemprego crônico: uma visão panorâmica do agravamento do desemprego.

De acordo com a abordagem anteriormente exposta podemos compreender as raízes materiais do desemprego e a sua expansão mediante o desenvolvimento da estrutura orgânica do capital. Detemo-nos a focar os aspectos relevantes de um capitalismo em alto grau de desenvolvimento, cujos processos de crises necessitam ser contornados por uma reestruturação produtiva que influencia diretamente na estrutura social, entre outras coisas, com o problema crescente do desemprego em nível mundial. Analisamos também o trajeto histórico que evidenciou a propagação do desemprego estrutural, com base nas interpretações de Alves, entre outros autores citados, como um fenômeno proveniente dos processos de reestruturação produtiva situados no redimensionamento da cooperação sobre a gerência capitalista. Agora veremos em Mészáros, o desemprego que atinge o patamar crônico por estar expandido em escala mundial, sendo ele um aspecto central do desenvolvimento capitalista²².

Nossa preocupação agora é com os efeitos da crise estrutural do capital sobre o desemprego, o que mostraremos inclusive com dados que se duplicam nas últimas décadas, o que parece reafirmar as sérias implicações do processo de ampliação da acumulação do capital. “Não importa quanto é combinada e divergente a falsa representação do estado de coisas existentes, o desafio potencialmente importante do desemprego não pode ser evitado nem mesmo nos países de capitalismo mais avançado” (Mészáros, 2006; p. 29).

Como vimos, o crescimento desenfreado do desemprego nos países capitalistas mais avançados não é um fenômeno atual. Ele surgiu num período de expansão do capitalismo no pós-guerra, num momento em que a crise estrutural do capital assolava o mundo como um todo, além de aparecer como um fenômeno necessário e desgastado dessa crise estrutural. Desse modo, podemos destacar em Mészáros que:

22 É interessante ressaltarmos que entre Alves e Mészáros existem posturas de interpretações divergentes. Enquanto o primeiro evidencia o desemprego como estrutural mediante os processos de reestruturação produtiva, o segundo analisa este fenômeno como crônico, considerando sua expansão em escala mundial, tornando-o um aspecto central do desenvolvimento capitalista. Para este autor, “quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, ‘a ciência econômica’ apologética subitamente descobre que a expulsão do trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de ‘desemprego estrutural’. Só se esquece de acrescentar que, ‘simplesmente’, desemprego em massa, é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo de produção em si. A culpa, ainda quando é reconhecida, é superficialmente lançada sobre os ombros do próprio ‘progresso tecnológico’, ao qual, claro, ninguém em sã consciência pode se opor, exceto, talvez, em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada ‘economia estável’”. (Mészáros, 2002; p. 674).

Diante dessas experiências não é difícil vislumbrar o que ‘uma crise sistêmica’ ou mesmo uma ‘crise estrutural’ pode desencadear, isto é, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema produtivo social (p.74).

Os desdobramentos dessa crise sob as condições de desemprego são percebidos como um problema que atinge tanto a difícil situação dos trabalhadores não qualificados quanto às de um grande número de trabalhadores altamente qualificados que disputam os empregos raramente disponíveis. Estamos diante de uma contradição necessária do sistema capitalista que transforma as conquistas de “desenvolvimento, racionalização e modernização” em uma carga desenfreada de “subdesenvolvimento crônico”. Como exemplo, cabe ressaltar que:

Há mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse número, a Europa conta com mais de 20 milhões, e a Alemanha – outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” – ultrapassou a marca de 5 milhões. Em um país como a Índia – reverenciada pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento -, há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outros milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados (idem, p. 30).

O autor nos mostra que estamos diante de uma fase do desenvolvimento histórico do capital cujo desemprego torna-se sua característica essencial. O processo de mundialização reflete o desenvolvimento burguês adquirido por uma maturidade ligada à crise estrutural do capital. Neste sentido, de forma antagônica e estratégica, o capitalismo necessita avançar sua produção e o controle da base social por meio de uma parcela sempre crescente da humanidade no trabalho supérfluo. Neste sentido,

A burguesia é incapaz de continuar a ser por muito mais tempo a classe dominante da sociedade e a impor à sociedade como lei reguladora as condições de vida de sua classe. Ela é incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar ao seu escravo a própria existência no seio da escravidão, porque é obrigada a deixá-lo mergulhar em um estado em que tem de ser ela a alimentá-lo ao invés de ser alimentada por ele. (Marx *apud* Mészáros, p. 3).

Por esta explicitação, podemos constatar que o desenvolvimento capitalista, em toda sua trajetória histórica, amplia os horizontes da problemática do desemprego, ao gerar “um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o mecanismo da produção, embora

– de acordo com o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – estejam longe de ser supérfluos como consumidores” (idem, p. 32). Para o capital restam apenas duas alternativas: ou mantém seu impulso incansável de expansão não importando se as consequências forem devastadoras para a base social e ambiental, ou se torna incapaz de controlar a base da reprodução social por meio de sua lógica. Pois, as soluções parciais não resolverão os problemas da humanidade, até porque “é a primeira vez na história que a dinâmica – e, em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico expansivo do sistema expõe, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho” (idem). Por esta razão, o autor salienta que, atualmente, a globalização é a causadora de todo o agravamento e crescimento do desemprego na lógica capitalista. E ainda acrescenta:

Quando o capital alcança esse estágio de desenvolvimento, não há maneiras de corrigir as causas de sua crise estrutural; pode-se apenas falsear com efeitos e manifestações à sua superfície. [...] A globalização do desemprego e da precarização, até o momento, não pode ser remediada sem a substituição radical do sistema capitalista. Há poucos anos previu-se que, seguramente, todos os males sociais conhecidos, mesmo nos mais “subdesenvolvidos” locais do mundo, seriam superados pela “modernização”, em conformidade com o modelo americano. Contudo, somos agora confrontados por algo diametralmente oposto àquele quadro otimista, pois as condições outrora confinadas, segundo a “teoria do desenvolvimento” e a sabedoria governamental, às supostamente temporárias dificuldades do “subdesenvolvimento” estão agora se tornando claramente visíveis mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos. (idem, p. 32-33).

O capitalismo procura resolver o problema inserido no mundo do trabalho com projeções emergenciais e catastróficas. A “explosão populacional”²³ é ignorada e deturpada pelo capital como se fosse movida por “leis naturais”, devido ao desenvolvimento tecnológico e às descobertas científicas recentes. Além do mais, ele torna-se incapaz de planejar uma forma sensata de sair de sua irracionalidade destrutiva. As consequências do desenvolvimento do capital em nível global referente ao problema do desemprego estrutural já são visíveis há muito tempo.²⁴ Trata-se de “um fenômeno que não é mais limitado aos jovens, às mulheres, aos operários, pois afeta toda a população, inclusive as classes médias” (Mészáros, 2002; p. 323). Assim,

23 Segundo o autor, ela se caracteriza por ser “uma tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países”. [...] é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. Pois, o que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, “trabalho supérfluo”. [...] O atual “excesso” ou “população redundante” se refere ao “excesso em relação às necessidades”, num sentido muito limitado. (p. 320 – 321). Para mais detalhes ver Istan Mészáros. *Para Além do Capital*, trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002. parte I, cap. 5, item 5.4 - O desemprego crônico: o significado real de "explosão populacional".

24 Ver as análises de Engels no terceiro item do primeiro capítulo e as análises do desemprego estrutural no item anterior deste segundo capítulo.

Com frequência crescente, os conflitos já não surgem nas regiões mais pobres do mundo, mas nas partes mais privilegiadas do “capitalismo avançado”. De acordo com o *Sunday Times*, ‘nos círculos governamentais cresce a ansiedade de que o avanço incansável do desemprego em massa esteja criando o que um relatório policial descreveu como um espírito de insurreição’ (idem, p. 323, grifos do autor).

E ainda ressalta: “a maior preocupação é a de que a força de trabalho não dê indicações de estar disposta a absorver os golpes, preferindo, ao contrário, desafiar a ‘racionalidade’ de entrar nas filas de desempregados” (idem, p. 324). Esta situação é muito séria, pois a “explosão populacional” está criando problemas sociais e econômicos graves nos países capitalistas mais poderosos, como os Estados Unidos. Desse modo,

O padrão real da expansão visível parece, na verdade, estar ficando claro e não é promissor. De acordo com a reportagem do próprio *The Economist* – ignorada por seus próprios editoriais quando lançam no papel seus sermões editoriais – é exatamente nas empresas mais dinâmicas e com mais recursos que “os novos trabalhadores entram para ocupar as vagas deixadas pelos que se aposentam”. O mesmo parece ser verdade em todos os países capitalistas avançados, grandes ou pequenos (idem, p. 327, grifo do autor).

Mészáros (2006) ressalta que “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo são ocasionados pela ‘flexibilidade’ e ‘desregulamentação’” (p. 33) -as duas armas do capital manifestadas por meio do neoliberalismo, tanto nos negócios quanto na política. Assim, o modo de produção vigente perpetua suas fontes de desenvolvimento em virtude da desumanização e precarização da força de trabalho. Para o autor,

Esse desenvolvimento, que afeta de forma tão profunda o movimento trabalhista e demonstra o fracasso histórico da esquerda tradicional foi um corolário necessário da grande redução da margem de manobra do sistema do capital ao entrar na crise estrutural dos anos 70. As formas organizacionais e suas estratégias correspondentes para obter ganhos defensivos para o trabalho foram estritamente temporárias e em longo prazo se tornaram totalmente inviáveis²⁵ (Mészáros, 2002, p. 330).

Ou seja,

Os limites do movimento de recuo do capital, que necessita da permanência do desemprego crônico, estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanham as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos

²⁵Ver em especial os capítulos 17 e 18.

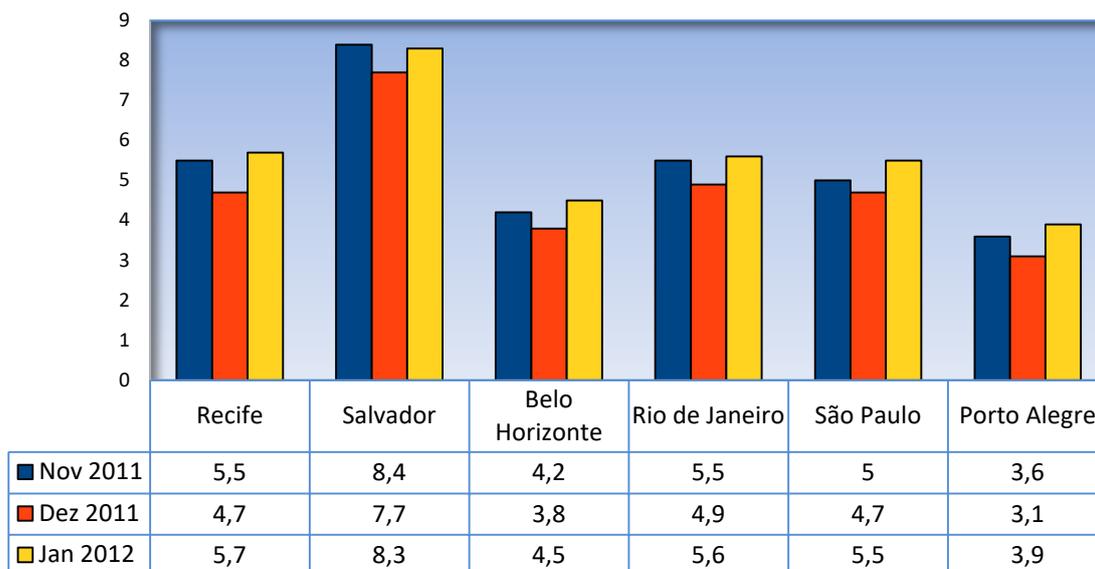
passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada (idem, p. 330).

Essa tomada de muitos ganhos passados do trabalho e o crescimento do desemprego²⁶ são reflexos dos efeitos da crise estrutural que tentam ser contornados pelo processo inevitável de ajustamento do capital. Na Europa Oriental, na União Soviética e na China, a adoção dos ideais da prosperidade do mercado expôs o perigo do capitalismo selvagem e do desemprego massivo, generalizando mundialmente a condição do desemprego crônico como tendência do capital. A essência estrutural do desemprego no capitalismo contemporâneo tornou-se crônica, cujo fenômeno, tal qual como ele se manifesta hoje, foi desencadeado a partir da crise estrutural do capital.

Os dados da realidade nos mostram que o desemprego cresce, mesmo sendo disfarçado pelas práticas do trabalho flexível. No Brasil, por exemplo, os resultados da pesquisa mensal de emprego, divulgados pelo IBGE²⁷, apontam que nas seis maiores regiões metropolitanas do País - (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) - o contingente de desocupados foi estimado em 1,3 milhão de pessoas, e cresceu 15,9% em fevereiro de 2012 no confronto com dezembro de 2011 (mais 180 mil pessoas procurando trabalho). Essas crescentes e oscilantes taxas de desemprego nas seis regiões metropolitanas de novembro de 2011 a janeiro de 2012, segundo dados do IBGE, são demonstradas graficamente abaixo:

26 Como foi explicitado no primeiro e segundo capítulos deste trabalho.

27 Resultados sobre o índice de desemprego de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada em Janeiro de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Ver <http://www.ibge.gov.br>



Salvador tem o maior índice de desemprego (8,4% em novembro de 2011, 7,7% em dezembro e 8,3% em janeiro de 2012). Depois segue basicamente no mesmo percentual Rio de Janeiro (5,5% em novembro de 2011, 4,9% em dezembro e 5,6% em janeiro de 2012), Recife (5,5% em novembro de 2011, 4,7% em dezembro e 5,7% em janeiro de 2012) e São Paulo (5,0% em novembro de 2011, 4,7% em dezembro e 5,5% em janeiro de 2012). Os menores índices ficam para Belo Horizonte (4,2% em novembro de 2011, 3,8% em dezembro e 4,5% em janeiro de 2012) e Porto Alegre (3,6% em novembro de 2011, 3,1% em dezembro e 3,9% em janeiro de 2012).

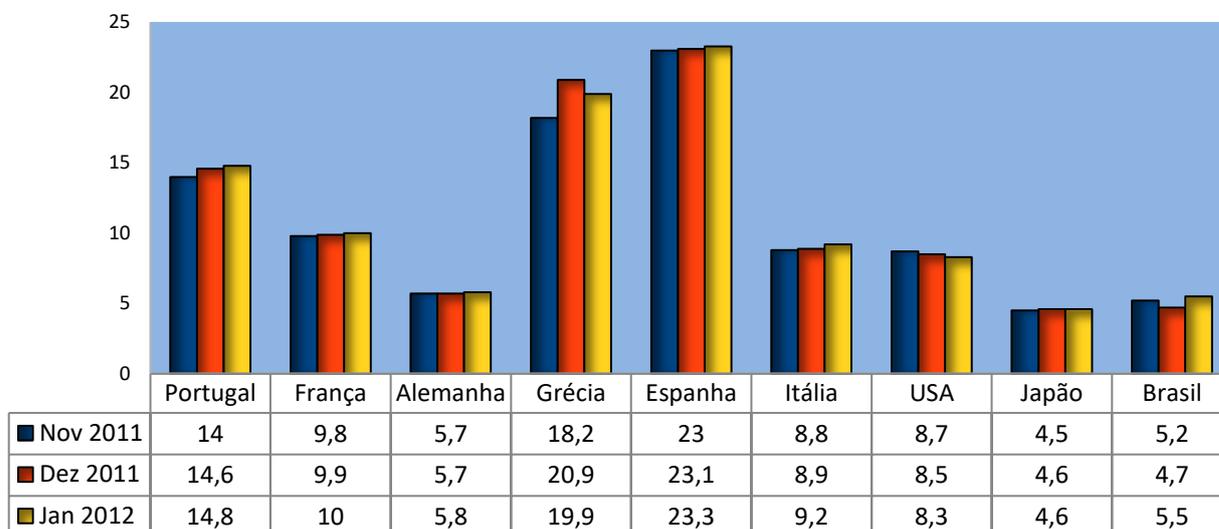
Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT²⁸, atualmente, 75 milhões de jovens em todo o mundo estão desempregados e mais de 150 milhões vivem com menos de 1,25 dólares por dia. A OIT advertiu sobre o risco de que esta situação produza uma “geração perdida” e disse que isso representa uma ameaça para a coesão social. Estatísticas fornecidas pela Thomson Reuters²⁹ divulgaram que “a taxa de desemprego na Grécia, por exemplo, bateu novo recorde de alta em dezembro de 2011, alcançando 20,9 %, ante 18,2 % em novembro desse mesmo ano”. Também foi divulgada “a taxa média de desemprego nos 17 países da zona do euro³⁰ que subiu ligeiramente para 10,4% em novembro, com ajuste sazonal, frente a 10,3% em outubro desse mesmo ano”. Vejamos, então, o gráfico abaixo sobre as taxas de

28Notícia publicada no dia 03 de março de 2012 pelo site www.oit.com.br

29 Dados informados pela ELSTAT na quinta-feira do dia 09 de fevereiro de 2012 no site <http://www.ruters.com>

30 Os 17 países da área euro (EA17) são Bélgica, Alemanha, Estônia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Malta, Holanda, Áustria, Portugal, Eslovênia, Eslováquia e Finlândia.

desemprego em alguns países do mundo entre novembro de 2011 a janeiro de 2012, segundo O Jornal Econômico (OJE) e a EUROSTAT³¹:



As taxas de desemprego estão notoriamente elevadas principalmente na Espanha (23% em novembro de 2011, 23,1% em dezembro de 2011 e 23,3% em janeiro de 2012), na Grécia (18,2% em novembro de 2011, 20,9% em dezembro de 2011 e 19,9% em janeiro de 2012) e em Portugal (14% em Novembro, 14,6% em dezembro de 2011 e 14,8% em Janeiro de 2012). Depois vem a França (com 9,8% em novembro, 9,9% em dezembro e 10% em janeiro de 2012), Itália (8,8% em novembro, 8,9% em dezembro e 9,2% em janeiro de 2012) e os Estados Unidos (8,7% em novembro, 8,5% em dezembro e 8,3% em janeiro de 2012 – apesar do decréscimo em comparação aos 9% em setembro de 2011, este índice não deixa de ser expressivo.). E, os países com um índice menor de desemprego em comparação a esses outros – o que não deixa de ser um fenômeno de preocupação – são Alemanha (5,7% em novembro e dezembro e 5,8 em janeiro de 2012), Brasil (5,2% em novembro, 4,7% em dezembro e 5,5% em janeiro de 2012) e Japão (4,5% em novembro e 4,6% em dezembro de 2011 e janeiro de 2012).

Entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, a taxa de desemprego para o sexo masculino aumentou de 9,7% para 10,5% na área do euro e de 9,4% para 10,1% na UE27. A taxa de desemprego feminino passou de 10,3% para 10,9% na área do euro e de 9,6% para 10,1% na UE27. Em janeiro de 2012, 5.507 milhões de pessoas jovens (menos de 25 anos) estavam desempregados na UE27, dos quais 3.314.000 estavam na área do euro. Comparado

³¹Dados pesquisados em fevereiro de 2012 no site <http://www.oje.pt> e no site Eurostat- Escritório Estatístico da União Europeia: <http://epp.eurostate.europa.eu>.

com janeiro de 2011, o desemprego juvenil aumentou em 269 000 na UE27 e por 141 000 na área do euro. Em janeiro de 2012, a taxa de desemprego juvenil foi de 22,4% na UE27 e 21,6% na área do euro. Em janeiro de 2011, foi de 21,1% e 20,6%, respectivamente. As menores taxas foram observadas na Alemanha (7,8%), Áustria (8,9%) e Holanda (9,0%), e a maior na Espanha (49,9%), Grécia (48,1% em Novembro 2011) e Eslováquia (36,0%).

Estes altos índices de desemprego são lamentáveis, causando, inclusive, uma redução significativa do padrão de vida, até mesmo dos trabalhadores ativos no mercado. Apesar de todos os esforços de manipulação política e econômica, o problema só tem se agravado sem qualquer solução. Como explica Mészáros (2006):

A atual “explosão populacional” sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois se acreditava no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (p. 341).

Por isso, diante da lógica do capital há um número grande e sempre crescente de pessoas expulsas do processo de trabalho e as poucas que se encontram empregadas se submetem a uma jornada de trabalho bastante desgastante, onde quer que o comando do capital possa ir. Desse modo, “significamente, na era da crise estrutural do capital, mesmo esse alto nível de exploração ainda não é suficiente” (idem, p. 36).

A importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial³² encontra-se nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade” emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital. A classe trabalhadora tem experimentado a natureza real das relações capitalistas, cuja relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais como um fenômeno global. O antagonismo entre o capital social global e a

32 De acordo com Mészáros, “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, na medida em que o sistema global do capital é afetado”. [...] Por ora basta salientar que o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Quando este último sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição dentro do sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto – de outro modo terá sua competitividade novamente enfraquecida dentro da estrutura global do “capital social total”. (2006, p. 37). Ver, também, Mészáros em *Para Além do Capital*, São Paulo, Boitempo, 2002.

totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Hoje, isto é notório nas circunstâncias socioeconômicas locais, na posição de cada país e no amadurecimento relevante ao crescimento sócio histórico mundial. Desse modo,

A realidade objetiva das diferentes taxas de exploração - tanto no interior de um dado país como no sistema mundial do capital - é tão inquestionável como são às diferenças objetivas nas taxas de lucro em qualquer período em particular. [...] De todo o modo, a realidade das diferentes taxas de exploração e lucro não altera em nada a própria lei fundamental: i.e., a crescente equalização das taxas de exploração diferenciais como a tendência global de desenvolvimento do capital mundial. (idem, p. 37).

Ainda acrescenta:

[...] Não pode haver nenhuma saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental em longo prazo. Aqueles que têm falado acerca da "integração" da classe trabalhadora - descrevendo o "capitalismo organizado" como um sistema que obteve êxito em dominar radicalmente suas contradições sociais - desesperadamente mal interpretaram o sucesso manipulador das taxas diferenciais de exploração (que prevaleceram na fase histórica relativamente "livre de distúrbios", da reconstrução do pós-guerra) como um remédio estrutural básico. (idem, p. 37).

Por essa razão, há um conjunto complexo de interesses distintos entre as classes sociais, as diferentes taxas de exploração são tão inquestionáveis quanto as taxas de lucro. Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo social em longo prazo. O processo de globalização produz em suas raízes a equalização descendente da taxa de exploração diferencial atingindo tanto os países pobres quanto aqueles mais avançados. Na realidade,

O que torna a situação grave é que a precarização e a insegurança avançam por toda a parte no mundo do trabalho: “o trabalho desprotegido e sub-pago está a alastrar-se como mancha de óleo, ao passo que mesmo o trabalho mais estável experimenta uma pressão em direção à intensificação sem precedentes, e em direção à plena disponibilidade para a submissão aos mais diversificados horários de trabalho”. (idem, p. 37).

Diante da situação complexa presenciada no sistema vigente, torna-se necessário explicar que a essência da problemática do desemprego está alicerçada na incompatibilidade do capital entre a ordem social existente e aquela na qual a humanidade poderá estar no

controle de sua atividade essencial. O sistema produtivo do capital é profundamente contraditório, pois ele cria o “tempo supérfluo” na sociedade em nível global e não pode reconhecer a existência de um “tempo disponível” utilizado na sociedade para satisfazer as necessidades humanas, que atualmente, são negadas. Como Marx afirma,

Riqueza é tempo disponível e nada mais [...] Se todo o trabalho de um país fosse suficiente somente para obter o sustento de toda a população, não haveria trabalho excedente, conseqüentemente nada que pudesse ser permitido acumular como capital. [...] Uma nação será verdadeiramente rica se lá não houver lucro ou se o dia de trabalho for de seis horas em vez de doze (Marx *apud* Mézáros, 2006; p. 43).

Conforme Mézáros (2002), “apesar de todos os esforços de manipulação política e econômica, os problemas estão se tornando claramente mais graves, sem qualquer solução no horizonte.” (p. 342). E diante desse quadro de intensas contradições, a esperança de uma transição para uma ordem social controlada pelos indivíduos, como sugere o projeto socialista suposto na emancipação humana, continua na agenda histórica.

Dentre os diversos problemas causados pelo modo de produção vigente, o desemprego torna-se um fator preponderante da lei geral burguesa. A propagação desse fenômeno na sociedade surge dessa lei e cresce disparadamente a cada momento em que se elevam os padrões da acumulação capitalista; ou seja, se desenvolve com o período industrial e se prolifera continuamente até os dias atuais por meio do padrão de acumulação flexível. Diante desses fatores essenciais que explicam o desemprego em seus fundamentos ontológicos, poderemos agora enfatizar a crítica marxiana às discussões contemporâneas desse fenômeno com base na concepção liberal de Jeremy Rifkin e marxista de David Harvey.

2. ATUALIDADE DE MARX SOBRE O DESEMPREGO: CRÍTICA À SABEDORIA ECONÔMICA CONVENCIONAL DE JEREMY RIFKIN E À PERSPECTIVA MARXISTA DE DAVID HARVEY

O pensamento marxiano traduz a atualidade do capital ao descrever sua lógica, seus processos de crises, manifestadas na crise do valor e na lei do valor. Como consequência temos a crise social expressa no desemprego e no pauperismo crônicos, na crise ecológica mundial, claras manifestações da lógica da lei geral da acumulação capitalista. Afirmar a atualidade de Marx na sociedade contemporânea do capital nos possibilita desvelar a totalidade das mudanças que presenciamos a cada momento da história, possibilita articular o que o atual desenvolvimento histórico possui essencialmente e em termos fenomênicos.

Como vimos na primeira parte deste estudo, o desemprego em Marx é uma realidade cada vez mais confirmada na sociedade capitalista, sua lógica é imanente ao processo de ampliação exorbitante da acumulação de capital. Ao resgatarmos a trajetória histórica desse modo de produção, evidenciamos que sua essência permanece inalterada, ou seja, a lógica de elevar abundantemente sua acumulação, ao mesmo tempo, amplia a desordem e o caos na base societária. Isto significa que a veracidade da teoria de Marx sobre a natureza capitalista permanece tão atual quanto foi no século XIX. Da cooperação à grande indústria predominaram consequências aterrorizantes do sistema vigente à classe trabalhadora, e desta aos dias atuais nos deparamos com um crescimento do descaso e da degradação humana.

Não importa o momento histórico em que nos encontramos, a essência do capitalismo continua a mesma. Este sistema alastra seus males inevitáveis por onde passa, seja por meio da guerra, da violência, da ambição desenfreada na conquista pelo poder, no aprofundamento da pobreza, na falta da estrutura básica que garanta as condições de subsistência da humanidade. Enfim, toda essa degradação é o reflexo da necessidade incessante de acumulação do capital, sem o qual não poderia existir o modo de produção capitalista.

Atualmente, nos defrontamos com uma crise mundial sem precedentes. Estamos submetidos aos perversos males que o desenvolvimento capitalista tem, ao longo de sua trajetória histórica, nos proporcionado. Inevitavelmente, inúmeras pessoas são jogadas à margem do pauperismo, sem trabalho, sem o sustento que atenda ao menos a subsistência. De forma cada vez mais escancarada, essa realidade é vivida por milhões de pessoas por todo o mundo. Assim, seguem avante e de forma desgovernada os problemas advindos da ordem burguesa.

Em virtude da dimensão drástica do problema do desemprego, hoje nos deparamos com inúmeras discussões sobre esta problemática. Muitos pensadores buscam respostas para

as seguintes indagações: quando serão solucionados todos os males advindos do desenvolvimento capitalista, inclusive o desemprego? Poderemos mudar essa triste realidade? Alguns teóricos contemporâneos consideram que o capitalismo pode melhorar os problemas que propriamente cria mediante reformas em sua base produtiva. Outros defendem que não há saída dentro do sistema vigente e a solução é superá-lo para além do capital.

São questionamentos e discussões como estes que nos possibilitam apontar, na segunda parte deste estudo, como o desemprego é analisado diante da vertente liberal e marxista, particularmente. Dentre os autores que iremos resgatar, destacamos o liberal Jeremy Rifkin e o marxista David Harvey. Ambos interpretam o desemprego com visões diferenciadas, porém, e, sobretudo, como um fator bastante preocupante e digno de ser superado.

Ao longo dessa exposição, iremos também expor um contraponto entre a teoria de Marx - que nos proporcionou o caminho mais coerente para desmistificarmos os fundamentos ontológicos do desemprego e as saídas mediante o modo de produção vigente - e as análises dos autores nos parágrafos acima citados. Defenderemos, por um lado, que a base liberal, que defende as reformas no âmbito capitalista, sem romper com sua hegemonia, é inerente aos fundamentos ontológicos do desemprego em Marx, como mostramos na primeira parte deste estudo. Por outro lado, a perspectiva marxista resgata muitos fatores importantes que deflagram o desemprego como um fator imanente à ordem burguesa, mas ela não perpassa sem problemas.

Neste sentido, em nível de conclusão, iremos reforçar a análise da lei geral do capital de Marx e os pressupostos teóricos do desemprego em Mészáros, no qual afirmam que dentro do sistema vigente não há soluções que resolvam efetivamente os problemas advindos de sua ordem. Para esses autores, o desemprego é imanente à lógica burguesa e, por isso, é necessário irmos para além do capital afim de efetivamente alcançarmos a solução para todos os males provenientes desse modo de produção.

2.1 O fim dos empregos de jeremy rifkin³³

Longe dos parâmetros teóricos de Marx, atualmente nos deparamos com muitos economistas que buscam encontrar alternativas para contornar a desenfreada ampliação do desemprego, no intuito de controlar primordialmente os problemas do subconsumo e da intensificação da crise econômica mundial, por meio de metas que propiciem soluções parciais às camadas da sociedade mais afetadas. Dentre eles, Jeremy Rifkin³⁴ torna-se o cerne deste capítulo, cuja pretensão é expor sua visão liberal a respeito dos problemas sociais existentes na base contemporânea do capital, na particularidade do século XX dos Estados Unidos. Com base em suas análises, verifica-se um crescimento do mercado de ações e da economia e um índice de desemprego altamente alarmante. Para ele, estamos entrando em uma nova fase na história, caracterizada pelo contínuo e inevitável declínio de empregos - a nova era da informação - que está substituindo o ser humano em praticamente todos os setores e mercados, restando poucas vagas apenas para o setor do conhecimento e dos novos mercados exteriores.

Num primeiro momento, iremos situar o pensamento dos economistas liberais, como Say, Clark, dentre os neoclássicos citados por Rifkin, sobre as alternativas que encontraram para contornar a crise mundial e o reflexo da elevação da taxa do desemprego e do subconsumo. Evidenciaremos, também, a crítica de Rifkin sobre o pensamento destes autores, ao analisar a trajetória histórica do capitalismo da década de 1920 aos dias atuais e, assim, resgatar alguns aspectos que foram decisivos para efetivar o desenvolvimento capitalista e a erradicação desordenada do “desemprego tecnológico” – denominação vinculada aos novos padrões da informatização, segundo o autor.

O percurso que daremos a este capítulo tem como aspecto primordial, pontuar os principais argumentos de Rifkin sobre o desemprego e evidenciar a distante compreensão de suas análises à Marx. Deste modo, ao contrário da concepção marxiana, este autor liberal busca explicar o desenvolvimento capitalista longe dos seus fundamentos ontológicos, limitando-o ao contexto das grandes inovações tecnológicas e da informação do século XX. Ao detectar inúmeros indícios como a falta de emprego, a violência, o subconsumo, entre tantos outros problemas resultantes da crise mundial, ele tenta, num segundo momento, propor alternativas por meio de reformas na base do sistema vigente, para evitar o que

33RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2004.

34 Como iremos recorrer por várias vezes a esse mesmo texto do Rifkin, todas as vezes que citá-lo indicaremos apenas o número da página.

considera como “a tendência do fim dos empregos” e as suas consequências aterrorizantes para milhões de trabalhadores.

Em Marx, verificamos que o capitalismo é um sistema de produção contraditório, permeado por altas ondas de crises que emergem na sua lógica de crescimento. É certo que os problemas advindos de sua essência, como o desemprego estão se agravando cada vez mais na dimensão mundial, e todas as alternativas para solucioná-los no âmbito do capital foram ineficazes. Como imanente à base produtiva burguesa, cresce desenfreadamente os problemas advindos de sua ordem, sem solução no seu horizonte. Sendo assim, é somente para além do capital que temos a esperança de alcançarmos a solução verdadeiramente eficaz para todo o caos e desordem provenientes da esfera capitalista. Nesta direção seguiremos a análise de Rifkin sobre o desemprego, sempre observando a dimensão problemática de seus pensamentos ao se esvaír longe da base marxiana.

Como vimos, a lógica da expansão produtiva burguesa, ao longo dos anos, expressou níveis sem precedentes de desemprego, acentuando a diminuição do poder aquisitivo do consumidor e a elevação de uma devastadora crise mundial. Por vários séculos, a base racional da política econômica buscou a elevação da produtividade com base no desenvolvimento das forças produtivas. Hoje, novas tecnologias foram instaladas a fim de viabilizar a diminuição dos custos de produção e a elevação da oferta de produtos baratos.

Apesar de ser um economista liberal, Rifkin considera irrelevante o pensamento de Jean Baptiste Say³⁵, e, posteriormente, de seus seguidores – os chamados economistas neoclássicos -, ao defenderem o aumento da produtividade e da diminuição dos preços por meio das novas tecnologias de racionalização do trabalho. Eles consideravam que a maior produtividade e oferta de bens mais baratos criavam sua própria demanda, pois estimulavam o consumo e mais produção, resultando num ciclo interminável de produção e consumo em expansão. E, o desemprego, resultante da evolução tecnológica, passaria a ser compensado por contratações adicionais para atender aos crescentes níveis de produtividade. Nesta perspectiva, menores preços dessa produção significariam mais dinheiro dos consumidores para comprar mais produtos, estimular mais a produtividade e aumentar o emprego em todas as áreas do mercado de trabalho. Entretanto, Rifkin ao contestá-los explicita que tais pensadores reforçavam a ideia de que o problema da falta de emprego seria solucionado por si mesmo, ou seja, o crescente número de desempregados resultaria na redução dos salários e, conseqüentemente, salários menores incitariam empregadores a contratar mais trabalhadores, em vez de investir em equipamentos mais sofisticados, amenizando, portanto, o impacto da tecnologia sobre o emprego.

35 Segundo Rifkin (2004), ele foi o primeiro economista a defender, no século XIX, que “a oferta cria a sua própria demanda” (p.16).

Mesmo com toda incompatibilidade referente ao pensamento de Marx, divergências que nos debruçaremos ao longo deste capítulo, Rifkin entende que o avanço da tecnologia no âmbito do aumento da produtividade capitalista não traz benefícios para a massa de trabalhadores na forma de maior poder de compra e mais emprego. Para ele, o crescente índice de eliminação da força de trabalho no mercado proporciona amplamente um exército de reserva de desempregados – o que permite a redução dos salários e de consumidores com poder aquisitivo suficiente para comprar os produtos produzidos pela lógica do mercado. Portanto, como vimos na primeira parte deste estudo, é imprescindível afirmar que o aumento da produtividade reduz os custos sobre a força de trabalho, aumenta o controle sobre o processo de produção e cria um imenso exército de trabalhadores desempregados, além de um elevado nível de exploração para os poucos empregados.

Outro economista a ser mencionado por Rifkin é Clark ³⁶, pensador liberal que defendia o problema da elevação do desemprego como um mal necessário para promover a prosperidade global da economia. Para ele, a redução dos salários, provenientes dos altos índices de desempregados, abria espaço para novas indústrias contratarem esse excedente e, com isso, aumentava seus próprios lucros. Estes, ao serem reinvestidos em novas tecnologias, poderiam novamente dispensar trabalhadores, reduzir custos unitários e elevar as vendas, criando um ciclo permanente e ascendente de crescimento econômico e prosperidade.

Chamo atenção para lembrar que crescimento econômico e prosperidade só ocorrem para os capitalistas, restando para a classe trabalhadora os pesares da redução dos salários, do desemprego, enfim, de todos os males evidentes na sociedade burguesa. Nela há verdadeiramente a necessidade de elevar as condições de precarização para os mais desfavorecidos na busca de promover continuamente a prosperidade econômica global. É nesta direção que a lógica do capitalismo se propaga nas correntes liberais ao estabelecer sempre a primazia do desenvolvimento econômico burguês. Desde os primórdios – cooperação, manufatura, grande indústria – até os dias atuais com os novos padrões de produção evidentes na inovação tecnológica da informatização, constatou-se que o desenvolvimento das forças produtivas, acompanhada de um alto índice de desemprego, metamorfoseia o cenário econômico capitalista a serviço de sua lei.

Na particularidade contemporânea, Rifkin busca situar algumas das tentativas do capital de contornar os seus graves problemas econômicos e sociais. Ao se deparar com uma elevação desses problemas, ao invés de uma eficaz diminuição ou erradicação, concluiu que em todas não houve uma solução efetiva. Como ele nos mostra e, reforçando o que

36John Bates Clark, fundador da American Economic Association, observou que 'um suprimento de mão-de-obra desempregada está sempre disponível e não seria nem possível nem normal que esse suprimento não existisse. O bem-estar dos trabalhadores exige que o progresso continue, e com isso é impossível de ser alcançado sem causar a dispensa temporária de trabalhadores'. (Rifkin apud Clark, 2004; p. 17).

dimensionamos no segundo capítulo da primeira parte desta exposição, a partir de 1920, a reestruturação do trabalho com o Taylorismo-fordismo trouxe consequências avassaladoras expressas no aumento da produção, no desemprego e na diminuição das vendas. Em 1930, economistas sugeriam maior eficiência e produtividade para o crescimento da acumulação de capital, mas o resultado mais uma vez repercutiu na elevação do desemprego e das lutas trabalhistas. Com a guerra mundial, ocorre o acréscimo de um novo complexo industrial e militar, mas a exploração do desenvolvimento no pós-guerra ficou marcada por um contínuo desemprego nos anos 50 e 60, em função dos avanços na automação. E, nas últimas duas décadas do século XX, as novas realidades econômicas estavam longe de resgatar a economia do crescente desemprego e do subconsumo, embora não faltassem otimistas tecnológicos que apostavam no surgimento de empregos adicionais resultantes dos novos produtos e serviços gerados pela alta tecnologia.

É bem verdade que as alternativas encontradas para solucionar os problemas existentes na ordem do capital são fragmentadas e desprovidas de resultados eficazes. O modo de produção vigente não pode resolver todos os males que causa na sociedade, pois se assim o fizer não se constituirá capitalismo. Como um sistema contraditório e desigual, não há possibilidades de encontrarmos nas bases burguesas a resolução de todas as disparidades sociais, mas, apenas reformas que amenizem essas turbulências para que perpetue a sua hegemonia enquanto tal. Nesta direção cresce o desemprego, o subemprego, a violência, a fome, o pauperismo entre tantos outros distúrbios sociais evidentes e cada vez mais ampliados ao longo da trajetória histórica do capital.

Essa expansão desenfreada do desemprego é constada por Rifkin ao salientar que “a indústria da biotecnologia gerou menos de 97 mil empregos nos anos entre 1985 e 1995” e, mesmo assim, muitos empresários continuavam a acreditar que “as perdas no mercado interno seriam compensadas por um aumento na demanda internacional e pela abertura de novos mercados internacionais”. Entretanto, “os esforços das empresas para criar novos mercados estavam encontrando apenas um sucesso periférico, pela simples razão de que as mesmas forças tecnológicas e econômicas em ação nos Estados Unidos estavam afetando grande parte da economia global”. Assim, na Europa, Japão e em um crescente número de nações em desenvolvimento, a reengenharia e a automação estavam elevando o índice de desemprego em um ritmo cada vez mais acelerado. (p. 34).

Os altos índices de desemprego e subemprego também diminuiriam as possibilidades de mais consumo, mesmo com as facilidades do sistema de crédito. Como especifica Rifkin este sistema foi uma estratégia importante para o desenvolvimento capitalista, “ao proporcionar compras a prazo, empréstimos e cartões de crédito tornando-se um meio de vida em muitos países industrializados”. Entretanto, “as pessoas se endividaram

consideravelmente: só nos Estados Unidos, as dívidas dos consumidores aumentaram em 210%, na década de 60, e 268% durante a década de 70. No ano de 1994 estava em mais de US\$ 4 trilhões”. (idem, p. 35). De fato, o sistema de crédito foi uma estratégia do capital a fim de ampliar a sua produtividade, mas não perpassou sem problemas. A facilidade de consumo por meio do crédito elevou o endividamento de milhões de consumidores, colocando em risco o setor econômico-financeiro. Neste aspecto, podemos novamente ressaltar que o modo de produção capitalista não pode elevar os seus meios de crescimento, sem criar, na mesma proporção, grandes problemas econômico-sociais.

Rifkin também especifica que a inovação tecnológica do século XIX, ao ameaçar a perda em massa dos empregos em determinado setor econômico, fazia surgir um novo setor para absorver a força de trabalho excedente. Já no século XX,

o setor industrial emergente conseguia absorver grande parte dos milhões de trabalhadores agrícolas e fazendeiros que foram deslocados pela rápida mecanização da agricultura. Entre meados da década de 50 e o início da década de 80, o setor de serviços, que crescia rapidamente, foi capaz de reempregar muitos dos operários demitidos em função da automação. Atualmente, no entanto, à medida que todos esses setores vão sucumbindo, vítimas da rápida reestruturação e da automação, nenhum novo setor 'significativo' foi desenvolvido para absorver os milhões que estão sendo demitidos. (p. 36).

Como já especificamos, o desemprego em escala cada vez mais ascendente é uma tendência do modo de produção capitalista, em virtude da necessidade de expansão do capital em patamares cada vez mais elevados. Hoje, os altos níveis tecnológicos incorporados no mercado atual transmitem esse desenvolvimento, afetando o mercado de trabalho. É neste sentido que se configuram novas necessidades do capital em empregar trabalhadores qualificados que estejam capacitados, treinados e adaptados às novas exigências do mercado.

Diante desta tendência do capital, Rifkin menciona que há uma economia de trabalho no mercado e que “os poucos bons empregos disponíveis na nova economia global da alta tecnologia estão no setor do conhecimento”. Por isso, para ele

é ingenuidade acreditar que grandes números de trabalhadores sem qualificação e semiquilificados, trabalhadores administrativos e operários possam ser treinados para tornarem-se físicos, cientistas da computação, técnicos de alto nível, biólogos moleculares, consultores empresariais, advogados, auditores etc. Para começar, a lacuna nos níveis educacionais entre aqueles que precisam de emprego e o tipo de cargos de alta tecnologia disponíveis é tão grande que nenhum programa de re treinamento poderia esperar atualizar de forma adequada o desempenho profissional de trabalhadores, para que estivessem à altura do número limitado de oportunidades de cargos especializados que existem. (p. 37).

A todo o momento se confirma a lei geral do capital desmistificada por Marx. Mesmo com todos os anos passados após as análises marxiana, hoje nos deparamos com a

comprovação de que o capitalismo necessita sempre adequar-se às novas formas produtivas e, com ele, todos os meios envolvidos neste processo. Nestes termos, a lógica da reeducação e do retreinamento da força de trabalho se configuram no capitalismo contemporâneo como fundamentais para moldar as novas tendências do mercado. Entretanto, elas são ineficazes para resolver o problema do desemprego, pois buscam selecionar os poucos trabalhadores qualificados em detrimento dos muitos não qualificados.

Na medida em que se aprimoram as novas condições de trabalho provenientes da alta tecnologia, segue no mercado automatizado a disponibilidade insuficiente de empregos para absolver o grande índice de desempregados. Assim, agiganta-se a sociedade high-tech, com computadores e robôs revolucionando o fluxo sofisticado de novos produtos e serviços, enquanto se prolifera o número de desempregados e se intensifica a empregabilidade de poucos trabalhadores altamente qualificados para as novas fontes de trabalho no âmbito da tecnologia.

Segundo Rifkin, nesse âmbito da produção burguesa se configura um “novo” exército industrial de reserva³⁷. No entanto, com base na análise marxiana, não há um “novo” exército industrial de reserva, mas apenas uma nova configuração do processo produtivo que, para atender às novas exigências do mercado tecnológico, necessita de uma força de trabalho melhor preparada e qualificada para dar continuidade ao progresso e desenvolvimento capitalista. Necessita intensificar cada vez mais o processo de exploração e dominação da lógica capitalista.

Além de evidenciar os problemas da qualificação da força de trabalho, Rifkin especifica que o trabalho informal e temporário cresce mais rapidamente que o trabalho permanente. Para ele, ambos “tornam-se parte de uma estratégia de longo prazo das empresas a fim de reduzir salários e evitar os altos custos de benefícios, tais como assistência médica, aposentadorias, licenças médicas pagas e férias”. (idem, p. 192). Em suas palavras:

Trabalhadores temporários e terceirizados constituem a maior parte da força de trabalho contingencial – milhões de americanos cujo trabalho pode ser usado e descartado a uma fração do custo de manter uma força de trabalho permanente. Sua própria existência age como redutor dos salários dos trabalhadores fixos. Cada vez mais os empregadores estão usando a ameaça da contratação temporária e a terceirização para negociar concessões de benefícios e salários com os sindicatos – uma tendência que deve se acentuar nos próximos anos. (p. 195).

Nessa trajetória histórica

Salários achatados, ritmo frenético no ambiente de trabalho, rápido crescimento do trabalho contingencial de meio período, maior desemprego tecnológico, crescente

37 Rifkin chama de 'novo' exército industrial de reserva os “trabalhadores 'contingenciais' – trabalhando como temporários em meio período, ou por tarefa, ou como freelancers”. (p. 192).

disparidade de renda entre ricos e pobres e o dramático encolhimento da classe média vem impondo um estresse sem precedentes sobre a força de trabalho americana. O otimismo tradicional, que motivou gerações de imigrantes a trabalhar arduamente, na crença de que poderiam melhorar sua situação e as perspectivas para seus filhos, foi despedaçado. Em seu lugar ficou um ceticismo crescente quanto ao poder corporativo e uma desconfiança crescente sobre homens e mulheres que exercem um controle praticamente total sobre o mercado global. A maioria dos americanos sente-se encurralada pelas novas práticas de produção enxuta e pelas sofisticadas novas tecnologias de automação, não sabendo se ou quando o movimento da reengenharia atingirá seu próprio escritório ou seu local de trabalho, arrancando-os do que pensavam ser um emprego seguro e arremessando-os no exército industrial de reserva de trabalhadores contingenciais, ou, pior, às filas dos desempregados. (p. 195).

Como vimos ao longo desta exposição, a insegurança no trabalho está presente em todos os setores do mercado. O desenvolvimento capitalista em virtude da sua natureza, com os avanços tecnológicos utilizados em favor do crescimento de capital, está ampliando a desordem e o caos social. Nesta direção segue a concorrência mundial, aumentando o índice de desemprego para poder reagir mais aceleradamente às flutuações do mercado.

Pensando com Marx, podemos afirmar que a necessidade do progresso constante da acumulação do capital gera um aprofundamento de suas crises como tendência natural de sua lógica de expansão. O desemprego estrutural é imanente à essência do capital, faz parte da sua natureza. Neste sentido, o progresso tecnológico é permeado por determinação histórica desenvolvida pela capacidade do homem dominar a natureza, transformá-la por meio do trabalho. No sistema capitalista, a divisão do trabalho e suas relações de poder produz as premissas sociais de um mercado de massa. Por conseguinte, “as premissas sociais das técnicas mecanizadas modernas surgiram primeiro, foram os produtos de uma revolução social centenária. A técnica é a consumação do capitalismo moderno, não sua causa inicial”. (Lukács *apud* Lessa 2007; p. 266).

Portanto, “as contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque não decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista.” (Marx, 1983; p. 55-6). Somente no âmbito do sistema burguês, as mudanças realizadas pelo avanço tecnológico, com ênfase na biotecnologia e na robótica, tornam evidente o problema da proliferação e intensificação do desemprego estrutural. Sendo este, um reflexo direto da crise estrutural, em virtude do exacerbado crescimento econômico da produção mundial.

Como vimos, o desenvolvimento capitalista com seus avanços tecnológicos na base contemporânea evidenciou grandes inquietações por parte de líderes empresariais, econômicos e políticos. Muitos deles defendiam a possibilidade de reverter a crise da superprodução, do desemprego e do subconsumo, por meio da inovação tecnológica. Muitos otimistas corporativos, futuristas e líderes políticos de vanguarda ainda acreditam que a era da

informação sinaliza uma era de produção ilimitada com crescente consumo, novos avanços na ciência e tecnologia, mercados integrados e gratificações imediatas. Mas, como todas as tentativas por eles defendidas no âmbito do capital sempre evidenciam fracassos, chegará o dia em que este sistema não poderá mais deslocar suas contradições e será empurrado a limites intransponíveis.

Mas, o que Rifkin prevê a respeito do futuro do capital, já que ele defende a ideia de que os avanços tecnológicos tendem a suprimir o trabalho existente? Para ele,

Milhões de homens e mulheres trabalhadores em todo o mundo estarão presos entre eras econômicas e, cada vez mais, marginalizados pela introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Por volta das décadas centrais do século XXI, o operário terá passado para a história, vítima da Terceira Revolução Industrial e da implacável marcha rumo à maior eficiência tecnológica. (p. 140).

Neste contexto,

Categorias inteiras de trabalhadores minguarão e, em alguns casos, desaparecerão completamente. Nos próximos anos, as tecnologias da informação irão se tornar mais inteligentes, mais baratas e muito mais capazes de integrar uma grande variedade de atividades mentais e físicas. (p. 158).

O autor defende que no futuro “tecnologias avançadas de computação paralela, robótica de alta tecnologia e redes eletrônicas integradas ligando o globo irão se apossar cada vez mais do processo econômico”, isto acarretará na ampliação de “menores espaços para a participação humana direta em fazer, transportar, vender e prestar serviços”. (p. 162).

Neste sentido, Rifkin argumenta que “a civilização encontra-se vacilante entre dois mundos muito diferentes – um utópico e cheio de promessas; o outro, real e repleto de perigo.” (idem). Assim, como “as convenções sociais e relações econômicas baseiam-se em seres humanos vendendo seu trabalho como um bem no mercado aberto” e, como “agora que o valor de mercadoria desse trabalho está se tornando cada vez menos importante na produção e na distribuição de bens e serviços, novas abordagens para garantir a renda e o poder aquisitivo terão de ser implementadas” (idem). Segundo este autor, deve-se haver uma reforma na base do sistema capitalista para “resolver” o problema do desemprego e das contradições imanentes ao modo de produção do capital.

Então, como solução para o desemprego estrutural Rifkin argumenta que:

Alternativas ao trabalho formal precisarão ser encontradas para empregar energias e talentos das gerações futuras. No período de transição para uma nova ordem, as centenas de milhões de trabalhadores afetadas pela reengenharia da economia global precisarão ser aconselhadas e cuidadas. Suas dificuldades exigirão atenção imediata e constante, se quisermos evitar conflitos sociais em escala global. (idem).

Neste percurso da história, o autor especifica que “dois cursos específicos de ação terão de ser vigorosamente trilhados, se as nações industrializadas quiserem ser bem sucedidas na transição para uma economia pós-mercado³⁸ no século XXI”. (p. 218). São eles:

Primeiro, os ganhos de produtividade decorrente da introdução de novas tecnologias de racionalização do tempo e do trabalho terão de ser repartidas com milhões de trabalhadores. Avanços dramáticos em produtividade precisarão ser compensados por reduções igualmente dramáticas no número de horas trabalhadas e aumentos constantes de salários para assegurar uma demanda eficaz pela produção e uma distribuição justa dos frutos do progresso tecnológico. *Segundo*, a diminuição da massa de empregos na economia do mercado formal e a redução dos gastos do governo no setor público exigirão que se dê mais atenção ao terceiro setor: a economia de não mercado. É para o terceiro setor – a economia social – que as pessoas irão se voltar nesse século XXI, para ajudar a administrar necessidades pessoais e sociais que já não podem mais ser administradas nem pelo mercado nem por decretos legislativos. Essa é a arena em que os homens e mulheres explorarão novos papéis e responsabilidades e encontrarão novos significados para suas vidas, agora que o valor de mercado de seu tempo está desaparecendo. A transferência parcial de lealdades e de comprometimentos pessoais para longe do mercado e do setor público, rumo à economia informal, pressagia mudanças fundamentais em alinhamentos institucionais e um novo pacto social, tão diferente daquele que tem governado a Era de Mercado quanto esse que, por sua vez, é diferente da organização feudal da Era Medieval que a precedeu. (p. 218).

Na base do pós-mercado de Rifkin – cujo resultado é a conversão do capitalismo em outro modo de produção sem qualquer quebra da sua continuidade pela gênese revolucionária de uma nova essência da reprodução social – podemos salientar que os cursos defendidos pelo autor são pretensões ilusórias, pois são ideias não deslocadas do âmbito do sistema capitalista. Ilusórias, primeiro porque nesta continuidade capitalista não há como repartir os lucros da produção para os trabalhadores, pois este modo de produção é essencialmente desigual. Além disso, os avanços dramáticos em produtividade não podem ser compensados por reduções igualmente dramáticas no número de horas trabalhadas e aumentos constantes de salários para assegurar uma demanda eficaz pela produção e uma distribuição “justa” dos frutos do progresso tecnológico. O capitalismo exclui toda forma de acréscimo de salários que possa ameaçar sua permanência na esfera produtiva. A diminuição da jornada de trabalho sempre

38 Rifkin defende a ideia de uma nova economia pós-mercado. Sobre os autores que defendem essa ideia, Lessa (2007) ressalta que “alguns argumentam que estaríamos vivendo a superação do capitalismo. Postular que o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capital seria a este antagônico e que, por isso, conteria nele próprio a possibilidade de superação histórica da sociabilidade contemporânea, significa compartilhar de duas ilusões. A primeira, que a contradição do capitalismo seria tal que dele poderia linearmente surgir sua superação; que o capitalismo poderia se converter em outro modo de produção (pós-capitalista, pós-mercantil, socialista, comunista etc.) sem qualquer quebra da sua continuidade pela gênese revolucionária de uma nova essência da reprodução social. Ao tratar-se da conversão do capitalismo em socialismo, por exemplo, a substituição do tempo de trabalho socialmente necessário pelo tempo disponível como essência da reprodução social teria a marca da continuidade do desenvolvimento tecnológico capitalista. A revolução não mais seria necessária: o socialismo seria a consequência natural do desenvolvimento técnico sob a regência do capital, o que significa uma retomada das teses reformistas da II Internacional antes da Primeira Grande Guerra”. Assim, “postular que o desenvolvimento da técnica conduziria ao socialismo, significa, ainda, compartilhar de uma grande ilusão. A de que o desenvolvimento da tecnologia capitalista se contraporá à reprodução da propriedade privada burguesa.” (p. 267).

será compensada com um aumento de exploração e da extração da mais valia em virtude da diminuição da parte paga ao trabalhador por meio dos salários.

Com base na análise marxiana, o primeiro curso defendido por Rifkin torna-se ineficaz porque é impossível, pela própria natureza do capital, aumentar seus dramáticos ganhos de produtividade reduzindo-se o tempo de trabalho. Essa redução somente pode ser feita ao manter em patamares elevados a acumulação de mais valia por meio da intensificação da exploração da força de trabalho. Isto significa, nas palavras de Marx, que “igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a maquinaria se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista”. (Marx, 1983; p. 391).

A maquinaria, hoje concentrada no crescimento exacerbado do capital com base nos altos padrões tecnológicos, necessariamente viabiliza uma redução dos postos de trabalho expandindo dramaticamente um alto índice de desemprego e, conseqüentemente, da miséria global. Mesmo diminuindo o tempo de trabalho na produção capitalista, a dimensão destrutiva do capital, como dissemos várias vezes, não poderá resolver os problemas contraditórios de suas crises. O crescimento da acumulação capitalista, em virtude do mesmo crescimento do exército de desempregados de reserva, é condição imanente à lógica do modo de produção do capital. Mézáros (2002) relata sobre a impossível reversão dos processos de crise do capital por meio da redução de horas de trabalho no mercado:

Com certeza, tudo o mais permanecendo igual, a alternativa racional ao inevitável impacto desestabilizador do desemprego seria uma grande redução do número de horas passadas no local de trabalho, digamos a metade, de forma a se fazer sentir e se ajustar ao porte do problema, dando a oportunidade de emprego a muitos milhões. Mas, é claro, tudo o mais não é igual. Pois, a adoção desta solução sob as condições atuais de produção geraria *ipso facto* o 'lazer' (ou seja, tempo livre à disposição dos indivíduos) e a instabilidade que o acompanha em escala inimaginável. Assim, mesmo se uma solução como esta fosse economicamente viável dentro da estrutura de um sistema orientado para a maximização de lucros e acumulação – o que ela não é, como demonstra a rejeição sistemática até mesmo das demandas modestas dos sindicatos de redução da carga horária semanal -, a adoção deste curso de ação ainda iria produzir dinamite social na ordem social dada, totalmente em rumo. Pois, sob as condições de vida atuais, o único objetivo praticável que poderia aspirar a receber legitimidade social é o que é estreita e necessariamente determinado pelo capital, como a força controladora e o princípio orientador absoluto da reprodução sociometabólica. (p. 343).

Portanto, não é possível a diminuição do tempo de trabalho ao ponto em que ameace a progressiva continuidade de acumulação de capital. À medida que o capital eleva seus padrões de acumulação, ele traz consigo a semente de sua autodestruição. Neste processo, o desemprego segue na tendência socioeconômica do capital em adquirir um aprofundamento constante de sua crise estrutural.

Concordamos com Daniel Bensaid (2010)³⁹ ao afirmar que “não é uma questão secundária que a luta pela redução do tempo de trabalho seja permanente no âmbito do capitalismo. O que há é uma relação entre um trabalho alienado e um fazer alienado, ou seja, não se pode ser realmente livre fora do trabalho se se permanece dominado no trabalho”. (p. 101). Além do mais, a abertura de trabalho para milhões de desempregados não é – e nem será – uma possibilidade no sistema capitalista, pois a ocupação no mercado de trabalho já não é necessária há muito tempo na economia global. A tendência será a intensificação de muitos dos males econômicos e sociais que atualmente ameaçam a estabilidade política – principalmente no que tange ao montante de desempregados sentindo-se totalmente abandonados pelo mercado devido a crescente tendência ao enxugamento de trabalho inevitável no capital.

Mészáros (2011) especifica que “não estamos mais diante dos subprodutos 'normais' e voluntariamente aceitos do 'crescimento e desenvolvimento', mas de seu movimento em direção a um colapso”. (p. 69). Uma pequena população de trabalhadores empregados continuará sendo intensamente explorada pelo mercado. As pessoas desempregadas e subempregadas, em número cada vez maior, irão permanentemente se encontrar na subclasse. E neste aspecto, Rifkin está certo:

'muitos já estão desesperados, restando-lhes apenas recorrer à economia informal para sobreviver. 'Outros trocam o trabalho esporádico por comida e abrigo'. 'Outros se voltam para o crime e para os furtos de pouca monta'. 'O tráfico de drogas e a prostituição continuarão a aumentar, à medida que milhões de seres humanos fisicamente aptos, abandonados por uma sociedade que não precisa ou não quer mais seu trabalho, procurarem melhorar sua sorte'. 'Suas súplicas por ajuda serão ignoradas na medida em que os governos forem reduzindo seus gastos e trocarem suas prioridades de assistência social e a criação de empregos pela segurança policial inchada e a construção de mais prisões'. 'Este é o caminho que a maioria dos países industrializados estão seguindo e que, de nenhuma forma, poderá ser evitado'. (p. 238-9).

Mas, o autor elucida outra possibilidade disponível que, para ele, poderia ajudar a prover um respaldo contra os duros golpes impostos pelas inevitáveis forças tecnológicas do capital:

Com os empregados tendo mais tempo livre à sua disposição e os desempregados tendo mais tempo ocioso em suas mãos, a oportunidade existe para absorver a mão-de-obra inaproveitada de milhões de pessoas para tarefas construtivas fora dos setores públicos e privados. Os talentos e a energia dos empregados, bem como dos desempregados – aqueles com horas livres e aqueles com horas ociosas – poderiam ser eficazmente direcionados na reconstrução de milhares de comunidades locais e na criação de uma terceira força que floresça independente do mercado e do setor público. (p. 239).

Esta terceira força refere-se ao segundo curso de ação defendido por Rifkin, de que as nações industrializadas deverão trilhar para serem bem sucedidas na transição para uma economia “pós-mercado”, ou seja, o “terceiro setor” - setor independente ou setor voluntário. Nesse segundo curso, a terceirização já está sendo uma nova forma do capital contornar seus processos de crise mediante a diminuição da massa de empregos na economia do mercado formal e a redução dos gastos do governo no setor público. Tal processo, desencadeado por uma continuidade da era de Mercado e não numa mera ruptura aos padrões capitalistas, possui como tática do capital perpetuar seu processo de dominação e exploração. Assim, o terceiro setor é um elemento típico do *Welfare State* e que hoje é funcional ao modelo neoliberal, possui caráter excludente “tornando visível a precarização do trabalho e do emprego. No que se refere ao mercado de trabalho, observa-se o crescimento dos trabalhadores sem vínculo empregatício (sem carteira assinada)”, também “o aumento dos trabalhadores por conta própria e a conseqüente diminuição do já reduzido contingente com vínculo empregatício e submetido a uma 'relação de trabalho normal'.” (Druck, 1999; p.147). Assim, concordamos que o “terceiro setor” é

Expressão de um momento de crise profunda, onde as condições econômicas e políticas vigentes, sintetizadas na crise do Estado, têm sido enfrentadas por uma estratégia empresarial que busca, insistentemente, sair ileso, utilizando-se de todo tipo de recurso para transferir as perdas para os trabalhadores – os seus 'parceiros' preferenciais para sustentar os prejuízos decorrentes desta situação. (idem).

Contudo, verificamos que o terceiro setor não pode ser transformado num “veículo para uma era pós-mercado”. Primeiro como já argumentamos, a era “pós-mercado” se insere numa continuidade do modo de produção capitalista. Segundo, porque este setor encontra-se na base desse modo de produção como uma tentativa de amenizar as crises que o capital propriamente cria. Desse modo,

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à 'questão social' (típica do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do 'cidadão' e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). [...] A estratégia neoliberal tende a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado 'terceiro setor', os valores altruístas de 'solidariedade individual' e do 'voluntariado' e as instituições e as organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável; o conceito ideológico do 'terceiro setor' contribui para esses objetivos (Montano e Duriguetto, p. 306-7).

Neste sentido, a funcionalidade desse setor pode ser identificada da seguinte forma:

Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da 'questão social' mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar 'as lutas contra a reforma do Estado' em 'parceria com o Estado'; criar a cultura/ideologia do 'possibilismo'; reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego, produto da reestruturação produtiva; a localização e trivialização da 'questão social' e autorresponsabilização pelas respostas às suas sequelas. (idem, p. 307).

Portanto, o crescente desenvolvimento capitalista não pode glorificar o terceiro setor como o principal meio de promover a felicidade. A crescente desresponsabilização do Estado e a falta de empregabilidade do mercado para com a classe trabalhadora faz do terceiro setor uma tentativa de perpetuar seus ganhos exorbitantes de capital por meio de programas compensatórios, precários e focalistas para a classe trabalhadora.

Sendo assim, nos resta reafirmar que a tendência, no capitalismo, será a elevação de índices absurdos de desempregados e subempregados. A arena política e econômica do capital não pode arcar com o peso de suas contraditórias crises. Como o terceiro setor não resolve o crescente problema do desemprego e da miséria em todo o mundo, esses fenômenos tendem a se acentuar no sistema burguês. O resultado desses processos será a intensificação ainda maior de uma ampla convulsão social, violência em uma escala sem precedentes e conflitos armados no âmbito do controle da economia mundial.

Longe de satisfazer as necessidades humanas, o capital jamais deixará de se preocupar primordialmente com seu crescente acúmulo de capital. Todos os resultados de suas crises ou tem sido ignoradas ou inadequadamente atendidas pelas forças do mercado. A economia formal sempre esteve longe da vida social, porque era seu interesse no sentido de conservar o progresso. Desse modo, o governo encabeçado pelo “terceiro setor” e apoiado pelo setor público não será capaz de atender a grande massa de desempregados e miseráveis que assolam continuamente à margem do pauperismo crônico. Tudo isto porque

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma. (Marx, 1983; p 675).

E mais,

Desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda do juggernaut do capital. Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes do Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 1985; p. 209-210).

Qualquer que seja o grau de sucesso das medidas que surjam ou que sejam compatíveis com os requisitos e as limitações básicas do sistema burguês, o fato crucial é, e continuará sendo, “que, sob as circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital – o que traz consigo profundas consequências para o desenvolvimento da consciência social”. (Mészáros, 2011; p. 69). Os problemas criados pelo desenvolvimento desenfreado do capital faz parte de “uma contradição fundamental do modo de produção capitalista da 'racionalização' e da 'modernização' em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico”. (idem). E o mais importante de tudo é que “quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas 'desprivilegiadas', mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade. (idem).

Por todas as razões expostas nesta reflexão, podemos afirmar que a atualidade de Marx sobre os fundamentos ontológicos do desemprego na sociedade capitalista é tão importante quanto foi no século XIX. As categorias marxianas aqui abordadas continuam rigorosamente irrevogáveis e suficientes para a crítica da essência do modo de produção capitalista, imutável em toda a sua trajetória histórica. Apenas alguns fenômenos vinculados à continuidade das determinações essenciais do sistema burguês mudaram no modo de produção capitalista. Como especifica Lessa (2007),

Hoje, o capitalismo continua sendo capaz de 'revolucionar' a vida cotidiana, a começar pela produção do 'conteúdo material da riqueza social' até os complexos ideológicos mais elevados (arte, filosofia, religião etc.) Diferente do período moderno, contudo, a substância dessa capacidade de 'revolucionar' o mundo ganhou uma qualidade alienante historicamente inédita. O que muda, portanto, de forma significativa, não é a essência, mas o caráter 'destrutivo' (de produtos, de energia, de

recursos naturais, de força de trabalho – de humanidade, enfim) do modo de produção capitalista. (p. 314).

O progresso tecnológico, por meio de um intenso desenvolvimento das forças produtivas, propicia um número de horas cada vez menor “destinadas ao intercâmbio orgânico com a natureza para produzir os bens materiais indispensáveis à reprodução social”. (Lessa, 2007; p. 314). As consequências desse progresso é que “mesmo sob a forma irracional e perdulária, 'destrutiva' de produção de novas necessidades sob o capital, a abundância é um dado objetivo cada vez mais determinante, o que abre amplas possibilidades históricas para a superação do capital”. (idem). Assim, “a tendência à abundância, e sua importância enquanto fundamento ontológico da possibilidade histórica para a superação do capital, já descoberta por Marx, foi significativamente potencializada pelos últimos desenvolvimentos.” (idem). Desse modo,

Hoje, o capital pode lançar mão de um número maior e de uma maior variedade de complexos sociais aptos a converterem dinheiro em capital e, por esta mediação, gerarem mais-valor. Todavia, tais complexos não possuem a capacidade de produzirem qualquer *quantum* de nova riqueza material (meios de produção e de subsistência) e, portanto, por mais que auxiliem o sistema do capital a reencontrar um equilíbrio relativo em meio às flutuações da crise, não podem ir muito além disso. Por mais, e por mais velozmente que circule, o capital depende do trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) cada vez mais desenvolvido para produzir a crescente riqueza a ser circulada. O sistema do capital, em sua totalidade, continua tão dependente do trabalho produtor do 'conteúdo material da riqueza' no intercâmbio orgânico com a natureza quanto no século XIX. (Lessa, 2007; p. 315).

Portanto, não há solução para os problemas criados no ritmo do desenvolvimento capitalista. A teoria liberal de Rifkin sobre o desemprego não possui sustentabilidade mediante o que constatamos ao longo desse estudo. A atualidade marxiana nos mostra que a necessidade de uma transição para uma ordem social conscientemente controlada pelos homens, como defende o projeto socialista de Marx, deve continuar viva no futuro histórico da humanidade. O projeto socialista inspirado na emancipação humana é a única saída marxiana para todos os males das amarras destrutivas da exploração, dominação e controle capitalista à humanidade. Somente através de uma reestruturação radical das formas e dos instrumentos presentes nesta sociedade será possível uma mudança de *era*- o esforço de se ir para além das formas desumanas da essência do atual modo de produção.

2.2 O desemprego na perspectiva marxista de david harvey⁴⁰

Vimos no item anterior que a lógica do fim dos empregos e a saída para o fenômeno do desemprego proposta por Rifkin, não é possível com base nos fundamentos do desemprego em Marx. No decorrer deste trabalho, mostramos que a realidade tem dado provas de que essas saídas não resolvem o problema do desemprego. Soluções criadas no próprio sistema burguês são apenas amenizadas, porque no capitalismo não é possível resolver todos os problemas, pois se isso ocorresse sua legitimidade estaria ameaçada. O modo de produção vigente busca solucionar parcialmente as mazelas que criam a fim de evitar o desmoronamento de sua dominação. Neste sentido, podemos afirmar que faz parte de sua lógica manter a desigualdade, as guerras, as disparidades sociais, entre tantos outros males evidentes em sua base perversa e contraditória.

Como fizemos uma análise crítica à perspectiva liberal de Rifkin sobre a falta de emprego, buscaremos agora em Harvey elucidar as transformações existentes no modo de produção capitalista entre o moderno e o pós-moderno, atentando para o contínuo e desordenado crescimento do desemprego. Embora seus argumentos evidenciem uma crítica ao desenvolvimento burguês, expondo muitas das suas fragmentações e futilidades em meio a tantos problemas sociais-, porém, em alguns contextos, tais análises não perpassam sem problemas, por se manifestarem longe da teoria de Marx. Também é importante expor que este autor não explica o capitalismo em suas raízes materiais, sua pretensão é caracterizar os problemas advindos do capital por meio do contexto do modernismo e pós-modernismo, ou seja, na base do redimensionamento do processo de cooperação sobre a gerência capitalista situado no fordismo e no toyotismo.

Partindo do conceito de modernidade de Baudelaire - “a modernidade é o transitório, o fugidío, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra parte o eterno e o imutável” (Harvey, 2009; p. 21) -, Harvey busca examinar criticamente o significado desse eterno e imutável. Para ele, “a história do modernismo como movimento estético tem oscilado de um lado para o outro dessa formulação dual, muitas vezes dando a impressão de poder apresentar oscilações de significado até voltar-se para a direção oposta” (idem).

Como já elucidamos, o capitalismo é um modo de produção que necessita constantemente reformular novos meios de produtividade para elevar incessantemente sua acumulação, sem mudar a sua essência contraditória, fragmentária, destrutiva e alienante. Tais mudanças são necessárias para que a lógica capitalista obtenha uma crescente expansão de

40 HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

capital – transformações que estão no âmbito de sua lei geral de acumulação. Assim, longe de ser eterno e imutável, o capitalismo se movimenta numa esfera permeada por crises e transformações imprescindíveis que o coloca, a todo tempo, em risco de estabilidade eterna. Nas palavras de Harvey (2011) ⁴¹:

As crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. (p. 65).

Portanto,

O capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas as esferas de sua atividade⁴² de alguma forma. Quando o capital encontra barreiras ou limites dentro de uma esfera, ou entre as esferas, tem de achar meios para contornar ou superar a dificuldade. Se as dificuldades são graves, então aí está uma fonte de crises. (idem; p. 105).

Neste sentido, o capitalismo em sua essência, e não apenas no âmbito de sua modernidade, se movimenta entre o fugidio, o efêmero, o fragmentário e o contingente. Assim, não apenas na modernidade como afirma Harvey, mas em toda essência burguesa a única fonte segura no vigente modo de produção “é a sua insegurança, e até a sua inclinação para 'o caos totalizante’” (p. 22). Por ser autodestrutivo, ele se torna incapaz de se manter hegemônico por muito tempo, já que “o perigo reside no fato de essas crises poderem sair do controle e se generalizar, ou então que essa ‘criação do outro’ provoque uma revolta contra o sistema que criou esse ‘outro’.” (Harvey, 2004; p. 126) ⁴³. Neste sentido, o sistema produtivo vigente não é fim da história, os homens, como os únicos responsáveis em muda-la, podem criar um novo modo de produção que atenda verdadeiramente às suas necessidades humanas.

Ao longo da trajetória histórica do modo de produção capitalista muitas transformações tornaram-se evidentes. Na particularidade do modernismo, Harvey localiza este movimento como “uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas)” (p. 32). Trata-se do período histórico fordista, caracterizado como um redimensionamento dos processos de

41 HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

42 As esferas de atividades evidenciadas por Harvey são “tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e ‘concepções mentais do mundo’.” (Harvey, 2011; p. 104).

43 HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004.

cooperação sob a gerência capitalista, momento de grandes mudanças que evidenciam o supérfluo desenvolvimento do capital mediante os altos índices de calamidade social.

Para Harvey, este período moderno forneceu “não apenas os meios de absorver, codificar e refletir sobre essas rápidas mudanças, mas, também sugeriu linhas de ação capazes de modificá-las ou sustentá-las”. (idem). Assim, toda uma tendência de prática e pensamento modernista foi diretamente moldada com as constantes necessidades de crescimento da acumulação de capital que “tem como reação profundas crises que rebatem diretamente na própria organização capitalista, no empobrecimento e na congestão da vida urbana” (p. 34). Desse modo, as mudanças da modernidade ocorreram pelo

Caminho turbulento da luta de classes, em particular depois das revoluções de 1848 e da publicação do Manifesto Comunista. Antes disso, pensadores da tradição iluminista, como Adam Smith ou Saint-Simon, podiam razoavelmente alegar que, uma vez derrubadas as grades das relações de classe feudais, um capitalismo benevolente (organizado quer pela mão invisível do mercado ou pelo poder de associação tão defendido por Saint-Simon) poderia trazer os benefícios da modernidade capitalista para todos. Essa tese, vigorosamente rejeitada por Marx e Engels, tornou-se menos sustentável à medida que o século passava e as disparidades de classe produzidas no âmbito do capitalismo se tornavam cada vez mais evidentes. (p. 37).

Sendo assim, podemos ressaltar que o desemprego, entre tantos outros males, tornam-se partes dessas profundas crises evidentes na organização capitalista. Neste período histórico ocorreram muitas insatisfações trabalhistas evidentes nas lutas de classes por meio das revoluções de 1948 e do Manifesto do Partido Comunista. Como Harvey assevera, caem por terra todas as conclusões evidenciadas por Smith e seus seguidores, pois no capitalismo não existe a possibilidade de igualdade social, não há como garantir benefícios a todos. Ao longo deste trabalho demos prova de que os males sociais tornam-se cada vez mais intensificados e sem solução no horizonte burguês. Com toda a certeza, na medida em que o capitalismo se desenvolve, as disparidades sociais se elevam incontrolavelmente.

Segundo o autor, para que o sistema de produção capitalista permaneça viável, torna-se necessário o sucesso da negociação entre duas amplas áreas de dificuldade: “a primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços” e, “a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição do valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas”. (p. 118). Esse movimento da lógica capitalista é fundamental para manter o crescimento de sua acumulação. Assim, cresce a riqueza burguesa ao mesmo tempo em que se eleva a patamares irreversíveis a pobreza social.

Para tratar do primeiro problema, Harvey especifica que os mercados de fixação de preços “fornecem tipicamente inúmeros sinais com alto grau de descentralização que permitem que os produtores coordenem as decisões de produção com as necessidades, vontades e desejos dos consumidores (respeitando as restrições dos orçamentos e custos que afetam o mercado)”. (p. 118). No entanto, a mão invisível do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para cobrir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando a propriedade privada, os contratos válidos e a administração apropriada de dinheiro funcionam adequadamente. Desse modo, torna-se importante a participação do Estado “para compensar as falhas do mercado, moldando a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modo cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado”. (p. 118).

Quanto à segunda arena de dificuldade geral burguesa, Harvey elucida que

A disciplina da força de trabalho para os propósitos da acumulação de capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como 'controle do trabalho' – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (p. 118-19).

Como vimos, este processo de práticas de controle sobre o trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico decorreu de um longo período pós-guerra que se estendeu de 1945 a 1973, ou período denominado fordista keynesiano. Período que evidenciou altos índices de desemprego e um forte teor do controle sobre a força de trabalho, além da diminuição dos salários. Conforme Harvey,

A negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não fordista de subcontratação. [...] As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem

étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. [...] Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. (p. 132).

Harvey reconhece que o fordismo permeado por um ciclo de desenvolvimento econômico e crises tornou evidente alguns problemas incontornáveis na base do capital. Por um lado, muitos investimentos foram necessários para continuar a larga escala tecnológica na produção em massa, porém, por outro lado, se elevam ainda mais a precarização dos salários e do desemprego. Com a falta de emprego, a precarização dos salários e do trabalho torna-se evidente com a subcontratação que intensificou as desigualdades sociais, e conseqüentemente, as fortes tensões sociais advindas dos movimentos sociais. Nas palavras do autor,

A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países de capitalismo avançado tiveram então como paralelo a formação de um proletário imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salários e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilização geográfica da produção, na abertura de novas oportunidades de empregos lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas. (Harvey, 2004; p. 59).

Segundo Harvey, o processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo “na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional muito afluyente” que colaborava com o capital internacional ativamente. (p. 133). Em meados dos anos 1960, já havia indícios de problemas graves no fordismo. Como nos mostra o autor

O conseqüente enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã. Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos estados Unidos que só seria sanado à custa de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda reserva internacional estável. A formação do mercado do eurodólar e a contratação do crédito no período de 1966-1967 foram, na verdade, sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. Foi também perto dessa época que as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo

[...] geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. (p. 135).

No período de 1965 a 1973, a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo tornou cada vez mais evidente. O problema da rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho e toda tentativa de superar esses problemas “encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972” (p. 135). Em 1973, o colapso desse padrão produtivo iniciou o período de rápida mudança, fluidez e incerteza: a acumulação flexível – uma reveladora maneira de caracterizar a história recente pelo movimento pós-moderno.

Harvey analisa a pós-modernidade como uma linha de continuidade com o modernismo, porém torna-se ainda mais espantosa que este por ter “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade”. (p. 49). Assim, “o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos 'eternos e imutáveis' que poderiam estar contidos nele” - “o pós-modernismo nada, e até se esboja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existe”. (idem). A continuidade da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica no pensamento modernista traz grande número de consequências para a lógica pós-modernista. Conforme Harvey, o pensamento pós-modernista

Já não pode conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, porque ser alienado pressupõe um sentido de eu coerente, e não fragmentado, do qual se alienar. [...] o modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranoia. Mas, o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive as linguísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias para produzir, algum futuro radicalmente diferente. (p. 57).

A concepção marxiana nos mostra que o pós-modernismo mascara a essência e deturpa a realidade por meio da fragmentação, da efemeridade e da descontinuidade. Desse modo, somente esta concepção concebe o indivíduo alienado no sentido do eu-incoerente e da fragmentação – o desvelamento do que a lógica pós-moderna influenciada por várias correntes teóricas, inclusive a marxista, tenta mascarar por meio de seus preceitos alienantes

desumanos. O modernismo e o pós-modernismo representam a lógica burguesa e, por isso, a essência de ambos pressupõe instabilidade, fragmentação, alienação, entre outros males que degradam a existência humana. A busca por futuros melhores no modernismo estava atrelada à expansão da acumulação capitalista, enquanto se reduziam as possibilidades de melhoria de vida para a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento exacerbado do capital no âmbito da pós-modernidade, a lógica de expansão continuou, mas sob outras formas, para perpetuar a existência da desigualdade, desperdício e abundância da riqueza para a alta burguesia.

Rejeitando a ideia iluminista de modernidade⁴⁴, a pós-modernidade, segundo Harvey, “desenvolveu uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente” (idem, p. 58). As superficialidades sempre foram, na verdade, importantes para a lógica capitalista, pautada pelo pensamento e pela prática modernistas e pós-modernistas. Elas se delineiam na órbita do efêmero e do fugaz, do contingente e do fragmentado modo de produção vigente, em todas as suas manifestações.

Buscando mostrar o caráter efêmero e fragmentário das mudanças ocorridas no pós-modernismo, Harvey analisa a estreita relação das crises do capital com a urbanização⁴⁵. E, num primeiro momento, ele resgata os amplos e graves problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelos países capitalistas avançados na peculiaridade histórica do Pós-Segunda Guerra Mundial. Neste contexto histórico,

A paz e a prosperidade internacionais tinham de ser construídas de alguma maneira a partir de algum programa que atendesse às aspirações de povos que tinham dado maciçamente suas vidas e energias numa luta geralmente descrita (e justificada) como lutar por um mundo mais seguro, por um mundo melhor, por um futuro melhor. Isso por certo não significava o retorno às condições pré-guerras de recessão e desemprego, de marchas contra a fome e locais de distribuição de sopa, de habitação deterioradas e de penúria, nem ao descontentamento social e à instabilidade política que essas condições tão facilmente propiciavam. Para se manter democráticas e capitalistas, as políticas do pós-guerra tinham de tratar de questões do pleno emprego, da habitação decente, da previdência social, do bem estar e das amplas oportunidades de construção de um futuro melhor. (idem, p. 71).

Desse modo, a falta de empregos crescente pelos processos de deterioração do centro das cidades gerou “uma forte, e mais uma vez subsidiada pelo governo, estratégia de

44 Ideia contrária à teoria de Marx, formulada por pensadores como Adam Smith ou Saint-Simon, ao alegar que, “uma vez derrubadas às grades das relações de classe feudais, um capitalismo benevolente (organizado quer pela mão invisível do mercado ou pelo poder de associação tão defendido por Saint-Simon) poderia trazer os benefícios da modernidade capitalista para todos”. (Harvey, 2009; p. 37).

45 É importante lembrar que a crise capitalista não se encontra apenas atrelada à base da urbanização – esta, entendida como lócus das necessidades de crescimento do capital. O modo de produção vigente tem por natureza a necessidade de intensificar o crescimento da acumulação de capital gerando intensas crises no interior da economia, da produção, do trabalho, das cidades, do campo, da vida social, política, cultural, humana e da biosfera como um todo.

renovação urbana através da demolição e reconstrução de centros urbanos mais antigos”. (idem). Em meio a crises, a solução estratégica do capitalismo para amenizar a proliferação do desemprego e da suburbanização foi a reconstrução das cidades. Para Harvey essa solução modernista não resultou em puros fracassos. Por um lado, “cidades arrasadas pela guerra foram reconstruídas rapidamente e populações foram abrigadas em condições muito melhores do que as do período entre guerras” (idem). Mas, por outro lado, grande parte da população ainda estava vivendo em situação desumana, porque a lógica do Estado de Bem-estar só abrangia os países de capitalismo central, deixando de fora os países periféricos e subdesenvolvidos.

Este quadro de degradação social, por um lado, e, por outro, desenvolvimento capitalista, nos traz o entendimento de que a reconstrução urbana foi uma estratégia burguesa para amenizar as crises existentes no âmbito do crescimento capitalista. A destruição que a guerra produz sobre a sociedade é lamentável, faz parte da lógica incessante do capital na busca de um crescimento exacerbado de acumulação de riqueza e poder. Ao mesmo tempo, ela gera uma insatisfação enorme na vida social como um todo e, como se sabe, a crescente luta do movimento social por melhores condições de trabalho e vida pode por em risco a sobrevivência do modo de produção vigente. Assim, diante dos conflitos sociais sobre as crescentes crises do capital, a burguesia buscou, estrategicamente, reconstruir as cidades mesmo com toda escassez de recursos e tecnologias disponíveis no pós-guerra. E, no âmbito da lógica do Estado de Bem-estar social – que perdurou por pouco tempo somente nos países de capitalismo desenvolvido – houve uma reconstrução das cidades na tentativa de amenizar o desemprego e “melhorar” a vida social que diante das constantes lutas por melhores condições de vida e trabalho estavam ameaçando a preservação da ordem capitalista.

Harvey defende que, no âmbito da reconstrução do pós-guerra, seria errado dizer que “os estilos modernistas foram hegemônicos por razões puramente ideológicas”. (p. 72). Para ele, os custos e a eficiência sobre as populações menos favorecidas – na construção de melhores moradias e condições de vida – mediante restrições organizacionais e tecnológicas, tiveram tamanha importância para o capital quanto a preocupação ideológica com o estilo para as novas cidades reconstruídas. Ou seja,

A padronização e a uniformidade da linha de montagem, de que os pós-modernistas mais tarde se queixariam, eram tão onipresentes na faixa de Las Vegas e em Levitown (difícilmente construída de acordo com as especificações modernistas) quanto nos prédios de Mies van der Rohe. Tanto governos trabalhistas como conservadores promoveram projetos modernistas na Inglaterra do pós-guerra, embora seja curioso que a esquerda hoje seja acusada por eles, quando foram os conservadores, ao reduzirem os custos, particularmente das habitações para as pessoas de baixa renda, que perpetraram muito dos piores exemplos de cortiços

instantâneos e de condições de vida alienadas. Os ditames dos custos e da eficiência (que tem especial importância no tocante às populações menos afluentes servidas), associados com restrições organizacionais e tecnológicas, por certo tiveram um papel tão importante quanto a preocupação ideológica com o estilo. (idem).

A reconstrução das cidades teve como intuito a busca do distanciamento da favelização e das precárias moradias que configuravam uma acentuada pobreza. A burguesia necessitava afastar este cenário dos grandes centros das cidades para implantar sua expansão industrial. Pôr a imagem de progresso nos centros urbanos e implantar a suburbanização na periferia eram algumas das preocupações centrais do capital para perpetuar seu desenvolvimento, assim como amenizar suas crises por meio da política de bem-estar para preservar a ordem vigente. No entanto, em ambas as partes o capitalismo buscou, econômica e ideologicamente, amenizar os conflitos para perpetuar seu necessário desenvolvimento de acumulação.

Com base nas análises de Jane Jacobs, Harvey nos mostra como ela viu a reconstrução da cena urbana a partir de 1945:

Projetos para pessoas de baixa renda que se tornaram piores centros de delinquência, de vandalismo e de desamparo social geral do que as favelas que pretendiam substituir. Projetos de habitação para pessoas de renda média que são verdadeiras maravilhas da estupidez e de sujeição, privados de toda jovialidade ou vitalidade da vida na cidade. Projetos de habitações de luxo que mitigam sua inanidade, ou tentam, com a vulgaridade insípida. Centros culturais incapazes de sustentar uma boa livraria. Centros cívicos que só não são evitados pelos vagabundos, que tem menos escolhas de locais de vagabundagem do que outros. Centros comerciais que são imitações apagadas de *shoppings* suburbanos padronizados com lojas de departamentos. Calçadas que vão do nada a lugar nenhum e que não tem quem passe neles. Vias expressas que desfiguram as grandes cidades. Isso não é reconstrução de cidade; trata-se de devastação de cidades. (Jacobs *apud* Harvey, p. 73-4)⁴⁶.

Diante deste argumento Harvey considera que

Os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou dos diversos elementos contra culturais que tanto intrigaram Jane Jacobs foram jogados para debaixo do tapete até que se pudesse conceber algum sistema bem democrático e igualitário de planejamento baseado na comunidade que atenda às necessidades dos ricos e dos pobres. Isso pressupõe, no entanto, uma série de comunidades urbanas bem formadas e coesas como ponto de partida num mundo urbano que está sempre em fluxo e transição. (p. 78).

46 Citação de Harvey retirado da obra “*The death and life of great American cities*, publicado em 1961. Para ele, foi “um dos primeiros, mais articulados e mais influentes tratados antimodernistas”; além de “ter procurado definir toda uma abordagem para a compreensão da vida urbana. Embora os ‘alvos principais’ de sua ira fossem Ebenezer Howard e Le Corbusier, ela na verdade atirava em grande número de alvos, que iam de planejamentos urbanos, formuladores de políticas federais e financeiras a editores de suplementos dominicais e de revistas femininas”. (p. 73).

Aqui, é preciso elucidar que o modo de produção capitalista, por sua essência, não é um sistema democrático e igualitário, como vimos ao longo deste trabalho. Portanto, não há como atender as necessidades dos ricos da mesma forma que as dos pobres. Concordamos com Harvey que “esses problemas são agravados pelo grau em que as diferentes 'culturas do gosto' e comunidades exprimem seus desejos por meio de uma influência política e de um poder de mercado diferenciado” (p. 78). Como é o caso do populismo do livre mercado que, por exemplo, “encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação” (p. 79), de saúde, de educação, de desemprego, de miséria, entre tantos outros males lamentáveis e evidentes na sociedade burguesa.

A lógica capitalista manifesta a inconsistência da democratização e do igualitarismo forçados do gosto diante das distinções sociais típicas. Sem dúvida ela cria um clima de demanda reprimida, de desejo reprimido. (p. 82). Essas disparidades sociais são notórias com o índice elevado do desemprego, cujas consequências são devastadoras para esses trabalhadores. Portanto, no modernismo e pós-modernismo há uma tentativa de refletir “um mundo desgovernado sujeito a um sistema econômico, político e moral desorganizado” (idem, p. 95), cuja “fragmentação, o caos, a desordem, mesmo dentro de uma ordem aparente, permanecem como temas centrais” (idem).

Sobre o mercado de trabalho, Harvey explica que ele “passou por uma radical reestruturação. Por meio da volatilidade do mercado, elevação da competição e diminuição dos lucros, os capitalistas tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de desempregados ou subempregados para impor regimes e contratos de trabalhos flexíveis. Além disso, a intensificação da exploração do trabalho tornou-se bastante notória:

Mesmo para os empregados regulares, sistemas como 'nove dias corridos' ou jornadas de trabalho que tem em média quarenta horas semanais ao longo do ano, que obrigam o trabalhador a trabalhar bem mais em período de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vem se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a “aparente” educação do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (p. 143).

Discordamos de Harvey, quando ele especifica que estes arranjos de empregos flexíveis (parcial, temporário ou subcontratado) “não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica”. Estes

arranjos de empregos flexíveis são uma forma de trabalho benéfica apenas para a classe capitalista, e não para a classe trabalhadora. A falta de emprego formal, devido às intensas crises capitalistas e ao crescente desenvolvimento de capital, coloca milhões de pessoas a mercê da informalidade do trabalho. Os arranjos de empregos flexíveis proporcionam grandes desvantagens para a classe trabalhadora, pois trazem a insegurança, desregulamentação, precariedade, estagnação e privatização. Mas, para a classe burguesa é uma saída estratégica a fim de amenizar os crescentes índices de desemprego, pauperização e lutas sociais.

Embora defenda o lado às vezes benéfico dos arranjos de empregos flexíveis, Harvey reconhece que “os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo”. (p. 144). Assim, cresce a subcontratação ou o trabalho temporário, em vez do trabalho em tempo parcial. Como afirma o autor, “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”. (p. 144).

Harvey considera que as transformações da estrutura no mercado de trabalho tiveram mudanças também importantes para a organização industrial. E, cita como exemplo, a subcontratação que “abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo”. (p. 145). Para ele,

A ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas antigas [...] representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (como os haitianos em Miami ou Nova Iorque), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego. (p. 145).

Além disso, o autor nos mostra que antes, as formas de organização da classe trabalhadora dependiam muito mais do acúmulo de trabalhadores nas fábricas, do que os que trabalhavam nos sistemas familiar e doméstico. Hoje, com o uso dessas formas antigas de trabalho e produção pequeno-capitalista surgem grandes vantagens para o capitalista, por proporcionar o “solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação objetiva da luta de classes”. (p. 145). Como Harvey argumenta,

Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional. (p. 146).

Todavia, como já argumentamos na primeira parte desse estudo, a subcontratação, como oportunidade de trabalho dada pela flexibilização, reflete a precarização e a fragmentação. Ela é uma tática usada pelo capital para apenas amenizar, e não resolver, os problemas do desemprego, dentre outros. Sua intenção é dar a aparência de solução, mas, na verdade, o que constatamos é um acúmulo de precarização e desumanização das formas de trabalho. Além disso, é preciso ter em mente que os sistemas familiar e doméstico de trabalho devem estar atrelados à lei de mercado para não sucumbirem pela lógica da concentração e centralização do capital. O colapso de muitas pequenas empresas torna-se um fator bastante comum por muitas delas não possuírem capital inicial suficiente para perdurar a expansão da produtividade. Nas palavras de Harvey (2011),

Uma enorme onda de desindustrialização incorre em prejuízos (sociais, bem como infraestruturais) e pode ser uma fonte de crises que afetam não apenas aqueles que detêm a dívida em muitos desses investimentos de infraestrutura, mas também a economia em geral. É aqui que a tese de Marx de que o capitalismo encontra inevitavelmente barreiras dentro de sua própria natureza (nesse caso, dentro dos espaços, lugares e ambientes que tem produzido) torna-se mais visível. (p. 78).

Segundo Harvey, por um lado, o ritmo das mudanças tecnológicas e organizacionais acelerado para produzir uma rápida sucessão de novos produtos e de métodos de produtos e desenvolvimento “pode tornar-se destrutivo e ruinoso até para o próprio capital”. Isto porque tais ondas de inovação “de ontem tem de ser descartadas antes de serem amortizadas”. Além disso, “as reestruturações perpétuas nos processos de trabalho são prejudiciais à continuidade do fluxo e desestabilizam as relações sociais”. Do mesmo modo, “mudanças rápidas nos requisitos de qualidade de trabalho [...] que ultrapassam as capacidades existentes na força de trabalho geram tensões no mercado de trabalho”. Isto porque,

A produção de precariedade crônica por meio da desqualificação e requalificação é apoiada pelo desemprego tecnologicamente induzido (cerca de 60% dos postos de trabalho que se perderam nos EUA nos últimos anos são atribuíveis às mudanças

tecnológicas, enquanto apenas 30% devem-se à amplamente criticada deslocalização dos empregos para o México, a China e outros países). (Harvey, 2011; p. 81).

Neste sentido, crises de desproporcionalidade em espiral refletem na relação capital-trabalho como um marco central na dinâmica do capitalismo. Na particularidade da constante repulsão da força de trabalho, observa-se que

A agitação no trabalho pode muito bem surgir como um problema sério, em qualquer momento e em qualquer lugar. A China, por exemplo, é uma prova contemporânea, onde há uma maré de agitação crescente na medida em que a crise econômica mundial criou aumentos não desejados e não esperados (na China) no desemprego (estimado em cerca de 20 milhões de desempregados no início de 2009) dentro de uma população recentemente proletarizada. (idem; p.61).

Também, a transformação do papel da mulher na produção e no mercado de trabalho atual tem sido foco de grande exploração em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação. Em paralelo a este processo, segue “o aumento da capacidade do capital multinacional explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável”. (idem, p. 146).

Desse modo, as oportunidades de trabalho tornam-se cada vez mais instáveis e seletivas, aumentando as desigualdades sociais mesmo com todo aparato político destinando-se a combatê-las. Neste processo, o mercado de trabalho segue dando ênfase à uma intensiva exploração sobre a força de trabalho, refletindo a irracionalidade e o descaso capitalista para com esta categoria. Conforme Harvey (2009),

Ainda hoje, as tentativas de acelerar ou intensificar os processos de trabalho produzem algumas das mais fortes e duras lutas entre trabalhadores e administração. Estratagemas como o trabalho por peça ou as bonificações de produção são considerados pela administração como sucessos parciais, porque os trabalhadores com frequência estabelecem suas próprias normas de trabalho, que, por sua vez, regulam o ritmo da produção. Os confrontos diretos em torno da aceleração e da intensificação, dos intervalos e escalas, são muitas vezes destrutivos demais para serem iniciados com facilidade. A velocidade do movimento da linha de montagem, a robotização e os sistemas de controle automatizados oferecem meios mais insidiosos de controle indireto, mas raramente podem ser alterados além de uma margem sem provocar protestos dos trabalhadores. Porém, apesar dessa resistência, a maioria das escalas de trabalho tem uma organização extremamente rígida, e a intensidade e velocidade da produção tem sido organizada, em larga medida, de maneira a favorecer antes o capital que o trabalho. (p. 211).

Vejamos alguns exemplos que Harvey elucida dessa exaustiva exploração capitalista sobre a força de trabalho:

Os telefonistas da AT&T assinam um contrato segundo o qual devem atender um telefonema a cada 28 segundos, os motoristas de caminhão se impõem extremos de resistência e quase morrem tomando pílulas para permanecer acordados, os controladores de voo passam por extremos de tensão, os operários da linha de produção usam drogas e álcool, e isso faz parte de um ritmo diário de trabalho fixado para a obtenção de lucros, e não pela elaboração de escalas de trabalho humanas. As compensações, como férias pagas, salários mais altos, semanas de trabalhos menores, aposentadoria antecipada, são, com demasia frequência, como observou há muito tempo Marx, recuperadas pelo capital na forma de uma intensificação e aceleração ainda maiores das tarefas. Mas o equilíbrio das forças de classe não se mantém com facilidade. (p. 211 -212).

Como vemos, as formas de trabalho flexíveis tornam intensas as bases de exploração e degradação sobre a força de trabalho. Como o salário torna-se uma fonte importante de sobrevivência, a classe trabalhadora se submete a este exaustivo mercado capitalista. Muitos trabalhadores são obrigados a trabalhar altas horas por melhores salários, mesmo em ambientes precários, ausentes de uma boa infraestrutura e das condições básicas que não agridam sua saúde e o seu bem-estar. Neste sentido, a diminuição de trabalhadores no mercado contribui para intensificar a exaustão do trabalhador polivalente no âmbito da gerência flexível.

Por meio do livro “O Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels, Harvey argumenta que “a burguesia criou um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da 'sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo.” (p. 97). Mas, os resultados de todo esse progresso geraram um alto custo: “violência, destruição de tradições, opressão, redução da avaliação de toda atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro” (p. 97) e, o desemprego. Desse modo,

Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas. (Marx e Engels apud Harvey, p. 97).

Segundo Harvey os sentimentos de Marx equivalem aos de Baudelaire, e citando Berman enfatiza que “Marx desata uma retórica que define o lado subterrâneo de toda a estética modernista.” (p. 97). Entretanto, de acordo com a tese de Baudelaire: “a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo os outros o eterno e o imutável”, podemos dizer que se há alguma coisa de sentimento marxiano nela, talvez, seja no reconhecimento da modernidade capitalista como “transitório, fugidio, contingente”, mas, de maneira alguma como “eterno e imutável”. Penso ser equivocada a análise de Harvey sobre o aspecto de que “os sentimentos de Marx equivalem aos de Baudelaire”, pois para Marx a história do capitalismo não é eterna e imutável, mas sujeita a transformações e colapsos que podem gerar outro modo de produção como sugere o projeto socialista previsto na emancipação humana.

Por um lado, o autor defende que “o pós-modernismo tem especial valor por reconhecer as múltiplas formas de alteridade, de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e de localizações e deslocamentos geográficos espaciais e temporais” (p. 109). Por outro lado, ele, como “algo que imita as práticas sociais, econômicas e políticas da sociedade, imita 'facetas distintas dessas práticas' e 'apresenta-se com aparências bem variadas” (idem), como é o caso dos romances pós-modernos que possuem uma “estranha relação com a crescente favelização, enfraquecimento e isolamento da pobreza” (idem). A partir de 1970, a maioria dos indicadores sociais sugeriu um forte aumento da favelização real a partir de 1970 e o desemprego crescente fez parte desse cenário. Ao mesmo tempo emergiu uma elevada afluência, poder e autoridade sobre a classe dominante, totalmente diferente do crescente pauperismo da classe dominada.

Portanto, nesse movimento entre o moderno e o pós-moderno existem a fragmentação, a efemeridade e o caótico da sociedade capitalista. Ou seja,

O pós-modernismo, com sua ênfase na efemeridade, sua insistência na impenetrabilidade do outro, sua concentração antes no texto do que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o nilismo, sua preferência pela estética, em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente, enquanto a corrente que busca uma acomodação pacífica com o mercado o envereda firmemente pelo caminho de uma cultura empreendedimentista que é o marco do neoconservadorismo reacionário. Os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitemos, mas até nos entreguemos às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas do mundo moderno são compreendidos. Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional. O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros, etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana. (p. 112).

E, pior do que isso,

Enquanto abre uma perspectiva radical mediante o reconhecimento da autenticidade de outras vozes, o pensamento pós-moderno veda imediatamente essas outras vozes o acesso a fontes universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. Por conseguinte, ele priva de poder essas vozes (de mulheres, de minorias étnicas e raciais, de povos colonizados, de desempregados, de jovens etc.) num mundo de relações de poder assimétricas. (p. 112).

A retórica do modernismo e do pós-modernismo é perigosa, já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global. Num modo de produção em que a essência propaga a fragmentação, a efemeridade e o fluxo caótico, faz da incerteza a sua única coisa certa. É lamentável todo o caos proliferado nas bases da sociedade capitalista, o desemprego como um dos fatores resultantes das graves crises deste sistema reflete, no contexto social, a propagação do medo, da revolta e da perplexidade. Longe de ser eterno e imutável, segue o modo de produção vigente mediante sua lógica de acumulação mesquinha, contraditória e degradante, intensificando as desigualdades sociais e o crescimento de capital. E, sem solução para estes problemas, sucumbe tendencialmente a sociedade burguesa contemporânea.

Efemeridade e fragmentação constituem toda a essência do capitalismo. Entre o moderno e o pós-moderno, entre o fordismo e o toyotismo, de uma forma geral a essência do capitalismo permanece a mesma: seu contínuo crescimento geram crises que, por sua vez, gera insegurança, desigualdade, futilidade, miséria em massa, dentre tantos outros problemas capazes de desestruturar a ordem contemporânea do capital. Assim, segue viva a atualidade de Marx para explicar de forma autêntica os fundamentos ontológicos do capital.

2.3 .Atualidade de Marx sobre o desemprego: algumas considerações sobre a tendência desta problemática e sua possível superação para além do capital.

Elucidamos na primeira parte desse estudo que o acirrado crescimento do desemprego, que atualmente chega a patamares crônicos, é resultante da intensificação ascendente e constante da acumulação capitalista. A lei geral burguesa reflete a crescente disparidade deste problema a cada momento em que se elevam os padrões da acumulação burguesa. De forma cada vez mais intensa, este sistema nos condiciona ao caos totalizante da degradação humana evidentes no desemprego, na miséria, na fome, na violência, e entre tantos outros males que incidem diretamente na estrutura social.

No âmbito dos fundamentos ontológicos do capital contidos na lei geral da acumulação capitalista de Marx, evidenciamos que o desenvolvimento burguês se eleva, na mesma proporção em que cresce o desemprego entre tantos outros problemas sociais. Hoje, este fenômeno mundial evidencia a perplexidade da sociedade contemporânea do excesso e do descaso social. São inúmeros e crescentes os problemas advindos do crescimento burguês, cuja tendência torna-se a impossibilidade de superação nas bases desse sistema. Muitas foram as tentativas de superação para os problemas sociais do capital, mas todas fracassadas. Ao longo deste estudo demos prova de que a ordem vigente não pode solucionar os problemas que cria, pois necessita deles para continuar sua expansão. Sua essência mesquinha, fugaz, excêntrica, egoísta, contraditória e desumana propaga os rumores da desigualdade, da insegurança e do desespero de uma maioria pauperizada que necessita vender sua força de trabalho para expandir a riqueza dos que detém o poder.

O desvelamento da totalidade das transformações histórica do capital em Marx, elucidados neste estudo a fim de situarmos os fundamentos ontológicos do desemprego, nos possibilita enxergar a essência, ao invés do fenomênico, do desenvolvimento histórico burguês. A articulação entre os diferentes momentos históricos que deflagram a expansão e as consequências do crescimento capitalista é condição necessária para afirmarmos a veracidade e atualidade deste autor no contexto contemporâneo do capital. Assim, torna-se importante afirmarmos a atualidade de sua teoria para compreendermos a realidade contemporânea que nos cerca.

Marx traduz as tendências presentes no desenvolvimento histórico do capitalismo, fundamentadas pelo seu próprio modo de ser e que se manifestam sempre em contrapartida à existência de contra tendências. No que concerne aos fundamentos ontológicos do desemprego, seu desvendar da lei geral da acumulação capitalista, nos deu a prova de que há uma relação estrutural entre a acumulação capitalista e o desemprego, sendo o desenvolvimento do

modo de produção o precursor da formação de um grupo de trabalhadores desempregados e funcionais ao sistema. Com base nesta lei, Marx pretendeu desvendar em que medida o empobrecimento da classe trabalhadora é diretamente proporcional ao enriquecimento capitalista, e para isso, buscou entender qual a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Ainda conclui que uma das principais características da ordem burguesa é a escassez em meio à abundância, que gera um grupo cada vez maior de trabalhadores desempregados.

Ao analisar o processo de acumulação burguesa e as consequências para a classe trabalhadora, através dessa lei geral do capital em Marx, nos deparamos com o desvendar da essência capitalista, que necessita explorar incessantemente a força de trabalho, por meio do trabalho excedente, para alcançar patamares exorbitantes de lucratividade. Sendo o trabalho excedente possível através da aquisição pelo capitalista de um conjunto de horas superior ao tempo socialmente necessário para reprodução da mercadoria força de trabalho. No entanto, na busca de ampliar cada vez mais este excedente, a fim de obter mais lucro, o capitalista prorroga a jornada de trabalho (extraíndo mais-valia absoluta). Embora a geração da riqueza ocorra por meio da exploração da força de trabalho, o capitalista precisa efetivar seu processo de acumulação, incorporando a maior fatia do mercado. Assim, para se tornar mais forte que seus concorrentes, busca incrementar a produtividade no intuito de reduzir o preço dos produtos. A natureza desse processo de centralização do capital, portanto, é intrínseca à acumulação e imprescindível ao capitalista para que este não venha aniquilar-se em determinado ramo da produção. Como Marx (2001) afirma,

O papel do crédito, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação, e, por meio de fios invisíveis, leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade, para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais. (p.729).

É importante denotarmos que a classe trabalhadora necessita conhecer a essência do processo de acumulação capitalista para poder entender o que está por trás do desemprego. Ou seja, não é simplesmente a máquina ou a utilização de uma determinada tecnologia que gera a falta de emprego, mas a acumulação. Como vimos na primeira parte desta exposição, a acumulação capitalista é a responsável por gerar a denominada superpopulação relativa ou um grupo de trabalhadores parcial ou temporariamente desempregados, que incorpora o exército industrial de reserva. Assim, quanto mais o capitalista investe em capital constante, mais capital variável é descartado, sem atingir no crescimento do capital global, em termos absolutos. Ou seja, “aumentar capital é, portanto, aumentar o proletariado.” (MARX, 2001, p.717). No

entanto, se o capitalista investir 50% tanto em capital constante quanto em variável, com o passar dos anos a sua necessidade de investimento aumenta em termos de capital constante, mas diminui em capital variável. O capitalismo necessita ampliar a sua produtividade, mas para isso, torna-se necessário diminuir a quantidade de trabalhadores na produção para elevar cada vez mais sua lucratividade.

Nas palavras de Marx (2001), “com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor.” (p. 732). Com isso, podemos entender que o aumento da massa de capital variável não significa um número maior de trabalhadores na ativa. O capitalista ao comprar a força de trabalho, extrai a mais-valia obtida pelo trabalho excedente. Esta extração, mesmo se apresentando na forma absoluta ou relativa, ela amplia o capital variável, sem com isso aumentar necessariamente o número de trabalhadores. Desse modo, “o acréscimo do capital variável é então índice de mais-trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados.” (idem, p. 739). Neste sentido, a existência de um exército industrial de reserva permite ao capital ter sempre à sua disposição uma força de trabalho suficiente para incorporar imediatamente na produção. Esta superpopulação relativa se manifesta como a condição básica de existência do próprio capital. Conforme MARX (2001),

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (p. 735).

Desse modo, quanto maior for o número de trabalhadores a espera por trabalho, crescendo com isso a demanda, mais fácil é para o capitalista a manipulação dos salários a serem pagos. Essa permanente expansão de um exército industrial de reserva regula, de certa forma, o movimento dos salários, podendo diminuir seu valor. Mas, isto não quer dizer que a existência de um exército industrial de reserva em si possa imediatamente diminuir os salários, até porque o movimento dos salários depende dos refluxos presentes no processo de acumulação, bem como, da correlação de forças entre as classes. Ou seja, a luta incessante entre o capital e o trabalho determina o grau efetivo dos salários: por um lado, o capitalista tenta constantemente reduzir os salários ao seu mínimo, prolongando a jornada de trabalho ao seu máximo, enquanto que a classe trabalhadora pressiona constantemente tal forma de exploração do trabalho. No entanto, de forma prejudicial para a acumulação do capital, a mobilização social

tanto dos trabalhadores desempregados, quanto dos que estão no mercado torna-se alvo de grande repressão por parte dos capitalistas. Por isso constantemente a classe dominante busca sempre bloquear a resistência da classe dominada ao gerar nestes o medo e insegurança.

Neste quadro de insatisfação mediante a degradação do trabalho humano, a exploração excessiva do capital sobre a força de trabalho engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão da concorrência no âmbito do sistema burguês, impõe a categoria trabalhista ao trabalho excessivo pertinente às exigências do capital. Desse modo, segue a classe trabalhadora condenada à ociosidade forçada, por meio da ampliação explosiva do trabalho degradante para o enriquecimento individual burguês.

A atualidade do pensamento de Marx nos leva ao entendimento de que “[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção.” (idem, p. 734). Assim, a superpopulação relativa quando se apresenta na forma fluente, ela reflete a oscilação de trabalhadores entre a condição de empregados e desempregados conforme a demanda da produção. Na forma latente, ela se configura por trabalhadores oriundos do campo que estão perdendo ou já perderam seu emprego na agricultura, restando-lhes o emprego nos grandes centros urbanos como a sua nova fonte de renda. Na forma estagnada, ela se encontra na ocupação totalmente irregular de trabalhadores altamente explorados pelo trabalho informal.

A expansão progressiva do crescimento da precarização e do esvaziamento do padrão de assalariamento torna-se o reflexo da realidade nos nossos dias. Por meio do desenvolvimento acirrado do modo de produção vigente, hoje evidenciamos uma crescente tendência da superpopulação relativa na sua forma estagnada. Como Marx já havia percebido em seu tempo, a essência e os interesses da ordem burguesa, permanecem na atualidade e, neste processo, grande parte da população continua sendo lançada à condição do mais grave pauperismo. Nesta categoria encontram-se os aptos para o trabalho, que fazem parte da superpopulação relativa e que chegam à condição de indigência em períodos de crise; os órfãos, filhos de indigentes, cuja tendência futura é o ingresso nas fileiras do exército industrial de reserva; e os inaptos para o trabalho de toda ordem: idosos, enfermos, deficientes, viúvas com filhos pequenos e etc. Todos sofrem com o descaso e o abandono do capitalismo ao desvalorizar a força de trabalho e manter a precarização e o pauperismo como a balança de sua crescente acumulação.

Com isso, Marx nos deixou importantes elementos para refletirmos a estreita relação entre acumulação e o pauperismo, sendo este oriundo da degradação do trabalho e da proliferação do exército industrial de reserva. Os males provenientes do exorbitante e necessário crescimento da acumulação capitalista constituem a condição de sua existência da produção e

prolongamento de sua riqueza. Neste processo, “o pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio para transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior”. (idem, p. 748). Desse modo, “tudo o que importa para o capitalismo é tornar a fome permanente sobre a classe trabalhadora.” (idem, p.750).

Assim, a veracidade da teoria de Marx sobre a natureza capitalista permanece tão atual quanto foi no século XIX. Não importa o momento histórico em que nos encontramos, a natureza do capitalismo permanece inalterada. Ela continua alastrando seus males inevitáveis por onde passa. Na busca desenfreada pelo crescimento da acumulação de capital, o capitalismo se submete a todas as formas de apropriação de riqueza, assim ocorreu com a desapropriação das terras do campesinato, o redimensionamento do processo de cooperação até as bases flexíveis da gerência capitalista, as guerras intercapitalistas, o avanço da tecnologia em prol da velocidade produtiva, a implantação do neoliberalismo, a redução da oferta de empregos, a ampliação do pauperismo massivo, entre outros. Para existir, o capitalismo necessita manter na sua base a constante degradação social em contrapartida a elevação da riqueza a seu favor.

A crise mundial sem precedentes em que vivemos traz consequências avassaladoras para a sociedade. Atualmente, cresce desordenadamente o pauperismo, a fome, a miséria, a violência, dentre tantos males resultantes da precarização do trabalho e da falta de emprego abundantes na dimensão flexível da produção. A dimensão crônica do desemprego e a intensiva exploração e degradação do trabalho torna-se hoje uma preocupação mundial por afetar não só as bases sociais, mas, também, a ampliação da acumulação burguesa. Muitos pensadores tentam encontrar soluções para resolver os problemas capitalistas, mas sem afetar a economia, e terminam apenas evidenciando tentativas fragmentadas, parciais, desconectada da totalidade social. Por meio de reformas, os constantes danos sociais permanecem sem solução aparente no horizonte burguês. Assim, eles seguem em frente dilacerando a sociedade e o planeta como um todo, atingindo milhões de pessoas, o meio em que vivem e até mesmo a própria economia burguesa.

O capitalismo se mantém numa esfera permeada por crises e transformações inevitáveis e necessárias. Uma vez que este sistema encontra dificuldades graves para expandir sua livre circulação e acumulação, ele deve buscar alguma alternativa para superá-las. Foi o que ocorreu no período de 1969 a 1973, o mundo capitalista estava sendo afogado por uma forte inflação, que em 1973-1975 deflagraram as finanças do Estado muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. Ao mesmo tempo as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável em condições da competição, obrigando-as a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Assim, os empregadores passaram a exercer pressões mais fortes de

controle do trabalho sobre uma força de trabalho enfraquecida pelos altos índices de desemprego nos países de capitalismo avançado.

Atualmente, nos deparamos com níveis relativamente altos de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, o retrocesso do poder sindical, o crescimento da subcontratação e o declínio da expressão dos movimentos sociais. Mesmo com toda autonomia ao sistema bancário e financeiro, o capitalismo se depara com as altas e potentes ondas de crises e insatisfações que colocam em risco a sua hegemonia e mascaram o seu caráter incontrolável, fugaz e autodestrutivo. Neste processo, são evidentes no presente sistema os fortes resultados negativos representados pelo fugidio, efêmero, fugaz e contraditório movimento que orienta o seu destino. Conforme Mészáros (2002),

Hoje, estamos testemunhando um ataque em duas frentes à classe operária, não apenas nas partes ‘subdesenvolvidas’ do mundo, mas também, com implicações perigosas para a viabilidade continuada do modo estabelecido de reprodução sociometabólica, nos países capitalistas avançados. Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como ‘práticas trabalhistas flexíveis’ – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral. (p. 342).

A fim de contornar os seus processos de crises, o capitalismo busca alternativas para que as taxas de lucros se elevem novamente. Assim, ele prepara o terreno para expandir seu produto, pouco se importando para as consequências sociais e ecológicas. Tal desenvolvimento se apoia na exploração do trabalho vivo na produção, sendo o controle do trabalho, na produção e no mercado, vital para a perpetuação do sistema. A dinamicidade desse modo de produção está refletida no âmbito da luta de classe movida tanto pelo domínio dos mercados de trabalho, quanto pelo seu controle.

Conforme Marx, o progresso é essencial porque é essencial o desenvolvimento das forças produtivas, mas esse progresso é contraditório e desigual, ele só acontece sacrificando indivíduos e classes inteiras. Diante desses pressupostos que caracterizam o capitalismo podemos afirmar que o modo de produção vigente, em sua lógica e essência inconsistente e contraditória e, justamente por ser assim, está necessariamente propenso a crises. Neste sentido, “o objetivo e o princípio orientador da produção se tornam: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada”. (Mészáros, 2002; p. 685). Entretanto, diante da lógica burguesa não há como produzir um crescimento capitalista

equilibrado e sem problemas. A tendente condição generalizada de superacumulação torna-se a indicação de uma capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital e elevados índices de exploração e desvalorização do trabalho e do desemprego jamais eliminados na base capitalista.

O ritmo de trabalho se intensifica na produção por meio da regulação e do acirrado controle capitalista, ao mesmo tempo em que se propagam cada vez mais amplamente a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento, o apelo a valores superficiais de autoconfiança e capacidade de empreender. Num ritmo acelerado, este sistema busca dominar pela ficção, pela fantasia, por suas reificações, efemeridade e acaso. Neste processo, esta sociedade mascara e fetichiza, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e de desejos humanos, gerando problemas de superacumulação para os quais não há soluções possíveis. Assim,

A incapacidade de estabelecer limites significativos e praticamente observáveis é uma das características definidoras mais importantes dos desenvolvimentos capitalistas, com implicações de longo alcance para a viabilidade do sistema. A esse respeito, é altamente sintomático que, apesar das inúmeras tentativas, a economia política burguesa não possa fornecer uma definição adequada de ‘consumo produtivo e improdutivo’ (nem de ‘trabalho produtivo e improdutivo’), uma vez que a incapacidade de tolerar limites no geral solapa a possibilidade de formular critérios objetivos limitantes neste particular. (Mészáros, 2002; p. 658).

Como analisamos anteriormente, as soluções para os males deste sistema estão longe de se tornarem efetivas no âmbito capitalista. A tendência, no capitalismo, é cada vez mais propagar os altos níveis de desemprego e do pauperismo massivo. Por ser um sistema autodestrutivo, ele não pode arcar com o peso de suas contraditórias crises que tendem a acionar uma ampla convulsão social numa escala sem precedentes. Sua preocupação primordial é satisfazer as necessidades da sua acumulação, deixando para um segundo plano as necessidades das massas como uma condição necessária para manter-se vivo na lógica da produção. Neste sentido,

O desenvolvimento dos meios de produção não está mais diretamente ligado ao desenvolvimento das necessidades humanas (nem é impulsionado por elas, com maior ou menor vigor). Nem pode responder e se beneficiar diretamente das potencialidades emergentes dos avanços do próprio conhecimento ligado à produção. Ao contrário, já que os meios de produção foram convertidos em capital (isto é, constituem os meios de produção da sociedade dada somente na medida em que possam se definir e provar a si mesmos, prática e economicamente, como parte orgânica do capital), eles têm de se opor às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim chamadas ‘necessidades da produção’ que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. (idem, p. 663).

No interior do modo de produção capitalista todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação e exploração do capital, com isso, o trabalhador torna-se apenas um apêndice da máquina; e, portanto, aniquilado e alienado por ele. Suas condições de trabalho são desfiguradas e submetidas ao despotismo burguês, ao mesmo tempo em que transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho. Na medida em que o capital é acumulado, a situação do trabalhador tem de piorar. A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação produz também uma acumulação de miséria na mesma proporção que à acumulação de capital. Isso é uma contradição fundamental do modo de produção capitalista, os seus processos de 'racionalização' e da 'modernização' elevam os fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. Neste processo, quem sofre todas as consequências é a totalidade da força de trabalho humana.

Isto é prova de que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação de toda a humanidade”. (Mészáros, 2002; p. 251). Embora, o capitalismo tenha trazido para a sociedade um desenvolvimento cada vez mais intensivo das forças produtivas que, por sua vez, são indispensáveis para a reprodução social, o seu caráter irracional e destrutivo torna essa abundância restrita para uma maioria. Desse modo, todos os males existentes na produção burguesa são imanentes a sua lógica, e por isso, insuperáveis em seu interior. Mas, como especifica Marx, fora deste sistema existem amplas possibilidades de superação. Ou seja, a transição para uma ordem social conscientemente controlada pelos homens, como defende o projeto socialista inspirado na emancipação humana, torna-se a única saída em Marx para todos esses males presentes na essência burguesa. Conforme Mészáros (2002),

Hoje, à luz da experiência histórica do século XX e do fracasso de todas as tentativas passadas de superar os constrangimentos desumanizadores e as contradições do capitalismo, [...] não podemos sustentar a ideia de que a humanidade pode sobreviver por muito mais tempo ainda dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido de reprodução sociometabólica. (p. 920).

O materialismo histórico dialético de Marx desmistifica ontologicamente o sistema capitalista e toda essência e lógica de suas raízes materiais. Ele investiga, como elemento imanente à natureza burguesa, todos os problemas advindos de suas crises - inclusive o desemprego - como resultado do crescimento e expansão exacerbada de acumulação burguesa. E, nos mostra que a condição necessária de todos os males sociais no âmbito da expansão de capital só poderá ser solucionada - e não amenizada -, mediante a transição para

outro modo de produção, o projeto socialista baseado na emancipação humana. Neste processo, ir para além do capital, por meio de uma revolução radical, é a única saída que poderá desfazer todas as amarras degradantes e desumanas provenientes da sociedade burguesa.

Portanto, a atualidade das teorias de Marx é essencial para compreendermos a estrutura e o funcionamento da ordem burguesa, bem como a necessidade de sua superação. Enquanto houver capitalismo, sempre vai existir a “acumulação de riqueza num polo e, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”. (MARX, 2001, p.749). Neste sentido, o modo de produção vigente e todos os seus males infindáveis devem ser verdadeiramente aniquilados, inclusive o desemprego por se tratar de uma expressão do próprio capital e não simplesmente o resultado da incompetência individual.

CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento da acumulação do capital, se afirma o modo de produção especificamente capitalista. Pensar nesse modo de produção é enxergar a acumulação constante de capital, onde o desenvolvimento produtivo é proporcional ao aumento da exploração da força de trabalho por meio da diminuição de trabalhadores ativos na produção. É neste contexto que se eleva a concentração dos meios de produção e de trabalho, no intuito de inserir poucos capitalistas no poder para dominar os múltiplos trabalhadores na lógica da produção. A Centralização - movida pela concorrência e pelo crédito no auge do desenvolvimento da produção – passa a se diferenciar da Concentração e da Acumulação. Ela, presente no processo de desenvolvimento do capital, passa a ser movida pela concorrência e pelo crédito e, com isso, reforça e acelera os efeitos da acumulação, desenvolve a parte constante à custa da parte variável, por meio de uma diminuição da demanda relativa de trabalho.

A atualidade marxiana sobre os fundamentos ontológicos do desemprego tem nos dado prova de que a trajetória histórica do desenvolvimento burguês, em toda sua lei e lógica de acumulação, é permeada por um processo de contradição e antagonismo existente entre capital e trabalho. E, nesse processo, o desemprego aparece como imanente à acumulação e expansão do capital. Sendo que este apenas adquire grandes proporções na sociedade capitalista e se consolida pelo contínuo e crescente controle do capital sobre o trabalho.

Nesse processo, podemos dizer que a diminuição da oferta de trabalho pelo capital proporciona o aumento da acumulação por meio da centralização e, assim, faz surgir uma superpopulação relativa, exército industrial de reserva, trabalho excedente ou desemprego. No curso da indústria moderna, a superpopulação se reproduz fortemente, enquanto parte da população trabalhadora se transforma em braços de desempregados ou semi- empregados. Neste sentido, o desenvolvimento da produção condiciona a reprodução demasiada de trabalhadores acima do limite disponível pelo mercado. Isto significa que “não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural”. (MARX, 1988; p. 194).

Assim, ao lado de um exacerbado desenvolvimento produtivo, o sistema do capital gera, na mesma proporção, o aumento do pauperismo. Desse modo, podemos entender que o capitalismo em sua essência desencadeia uma série de contradições, ao explorar o trabalho na forma do desemprego, ao tratar a força de trabalho como mercadoria, entre tantos outros fatores que agridem a existência humana no intuito de impulsionar o controle do capital sem

impor obstáculos para seu impulso incontrolável pela crescente lucratividade. O modo de produção capitalista, ao tratar a força de trabalho como mercadoria, pressiona o trabalho à lógica do capital, assim, os interesses dominantes passam a determinar a quantidade mínima de trabalhadores na produção. Isto se torna evidente desde a manufatura até os dias atuais, processo histórico em que a classe trabalhadora sempre foi impiedosamente atirada para as fileiras do exército industrial de reserva disseminando a miséria, o pauperismo e o descaso social.

Vimos as consequências degradantes do desemprego e do pauperismo, bem como das intensas formas de dominação e exploração sobre a força de trabalho no âmbito da transição do trabalho manufatureiro para a grande indústria capitalista trouxe consequências devastadoras para a classe trabalhadora, tais como a precariedade em que vive o trabalhador nas fábricas do século XIX, sua péssima alimentação e vestimenta, a exploração no trabalho e o movimento de sua absorção e repulsão no mercado industrial. Nesses termos, o desenvolvimento capitalista faz brotar a degradação social por toda a parte, ele traz uma ausência infinita de oportunidades no intuito de efetivar a dignidade humana.

Nas empresas multinacionais presentes na base contemporânea do capital houve um agravamento do fenômeno do desemprego em relação às épocas anteriores. Diante das constantes guerras mundiais intercapitalistas e do agravamento dos problemas econômicos e sociais houve a necessidade do capital restabelecer a ordem por meio da relação entre o padrão fordista-keynesiano e o Estado de Bem-estar social nos países de capitalismo central. Entretanto, esta estratégia não perdurou por muito tempo e mais uma vez a análise marxiana estava certa. Ela nos mostra que o capitalismo não pode solucionar todos os problemas da classe trabalhadora. O capitalismo necessita manter a desigualdade, a exploração e dominação sobre a força de trabalho. Suas soluções são apenas parciais, não resolvem os problemas sociais, pois fazem parte de sua lógica desigual.

Com o desmoronamento do padrão de produção Fordista-keynesiano e do Estado de bem-estar social, o capitalismo buscou no padrão da acumulação flexível um novo modo de atender as suas necessidades de expansão acumulativa. A exploração da força de trabalho tornou-se ainda mais explorada mediante os processos de flexibilização do capital e o desemprego estrutural chegou a um patamar crônico, sendo palco de grande preocupação até mesmo nos países de capitalismo central. Cada vez mais podemos nos certificar que o aumento do desemprego torna-se uma realidade na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve. O capital busca atender apenas as suas necessidades primordiais. Sua tentativa de amenizar os problemas sociais sobre a força de trabalho não vai além de soluções parciais e precárias como a terceirização que intensifica a exploração do trabalho, diminui os salários e aumenta a precarização e desvalorização do trabalho humano.

Neste sentido, os limites absolutos do capital somente foram possíveis por meio de sua crise estrutural. Tal período jamais visto na história da humanidade possibilitou um agravamento do controle do capital sobre o trabalho, fazendo com que houvesse uma explosão do desemprego em patamares crônico. Esta nova fase do sistema capitalista trouxe para a humanidade muitos problemas sociais, que comprometem sua subsistência e a funda na margem do desespero e do caos. Esta forma acirrada de desemprego crônico tornou-se uma das mais explosivas contradições do sistema do capital, é um reflexo da dilacerada capacidade de desenvolvimento do capital a níveis sem precedentes. No mundo, este fenômeno torna-se um agravante cada vez mais amplo, sendo ameaçador para o próprio sistema de reprodução do capital. Por isso entendemos que este fenômeno não possui solução no horizonte burguês, pois ele está no limite dessa ordem, como uma dinamite social que pode dilacerar o próprio sistema a qualquer momento.

Assim, podemos ressaltar que o capitalismo é autodestrutivo, visa o impulso incontrollável do capital por lucros, gerando instabilidade no emprego e, com isso, desestrutura o mercado de trabalho. Muito mais elevado que em épocas anteriores, o desemprego vem se proliferando na sociedade e acentuando os males incuráveis do próprio sistema capitalista de contradições. Essa presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais é uma tendência evidente do próprio modo de produção burguês sob a ótica marxiana. A regressão dos postos de trabalho formais contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações. A fim de garantir uma maior produtividade, o capital busca esta estratégia com o propósito de garantir uma maior produtividade por meio da empregabilidade dos trabalhadores sem garantias trabalhistas. Esta lógica da flexibilização do trabalho processa a destruição de postos de trabalho, reduz cada vez mais sem a mesma a empregabilidade e precariza cada vez mais as condições de trabalho.

Diante das transformações evidentes no setor produtivo, quanto ao desemprego, constatamos o frequente debate sobre este fenômeno na atual crise mundial. Uma possível tendência ao fim do trabalho verificada por Rifkin nos faz impõe a afirmar que o as teorias de Marx continuam atuais para entendermos as contradições existentes no âmbito das análises desse autor. Com base na análise marxiana, podemos observar que o aumento incontrollável do desemprego na atualidade, mediante a intensificação da tecnologia a serviço do capital, traz números absurdos de desemprego crônico. É certo que a globalização faz aumentar ainda mais as proporções do desemprego, mas o trabalho é algo fundante do ser social, ele é necessário para a reprodução do sistema do capital no intuito de perpetuar sua lucratividade. Além disso, não há sociedade sem trabalho, pois ele é o fundamento que garante a existência do desenvolvimento inacabado das forças produtivas.

Além disso, as soluções postas por este autor são impossíveis de serem efetivas no âmbito do sistema capitalista. Pois não há como retirar a desigualdade de um sistema produtivo que promove por sua natureza as disparidades sociais. Faz parte da lógica burguesa perpetuar os males sociais provenientes de sua expansão. Mesmo com todos os riscos que a dimensão explosiva desses problemas vem impondo nas bases do sistema capitalista, não há como serem atendidas no âmbito do capital, apenas amenizadas. Tal condição não pode ser sustentada por muito tempo, pois a classe trabalhadora conscientizada e mobilizada torna-se a única capaz de reverter a história a seu favor.

Desse modo, podemos afirmar que o materialismo histórico crítico de Marx sobre a sociedade burguesa é evidente, cuja veracidade explica os fundamentos do desemprego em suas raízes materiais. Não podemos entender os problemas advindos da ordem capitalista de modo desarticulado de sua essência e lógica acumulativa. Portanto, é fundamental observarmos o fenômeno do desemprego por meio dos aparatos ontológicos da sociedade capitalista, não o fragmentando, nem o desconectando das particularidades históricas da natureza do capital. Mesmo com todos os problemas de interpretação da teoria marxiana nas análises marxistas de Harvey, reforçamos o nosso entendimento de que o materialismo histórico dialético de Marx nos conduz a uma visão de totalidade na estrutura desumana do modo de produção capitalista. Seja no âmbito da estética, da falsa ideologia pelo contexto da alienação e dos males advindo pela manifestação do capital nas dimensões do espaço e do tempo, o capitalismo permanece o mesmo. Sua essência nos leva ao fugidio, ao efêmero, ao fragmentário e ao contingente da vida moderna, ela reflete o caos totalizante na contínua lógica do desenvolvimento da acumulação do capital.

Neste sentido, o capitalismo não pode mais esconder as constantes crises de sua ordem, os conflitos sociais tornam-se cada vez mais ameaçadores. O modo de produção vigente não é o fim da história e, como ele foi criado pelos homens, estes mesmos podem mudá-lo. A classe proletária subordinada às desumanas e constantes formas de exploração do capital pode transformar a história e reverter o sofrimento causado pelo desemprego, exploração, miséria, entre tantos outros problemas, em formas realmente dignas de vida. Essa classe pode optar pelo projeto socialista de Marx baseado na emancipação humana.

Portanto, não há perspectivas no modo de produção capitalista que resolva o desemprego. As implicações desumanas do capital sobre o trabalho reaparecem ainda com mais intensidade e, "apesar de todos os esforços de manipulação política e econômica, os problemas estão se tornando claramente mais graves, sem qualquer solução no horizonte". (MÉSZÁROS, 2002; p. 342).

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital:**a nova degradação do trabalho na era da globalização, 2ª ed. cap. 1 e. 7. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **A vigência do capital.** Crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria trabalho. Vol.1. Campinas: Revista Temática, 1993.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Coleção mundo do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BARAN, P. A e SWEEZY, P. M. **Capitalismo Monopolista.** Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

CARNEIRO, R. M. de S. **Controle de Qualidade e Qualidade de Vida:** atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90. Tese de Doutorado, Recife: 2006.

CARVALHO, R. de Q. **Tecnologia e Trabalho Industrial.** Porto Alegre: L. P& M, 1987.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica.** Um estudo do complexo petroquímico. Coleção mundo do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** 2008.

FÉLIX, T. L. L. **Os Fundamentos Ontológicos do Desemprego na Sociabilidade Capitalista.** Trabalho de Conclusão de Cursos. Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, UFAL/ FSSO, Maceió, 2009.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel,** São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HUBERMAN, L. **A História da Riqueza do homem:** do feudalismo até o século XXI. Editora Ltc. 22ª edição, 2011.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia Dell' Essere Sociale**. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Sérgio Lessa. Capítulo: A Reprodução (pp. 133 – 331).

_____. **L'estraniamento, Ontologia Dell' Essere Sociale**. II**, IV, a cura de Alberto Scarponi. Roma, Tradução Sérgio Lessa. Riuniti 1976 - 1981.

MARX, K. **O Capital**, Crítica da Economia Política. In. Cap. XIII, XXIII e XXIV. Livro I, Vol. II. Ed. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1988.

_____. FRIEDRICH, Engels. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**, Livro primeiro, Colômbia: Editora Pluma, 1980.

MÈZÁROS, I. **Para Além do Capital**, trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002. Parte I, cap. 5, item 5.4 - O desemprego crônico: o significado real de "explosão populacional".

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. In Revista Outubro nº 04, São Paulo, 2000.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. 2ª Ed. Ver. E ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Desemprego e Precarização um Grande Desafio para a Esquerda**; São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTANO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. E DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PIMENTEL, E. COSTA, G. e ALCÂNTARA, N. **Expresiones de la cuestión social en América Latina**. Publicación de la Carrera de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Cuestión Social, Reproducción de la fuerza de trabajo y Políticas de Asistencia.

Revista **Crítica Marxista** nº 30 – Entrevista com Daniel Bensaid. p. 93-102, 2010.

RIFKIN, J. **O Fim dos Empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2004.

TEIXEIRA, F. E OLIVEIRA, M. (Orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

SITES:

<http://www.ibge.gov.br>. - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**;

<http://www.ruters.com> - **Thomson Reuters (ELSTAT)**;

<http://www.oje.pt> - **O Jornal Económico (OJE)**;

<http://www.oit.com.br> - **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**;

<http://epp.eurostat.e.europa.eu>. **Escritório Estatístico da União Europeia (EUROSTAT)**.